



FACULDADE DE LETRAS
UNIVERSIDADE DE
COIMBRA

Sónia Maria Gomes Vicente

O HOMEM E O TERRITÓRIO NO SICÓ
“PROPOSTA PARA O CENTRO DE INTERPRETAÇÃO
DO SÍTIO ARQUEOLÓGICO DE SÃO SIMÃO, PENELA”

**Projeto do Mestrado em Património Cultural e Museologia: Museologia, orientado pelo
Professor Doutor João Paulo Cabral de Almeida Avelãs Nunes e coorientado pelo
Professor Doutor Pedro Jorge Cardoso de Carvalho, apresentado ao Departamento de
História, Estudos Europeus, Arqueologia e Arte da Faculdade de Letras da Universidade
de Coimbra**

Novembro de 2021

FACULDADE DE LETRAS

O HOMEM E O TERRITÓRIO NO SICÓ “PROPOSTA PARA O CENTRO DE INTERPRETAÇÃO DO SÍTIO ARQUEOLÓGICO DE SÃO SIMÃO, PENELA”

Ficha Técnica

Tipo de trabalho	Trabalho de Projeto/Projeto
Título	O Homem e o Território no Sicó
Subtítulo	Proposta para o Centro de Interpretação do Sítio Arqueológico de São Simão, Penela
Autor/a	Sónia Maria Gomes Vicente
Orientador/a(s)	João Paulo Cabral de Almeida Avelãs Nunes Pedro Jorge Cardoso de Carvalho
Júri	Presidente: Doutor Francisco Paulo de Sá Campos Gil Vogais: 1. Doutor Pedro Jorge Cardoso de Carvalho 2. Doutor Ricardo Jorge Costeira da Silva
Identificação do Curso	2º Ciclo em Património Cultural e Museologia
Área científica	Museologia
Especialidade/Ramo	Museologia
Data da defesa	24-11-2021
Classificação	19 valores



Agradecimentos

O projeto que agora se materializa neste documento foi objeto de certezas, muitas dúvidas, uma certa inconstância, mas acima de tudo de muito sacrifício.

Os dias tirados à família esses não os poderei repor, espero, apenas, que me possam acolher da mesma forma que sempre o fizeram...

Gostaria de deixar o meu agradecimento a todos quanto possibilitaram este trabalho:

Ao Professor Doutor João Paulo Cabral de Almeida Avelãs Nunes, ao Professor Doutor Pedro Jorge Cardoso de Carvalho que o orientaram.

Ao Dr. Luís Matias pelo mote, por acreditar no projeto e pelo incentivo dado na “execução desta empreitada”.

Ao Dr. Mário Duarte pela compreensão.

Aos colegas dos museus e centros de interpretação do território do Sicó que nos acolheram nas visitas e ajudaram respondendo aos temas que lhes ia colocando à medida que me deparava com questões no âmbito deste trabalho: à Margarida Amado pela paciência nas visitas guiadas, à Diana Lima pelos dados solicitados ao Museu PO.RO.S, à Cláudia Santos pela paciência na recolha dos dados do Complexo Monumental de Santiago da Guarda, ao Doutor José Ruivo pela amável, construtiva e educativa visita a *Conimbriga*.

Aos voluntários, colegas e estudantes de arqueologia e antropologia que nos ajudam diariamente nas escavações do sítio arqueológico de São Simão.

Ao João Pedro pela pesquisa dos documentos medievais e por nos aturar nas nossas estranhas demandas...

À Marília pela amizade, paciência e amável tradução.

Ao Roger por estar sempre disponível para me ajudar e acreditar no “tesouro” que descobrimos.

Um especial agradecimento aos meus leais amigos e companheiros nesta jornada, à Ana Ravara Mendes, pela paciência, aturada resiliência, incentivo e “um bolso cheio de vírgulas” para rever os textos, ao Flávio Simões pelo incentivo e exigência que me impôs a cada momento de fraqueza.

À minha Mãe e ao Paolo por não duvidarem.

Aos meus filhos, Inês e Pedro, por existirem.

“Recomeça...
Se puderes
Sem angústia
E sem pressa.
E os passos que deres,
Nesse caminho duro
Do futuro
Dá-os em Liberdade.
Enquanto não alcances
Não descanses.
De nenhum fruto queiras
Só metade.”

Miguel Torga

RESUMO

O Presente trabalho teve como objetivo a apresentação de uma proposta de Projeto para o Centro de Interpretação do sítio arqueológico de S. Simão. O estudo está em estreita articulação com o projeto de investigação em curso desde 2016.

A mudança de paradigmas nos conceitos de Museologia e Património, ocorridos nos finais do século XX e início do XXI, resultaram no aparecimento de um conjunto diversificado de estruturas museológicas, colocando diversas questões quanto ao seu enquadramento, gestão e sustentabilidade. A escolha do nosso trabalho recaiu sobre a conceção de um Centro de Interpretação enquadrando-o no contexto da nova museologia, com objetivos definidos na promoção, sensibilização e formação no património, destinados a um público com características específicas, contudo abrangente, para que a população em geral possa usufruir do legado histórico arqueológico deste local. Deseja-se que esta nova estrutura possa concorrer para o desenvolvimento local, sustentado no turismo cultural, proporcionando o aumento da qualidade de vida daqueles que vivem num território com escassa oferta e oportunidades de trabalho.

Ao propor-se uma nova estrutura museológica, *in situ*, no território do Sicó pretende-se enriquecer o contexto museológico do período romano, na região do Sicó. Foi nossa pretensão delinear as estratégias de atuação para a implementação de uma unidade museológica, com missão, objetivos e visão, enquadrado nos atuais padrões museológicos, pensando na gestão quotidiana dos espaços, recursos humanos, gestão e coordenação museológica, por forma a atingir a sua sustentabilidade. Pretende-se que este seja um contributo, uma base de trabalho, para técnicos, decisores políticos, equipa de investigação na procura da melhor opção na gestão dos espaços museológicos existentes no concelho de Penela. Desejamos, ainda, que este espaço, em conjunto com as unidades museológicas existentes no território do Sicó, se torne um sítio de divulgação do circuito da romanização, enriquecedor para visitantes, turistas e população local.

Palavras-chave: Nova Museologia, Centro de Interpretação, Território, Património Arqueológico, Romano

ABSTRACT

The present study introduces a project proposal for the Interpretation Centre of the São Simão Archaeological Site. This study has been closely linked with the research project in progress since 2016.

Occurring between the late 20th century and early 21st century, the paradigm shift in Museology and Heritage resulted in a diversified set of museum structures, raising several questions regarding their framework, management, and sustainability. This study focuses on the design of an Interpretation Centre framed within the New Museology context, whose objectives are to promote, raise awareness and provide training on heritage, being directed at a public with specific characteristics, but remaining accessible so that the general population can also enjoy the archaeological heritage of this site. Supported by cultural tourism, this new structure will contribute to further local development, enhancing the quality of life of the population of this territory, where employment opportunities are scarce.

The proposal of a new museological structure, *in situ*, in the Sicó territory aims to enrich the museological context of the Roman period in the Sicó region. The goal is to outline the strategies for implementing a museological unit, with its mission, objectives and vision framed within current museological standards, and considering the daily management of spaces, human resources, management and museological coordination to achieve sustainability. This study intends to be a working basis for technicians, policymakers, and research teams searching for the best management options for the existing museological spaces in the municipality of Penela. Furthermore, this space, together with the existing museological units in the Sicó territory, wishes to become a venue for disseminating the Romanization Route, enhancing the experience of visitors, tourists, and the local population.

Keywords: New Museology, Interpretation Centre, Territory, Archaeological Heritage, Roman

Índice

1. Introdução.....	11
1.1. Enquadramento do projeto no âmbito do mestrado.....	11
1.2. Tema.....	11
1.3. Objetivos.....	12
1.4. Estado da Arte.....	13
1.5. Metodologia.....	14
1.6. Organização do trabalho.....	15
2. Conceitos teóricos.....	17
2.1. Museologia e Património cultural no contexto português.....	17
2.2.1.O Museu à luz da Lei-Quadro dos Museus.....	25
2.2.2. O que é um Centro de Interpretação (CI).....	30
3. As Políticas Culturais no Município de Penela e na Região do Sicó.....	35
3.1. As potencialidades do atual território do Sicó e do Património romano existente.....	35
3.2. Promoção, divulgação e dinamização do território do Sicó.....	40
3.3. Os Museus e Centros de Interpretação: o panorama na região do Sicó.....	45
3.3.1. O Museu Monográfico de Conimbriga - Museu Nacional.....	45
3.3.2. PO.RO.S.....	50
3.3.3. Complexo Monumental de Santiago da Guarda.....	56
3.3.4. O Museu da <i>Villa</i> Romana do Rabaçal – Rede Portuguesa de Museus.....	60
4.O Sítio Arqueológico de S. Simão.....	69
4.1 Localização geográfica e caracterização geológica.....	69
4.2. Enquadramento histórico / arqueológico.....	70
4.3. A descoberta do sítio.....	75
4.4. A <i>Villa</i> romana de São Simão: os elementos disponíveis.....	78
4.5. O Eremitério.....	88
4.6. A Capela da Nossa Sr.^a da Graça e a sua Necrópole.....	90
5. Proposta de Programa museológico para o Centro de Interpretação do Sítio Arqueológico de S. Simão.....	95
5.1. Denominação, Missão e Vocação.....	95

5.2. Objetivos	96
5.3. Tutela e Gestão	98
5.4. Recursos Humanos do CISS	100
5.5. Proposta de alguns conteúdos para o guião do CISS	102
5.6. Público-alvo	104
5.7. Serviço educativo	105
5.8. Proposta para o projeto de arquitetura do Centro de Interpretação do Sítio Arqueológico de S. Simão	106
5.9. O programa museográfico, divulgação e estratégia de divulgação	108
6. Plano de Salvaguarda para o C.I. do Sítio Arqueológico de S. Simão	112
7. Conclusão	120
Bibliografia /Fontes Consultadas/ Legislação	122

LISTA DE ABREVIATURAS

CEE – Comunidade Económica Europeia

CI – Centro de Interpretação

CISS – Centro Interpretação de São Simão

DRCC – Direção Regional de Cultura – Centro

FLUC – Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra

GOP - Grandes Opções do Plano

ICOM - International Council of Museums

INE – Instituto Nacional de Estatística

IMUS – Inquérito aos Museus

IPPAR – Instituto Português do Património Arquitectónico

LAC – Liga de Amigos de *Conimbriga*

MINON - Movimento Internacional para a Nova Museologia

MMC- MN –Museu Monográfico de *Conimbriga*-Monumento Nacional

MVRR - Museu da *Villa* romana do Rabaçal

ONU – Organização das Nações Unidas

PDM – Plano Diretor Municipal

PIPA – Projeto de Investigação Plurianual de Arqueologia

PO.RO.S – Portugal Romano no Sico

RPM/DGPC - Rede Portuguesa de Museus, Direção Geral do Património Cultural

RPM – Rede Portuguesa de Museus

SASS – Sítio Arqueológico de São Simão

SWOT – Strengths, Weaknesses, Opportunities and Threats

U.E. – Unidade Estratigráfica

UNESCO - United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization

VRR – *Villa* Romana do Rabaçal

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1 - Mapa de Portugal, do Distrito de Coimbra e do concelho de Penela, localização do Sítio Arqueológico de S. Simão, em S. Simão.	69
Figura 2 - Carta Militar 1/25 000, nº163.	69
Figura 3 -Vale do rio do Dueça, vista a norte (Foto: Francisco Pedro).....	71
Figura 4 -Vista a este, Serra do Espinhal (Foto: Francisco Pedro).	71
Figura 5 -Localização do Adro da Capela da Nossa Senhora da Graça (Foto: José Carlos Reis).....	72
Figura 6 - Plano do PIPA 2016 – 2019 (Fonte: PIPA 2016).	73
Figura 7 - Vala de saneamento onde foram descobertos alguns pavimentos de mosaico (Foto: Francisco Pedro).	76
Figura 8 -Escavação da <i>pars urbana</i> no adro da Capela da Sr. ^a da Graça, ano 2020 (Foto: Francisco Pedro).	77
Figura 9 -Implantação da uilla romana de São Simão e enquadramento no adro da capela da Sr. ^a da Graça e terrenos adjacentes (Desenhos em Corel: Flávio Simões).	79
Figura 10 -Vista aérea dos campos agrícolas a norte do vale do Dueça (Foto: Francisco Pedro).....	80
Figura 11 -Vista aérea dos campos agrícolas, a sul do vale do Dueça, sendo visível o vale do Camporês, onde passa a antiga via romana de Olisipo-Bracara Augusta (Foto: Francisco Pedro).....	80
Figura 12 - Planta com os resultados do estudo de georadar em 2018/2020 (Relatório Final - Estudo Georadar- Geoaviz).	81
Figura 13 - Identificação dos compartimentos da <i>pars urbana</i> (Desenhos em <i>Corel Draw</i> : Flávio Simões).	82
Figura 14 -Planta da <i>pars urbana</i> com os pavimentos de mosaico identificados até à data (Desenhos em <i>Corel Draw</i> : Flávio Simões).	82
Figura 15 -As quatro fases de ocupação do compartimento L, ou sala do hipocausto (Desenhos em <i>Corel Draw</i> : Flávio Simões).....	83
Figura 16 - “mosaico 9” com o pavimento original no remate à parede e no centro do corredor (Foto: Francisco Pedro).	84
Figura 17 -Esquema interpretativo do “mosaico 11” (Desenhos em <i>Corel Draw</i> : Flávio Simões).	84
Figura 18 -Inscrição no “mosaico 11” (Foto: Sónia Vicente).	85
Figura 19 - “mosaico 1”, “mosaicos 17 e 18”, compartimento O. Compartimento onde identificamos a construção de uma parede sobre o “mosaico 18”, anulando área da sala (Foto: Francisco Pedro). ...	87
Figura 20 - Planta do pavimento e estrutura medieval, século XIII-XIV d.C. (Desenhos em <i>Corel Draw</i> : Flávio Simões).	89
Figura 21 - Pavimento realizado sobre o impluvium romano recorrendo a material de construção da antiga <i>villa</i> (Desenhos em <i>Corel Draw</i> : Flávio Simões).	89
Figura 22 - Estrutura medieval e provável parede de um poço, que cortou a estrutura anterior e o <i>impluvium</i> romano (Foto: Francisco Pedro).....	90
Figura 23 - Planta do Adro da capela com os vestígios medievais, paredes, pátio e a necrópole de séc. XV-XVI, construída em seu redor (Desenhos em <i>Corel Draw</i> : Flávio Simões).	91
Figura 24 - Visitas escolares aos alunos do Concelho de Penela.	98

Figura 25 - Atelier de verão, atividades educativas com alunos de Programas de Ocupação de Tempos Livres (Foto: Sónia Vicente).....	106
Figura 26 - Figura 26 - Esquício de cobertura que deu origem ao atual projeto de proteção ao Sítio Arqueológico de S. Simão (Autoria: Arquiteta Telma Francisco).	113
Figura 27 -Esquema 3D da estrutura de proteção ao Sítio arqueológico de S. Simão, fachada principal (Autoria: N + Arquitetos).	114
Figura 28 - Esquema 3D da estrutura de proteção ao Sítio arqueológico de S. Simão, fachada principal (Autoria: N + Arquitetos).	114
Figura 29 - Planta da pars urbana com a implantação, em esqueleto, da estrutura de proteção. (Autoria: N + Arquitetos).	114
Figura 30 - Terrenos a adquirir para o desenvolvimento do projeto de investigação.	115
Figura 31 - Sessões de esclarecimento com a população (Foto: Flávio Simões).....	116
Figura 32 - Ações de sensibilização com entusiastas do trabalho arqueológico (Foto: Sónia Vicente).	116
Figura 33 - Escavação arqueológica realizada com o auxílio de estudantes de arqueologia e antropologia (Foto: Sónia Vicente).	118
Figura 34 - Registo do mosaico à escala 1:1 trabalho indispensável para o futuro restauro dos pavimentos musivos (Foto: Sónia Vicente).	119

ÍNDICE DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Número de Visitantes ao MMC -MN entre os anos de 2017-2020, dados fornecidos pelo MMC-MN; Gráfico da autora.	50
Gráfico 2 - Número de Visitantes do Complexo de Santiago da Guarda entre os anos 2017-2020 dados fornecidos pelo Complexo Monumental de Santiago da Guarda, Gráfico da autora).....	59
Gráfico 3 - Número de Visitantes da VRR entre os anos de 2017-2020 dados fornecidos pelo MVRR, Gráfico da autora).	67
Gráfico 4 - Número de Visitantes por categorias, entre os anos de 2017-2020 (Autoria MVRR).....	67

ÍNDICE DE TABELAS

Tabela 1 - Análise Swot ao MMC-MN (tabela da autora)	49
Tabela 2 - Análise Swot ao PO.RO.S (tabela da autora)	54
Tabela 3 - Análise Swot ao complexo Monumental de Santiago da Guarda (tabela da autora)	58
Tabela 4 - Análise SWOT - MVRR (tabela da autora).....	62
Tabela 5 - Atribuições e funções da Receção.....	101
Tabela 6 - Atribuições e funções do Serviço Educativo.....	101
Tabela 7 - Atribuições e funções do Serviço vigilância.....	102

ÍNDICE DE ANEXOS

Anexo I - <i>Flyer</i> Circuito da Romanização	134
Anexo II - Cartaz Circuito da Romanização - 2007.....	135
Anexo III - Circuito da Romanização: programa de lançamento - 05 de agosto 2017	136
Anexo IV - Ficha apresentação PROVERE_VILLA_SICO.....	138
Anexo V - Número de Visitantes ao MMC-MN - email.....	141
Anexo VI - Emails com informação para a caracterização do Museu PO.RO.S	142
Anexo VII -Emails com informação solicitada para a caracterização do complexo Monumental do Santiago da Guarda	144
Anexo VIII - Gráficos e grelhas de visitantes do Museu da Villa Romana do Rabaçal.....	148
Anexo IX - Excerto do Regulamento do Museu da Villa Romana do Rabaçal _2006	151
Anexo XI - Protocolo de Colaboração com o Departamento Antropologia da Universidade de Coimbra	161
Anexo XII - Protocolo de Colaboração com a Arqueologia.....	165
Anexo XIII - Excertos do Regulamento orgânico dos serviços Municipais de Penela	169
Anexo XIII - Protocolo com a Diocese.....	173
Anexo XIV - Apoio Financeiro para a construção da estrutura de Proteção	178

1. Introdução

1.1. Enquadramento do projeto no âmbito do mestrado

O presente projeto de Museologia insere-se no *Mestrado de Património Cultural e Museologia*, vertente *Museologia*, da FLUC – Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra e a sua realização surge como uma necessidade de validação de conhecimentos adquiridos pela signatária na gestão do Museu da *Villa* Romana do Rabaçal.

De acordo com as unidades curriculares oferecidas pela FLUC é espectável que no último ano do mestrado os alunos estejam habilitados a aplicar os conhecimentos, conceitos e metodologias adquiridas, refletindo-os de uma forma clara e integrada numa modalidade de trabalho, inicialmente proposta. Neste sentido, perspetivámos a estruturação de um projeto para o novo espaço arqueológico, em investigação, no Concelho de Penela e na região do Sicó.

1.2. Tema

A escolha do tema e objeto desta apresentação - **“Proposta para o Centro de Interpretação do Sítio Arqueológico de São Simão, Penela”** não foi inocente. Ele surge na sequência de seis anos de trabalho de investigação arqueológica do sítio onde identificámos uma *uilla* romana, construída entre os finais de século II-III d.C. e com ocupação até inícios de século V d.C., (Vicente, Mendes, 2017) com provável ocupação em época suevo-visigótica, reocupado, pontualmente, por ermitas entre os séculos XII-XIII d.C., com a presença de um convento franciscano século XIV-XV e uma necrópole de séc. XV-XVI revelou, desde logo, nos primeiros anos de escavação, elementos distintivos, contudo, complementares à investigação realizada na *Uilla* Romana do Rabaçal, projeto onde a presente subscritora é coo-responsável pela investigação, desde 2003 (Pessoa, Vicente, 2003 - 2017). O sítio afigura-se, assim, de importância relevante, consideramos nós, para o estudo da ocupação romana no território da *Civitas de Conimbriga*, assim como para a evolução dos contextos pós-romanos. A sua exposição permitirá mostrar contextos culturais semelhantes, contudo, dispares em aspetos como a arquitetura, a decoração, a reocupação e evolução de um espaço doméstico, a transformação para um espaço de culto, reconvertido em solo sagrado.

Os Museus e Centro de Interpretação no Circuito da Romanização têm como elemento comum o período romano, cada um pretende mostrar ao público a ocupação desta região; uns mostram como seria a cidade: os edifícios públicos, as *domus*, as *insulae*; outros revelam como seria o

território, outros, ainda, exibem elementos da ocupação e arquitetura rural. A proposta do CI de São Simão pretende ser complementar aos estudos apresentados, demonstrando as semelhanças, mas também as diferenças na arquitetura, a evolução estilística na decoração e a evolução na ocupação do espaço.

A par do conhecimento científico, o sítio pretende ser um agente potenciador da economia local, através da economia paralela, gerada pelas necessidades criadas pelo aumento do turismo cultural e arqueológico, em particular, na região. (Mendes, 2013).

1.3. Objetivos

O Centro de Interpretação para São Simão quer ser uma valência que complementa as demais estruturas museológicas existentes no Concelho de Penela e na Região do Sicó. Desejamos que este novo polo museológico seja uma porta aberta ao território e aos territórios envolventes, permitindo a todos os que o visitem aceder a informação e explorarem espaços, descobrindo uma nova história.

No que respeita ao “Circuito da Romanização”, rota constituída pelos espaços museológicos do Museu Monográfico de *Conimbriga*, do Po.Ro.S, da *Villa* Romana do Rabaçal e do Complexo Monumental de Santiago da Guarda, nos municípios de Condeixa-a-Nova, Penela e Ansião, respetivamente, o C.I. pretende oferecer um conjunto de valências que, no nosso ponto de vista, são pouco explorados pelas unidades museológicas atualmente abertas ao público na região. O discurso expositivo centrado, apenas, no conteúdo romano oferece uma perspetiva da ocupação do local pouco real e pouco ambiciosa, sendo que se deseja que se intua desde o início da visita, a constante evolução da ocupação do espaço de São Simão.

A escolha de um Centro de Interpretação para o sítio arqueológico prende-se com o tipo de estrutura ou unidade museológica que se pretende para o local, propondo-se uma estrutura que esteja habilitada a albergar as infraestruturas necessárias para um espaço com exposição permanente, com receção para os vários públicos, dinamizando atividades educativas e que permita, em simultâneo, o acolhimento de visitas e a realização de escavações arqueológicas, passando ainda pela concretização formal de um campo-escola de arqueologia, antropologia e conservação e restauro para alunos de vários graus académicos, como são os exemplos do Campo Arqueológico de Mértola, de *Tongobriga* com a Escola do Freixo e *Conimbriga*, espaços há décadas conhecidos pela existência destas valências. Este novo espaço deverá estar dependente do Museu da *Villa* Romana do Rabaçal, Museu que se encontra credenciado pela Rede Portuguesa de Museus. Pretende-se que o C.I. tenha objetivos claros, bem delineados, a fim de uma missão consistente e pragmática de acordo com o recomendado por

vários autores que se dedicaram a estudar e identificar as lacunas de um conjunto considerável de Centros de Interpretação, nomeadamente em Espanha, com um contexto muito semelhante ao português, em Itália, França, Bélgica e Suécia, propondo recomendações e boas práticas para os CI existentes, como para as futuras estruturas museológicas a serem criadas.

Desejamos que este trabalho académico seja mais do que um esboço de Projeto, mas sim, que seja a alavanca para a reorganização de esforços entre a equipa de investigação do Museu *Villa Romana* do Rabaçal e os responsáveis autárquicos, passando à fase mais importante do projeto: a procura de meios financeiros indispensáveis para a realização e a construção de um projeto de arquitetura que albergue a estrutura museológica agora esboçada, que nos seja possível a encomenda de um programa museográfico e que, em simultâneo, se gize a melhor estratégia para gestão dos sítios arqueológicos existentes no concelho.

1.4. Estado da Arte

O conceito de Museu outrora conhecido como espaço de “curiosidades”, construído e frequentado apenas pelas elites faz parte do passado (Rocha-Trindade, 1993; Mendes, 2013).

A variedade de espaços museológicos que surgem a partir da década de 60, do século XX, reflete-se na diversidade de estruturas atualmente existentes. A evolução dos conceitos museologia e património ao longo das últimas décadas foi acompanhada por uma «[...] explosão museológica [...]» (Mendes, 2013: 57) tanto em quantidade, como em qualidade, afirma o autor. O alargamento do conceito “património”, conferiu a todos vestígios humanos a aptidão de se tornarem alvo de estudo e objeto de musealização. No advento da Nova Museologia, o interesse do público e da comunidade onde se insere, vai ditar a nova forma de construir estes espaços (Duarte, 2013). Nesta evolução natural que sofre a ciência social, o espaço museológico reflete a mudança de paradigmas, sendo comum encontrarmos museus dedicados à música, ao brinquedo, à eletricidade, à indústria naval, à indústria dos lanifícios, da panificação, etc., a toda a atividade humana que possamos conjeturar plausível de musealização (Mendes, 2013). O aparecimento de unidades museológicas de áreas tão distintas levanta questões de diversa ordem; a sua regulamentação, a gestão, manutenção e a sua sustentabilidade são assuntos que merecem ser debatidos.

A legislação que regulamenta o museu não é nova, contudo, sempre foi concisa. Desde o século XIX, com a Reforma Setembrista, que há a preocupação com a regulamentação da atividade Museológica. O brotar de novos museus por ordens ministeriais, por iniciativa de Sociedades Científicas ou de origem académica, originou um grande número de instituições museológicas com

regras completamente distintas, onde os objetivos e a missão raramente eram explícitos (Rocha-Trindade, 1993; Pereira, 1999).

Atualmente, à mercê de regulamentos, convenções, cartas de boas práticas oriundas de organizações mundiais, como por exemplo a UNESCO, o ICOM e diversa legislação emanada pelos sucessivos governos da República Portuguesa, a standardização destas unidades museológicas começa a ser uma realidade, contudo a distinção entre Museu e Centro de Interpretação ainda é tarefa árdua (Pizarro, 2019).

O que é um Centro de Interpretação? O que o torna diferente de um Museu? Porque é que tantas vezes é referido como uma unidade museológica menor? Será melhor ou pior? Por que razão parece existir um preconceito com estas unidades museológicas? Por que razão pressentimos esta diferença entre um e outro? Será o Museu, mais ou menos do que um Centro de Interpretação?

Este dilema na distinção entre um e outro não é apenas do público, é-o também do ponto de vista teórico discutido pelos académicos. Em Portugal, assim como nos restantes países europeus, estas estruturas museológicas estão cada vez mais presentes, são espaços que permitem um acesso fácil e direto ao território, permitem a sua interpretação de uma forma apelativa e realista, oferecem conteúdos cientificamente corretos e narrativas coerentes. Não são muitos os trabalhos académicos que os descrevam e os distingam, e este será, porventura, o ponto fulcral desta discussão (Pizarro, 2019).

O preconceito estará, provavelmente, relacionado com a falta de planeamento e o seu aparecimento ser uma oportunidade do momento. A falta de planeamento a médio e longo prazo, a ausência de conteúdos científicos consistentes, a inconsistente gestão de recursos humanos e manutenção das infraestruturas propícia o seu abrupto encerramento, afirmam vários autores (Izquierdo Tugas *et al.*, 2005; Bertonatti, 2010).

Tentaremos, de forma simples, encontrar as semelhanças e as diferenças entre ambos, na bibliografia existente sobre o tema e deixar aqui um singelo resumo.

1.5. Metodologia

Para a realização deste trabalho, numa primeira fase, recorreu-se principalmente às fontes bibliográficas disponibilizadas em bibliotecas, sobretudo em bibliotecas online. Para caracterização do Museu da Villa Romana do Rabaçal, do território, das estruturas museológicas existentes na região onde se inserem servimo-nos do material existente no seu acervo documental da Sala de Leitura do MVRR (Relatórios de Escavação, Relatórios de Atividades, Processo de Credenciação do MVRR, dados

do INE e IMUS, documentação interna, Regulamento Interno do MVRR, PDM-Penela); recorreremos, ainda, ao contacto direto com cada instituição museológica, privilegiando a visita a cada espaço para recolha da informação constante no programa; numa segunda fase direcionado para a programação e a sua componente teórica, a leitura focou-se na literatura sobre museologia com enfoque para documentação que abordasse a programação neste tipo de estruturas. Recorreremos a plataformas digitais, por fim a recolher bibliografia da especialidade disponibilizada, dados os constrangimentos em aceder fisicamente a algumas bibliotecas, motivados pela situação pandémica nos anos de 2020 e 2021.

Em anexo, colocou-se a informação e documentação de enquadramento institucional (mapas, plantas, folhetos, programas).

Optou-se pela colocação do nome do autor e ano para as referências bibliográficas no corpo do texto, a bibliografia foi elaborada por ordem alfabética, começando pelo sobrenome do autor, de acordo com as normas de apresentação da RAP - *Revista Portuguesa de Arqueologia*.

1.6. Organização do trabalho

O projeto apresentado está organizado em sete capítulos, sendo que o primeiro corresponde à introdução, do segundo até ao sexto capítulo apresentamos o desenvolvimento e no sétimo capítulo a conclusão.

Na introdução explanámos, de forma genérica, a motivação, os interesses, o objeto e a área de estudo do presente projeto.

O segundo capítulo é dedicado a conceitos teóricos, à História dos Museus e aos conceitos Museologia e Património, de que forma esta evolução de paradigmas influenciou a visão atual dos museus e porque o vemos em permanente evolução; no terceiro faz-se uma breve caracterização do território, de que forma o património arqueológico associado aos restantes patrimónios pode acrescentar valor a um Território de Baixa Densidade, onde cada município pretende promover o seu território e, ainda, a descrição dos museus e centros de interpretação existentes no território escolhido.

No quarto capítulo é feita a apresentação do Sítio, a sua localização, contextualização histórica e os vestígios identificados até ao presente.

No capítulo quinto apresentam-se as ideias que refletimos para a construção de um Centro de Interpretação e como é que um novo Centro de Interpretação poderá acrescentar valor ao

conhecimento histórico local e regional, quais as implicações na construção da identidade da população local.

No sexto capítulo sintetizamos um plano de salvaguarda que oriente a ação de acordo com o planeado, contudo, ativo, pronto a ser alterado e, ou acrescentado, preparado para as adversidades e circunstâncias das ações, como se requer de um sítio em pleno labor.

No sétimo e último capítulo, são apresentadas as conclusões ao trabalho constante neste documento.

2. Conceitos teóricos

2.1. Museologia e Património cultural no contexto português

«Museologia é a ciência do museu, estuda a história e a razão de ser dos museus, a sua função na sociedade, os seus sistemas peculiares de investigação, educação e organização, a relação que mantêm com o meio ambiente físico e a classificação dos diferentes tipos de museus». (Definição de ICOM, News, 1970)

A definição do *International Council of Museums* (ICOM) reflete a evolução do conceito, desde um mero local onde se guardavam tesouros, até à ciência social que hoje estuda a motivação para a sua criação, os seus objetivos, principais e específicos, até à política que norteia a instituição.

Em 2013, André Desvallées e François Mairesse, na publicação *Conceitos-chaves de Museologia*, afirmam que «[...] a Museologia é o Estudo do Museu” e não a sua prática, que a remete à Museografia [...]» (2013:61).

Para compreendermos a evolução do conceito Museologia, começemos pelo que lhe deu origem, quais os seus objetivos, qual o seu papel na sociedade, na educação, na cultura da comunidade onde se inseriu ao longo dos séculos.

Do vocábulo grego *mouseion*: templo das musas – Equivalente em francês: *musée*; inglês: *museum*; espanhol: *museo*; alemão: *Museum*; italiano: *museo* (Desvallées e Mairesse 2013:64).

Desde as origens até ao Renascimento o conceito de Museu esteve reduzido à mera ideia de “tesouro”, espaço onde se guardavam peças que se revestiam de caráter raro, artefactos únicos, que eram exibidos *inter pares*. Estávamos perante o “*Museu-Privado*” (Bruno, 1996): espaços criados por Reis, nobres e religiosos e expostos em palácios ou casas nobres, edifícios que, mais tarde, serão classificados como património cultural (Mendes, 1999). A posse destes objetos era tida como elemento de prestígio, de legitimação de poder e construção de ideia de nação (Mendes, 2013; Nunes, 2016; 2017).

No primeiro quartel do séc. XVIII, D. João V, à imagem do seu congénere Luís XIV, estabelece as condições para a criação da Academia Real da História, e após isto, «[...] através do Alvará sobre a conservação de monumentos antigos, atribuiu aos académicos e aos sócios correspondentes a missão

de salvaguarda do património edificado e, sobretudo, a dos bens culturais móveis [...]» (Brigola, 2011: 44).

Nos finais do século XVIII, em Portugal, a criação de museus de natureza científica com interesse pedagógico, como por exemplo: o Museu Real da Ajuda, o Museu de História Natural, Jardim Botânico, Gabinete de Física (1768), em Lisboa, os Museus Universitários de Coimbra, em 1772, o Museu da História Natural, Jardim Botânico, Gabinete de Física Experimental, e ainda o Museu da Casa da Moeda, também em Lisboa, surgem como espaços onde se observam os objetos recolhidos em expedições. «*A observação direta dos seres e dos objetos e o experimentalismo como metodologia educativa impuseram a construção de equipamentos museológicos [...]»*, e assim, deparamo-nos com a criação de inúmeras instituições museológicas na capital e nas principais cidades do país. É neste contexto que surgem as primeiras normas de recolha, de descrição e traslado de espécimes, metodologias orientadas para exposição com caráter pedagógico (Rocha-Trindade, 1993).

No período liberal e sob a legislação de Passos Manuel e a insígnia de “acesso livre ao ensino e cultura”, constituem-se as bases para a criação de conservatórios, escolas politécnicas e museus, instituições que preconizam a instrução, a investigação científica e, por último, a apreciação das Belas Artes. A sua implementação não foi fácil, não tanto quanto o entusiasmo com que foram criados os seus conceitos e regras (Pereira, 1999), mas foi neste período que vários municípios criaram os seus museus municipais e/ou regionais, aproveitando em grande medida, os edifícios expropriados à Igreja, pouco depois da extinção das Ordens Monásticas. O Museu Portuense, o atual Museu Soares dos Reis, regulamentado em 1836, por Passos Manuel e sob a chancela da Rainha D. Maria II, foi aberto ao público em 1840, havendo registo em 1886 de que a sua coleção era «[...] *muito pobre [...]»* (Trindade, 1993).

Surgem nesta época os primeiros “*regulamentos*” de Museus, onde se estabelecem os dias de abertura, o acesso livre à população e onde é explanado o objetivo principal do Museu: instruir a população, promover e enaltecer a grandeza do País (Trindade, 1993: 34,35).

No advento do Liberalismo, a Europa assiste à redefinição dos valores da condição humana: a liberdade, a igualdade e a fraternidade e os valores daqui resultantes incentivaram outros Estados Europeus a seguir a evolução. Na sequência da democratização, o conceito museu evolui, paulatinamente, para “*Museu-público*” (Bruno, 1996; Mendes, 2013), promovendo-se o livre acesso aos espaços culturais, seguindo o exemplo do modelo francês (Mendes, 1999; 2013) assumindo-se que o acesso aos museus surge como forma de consolidação do conhecimento.

Nos meados do século XIX, neste corrúpio de novidades, assiste-se «[...] *à vaga de escavações arqueológicas* [...]» (Rocha-Trindade, 1993: 36). A investigação arqueológica na Figueira da Foz, (Pereira, 1999) e em sítios conhecidos como *Conimbriga* (Oleiro, 1973), Elvas, Beja e Bragança (Rocha-Trindade, 1993) é consistente. Os projetos são inúmeros, como nos relata a arqueóloga/numismata Isabel Pereira (1999) e o panorama dos museus de arqueologia dos finais do século XIX reflete «[...] *um projeto nascido com base no entusiasmo romântico da época, apresentando programa e fundamentação científica convincentes, próprios do século XIX.*» (Pereira, 1999: 30).

Os Museus de Arqueologia e os Museus Regionais surgem em linha com os trabalhos realizados na Europa, no entanto, a realidade portuguesa é um pouco distinta dos demais países. É neste espírito que surge o Museu dos Arquitetos Cívicos, atual Museu do Carmo; o Museu do Algarve, concebido por Estácio da Veiga, que viria a acolher muitas das coleções recolhidas nas diversas prospeções realizadas por este arqueólogo e as quais foram organizadas sob critérios cronológicos; o Museu de Guimarães, por Martins Sarmiento; o Museu da Figueira da Foz, pelo arqueólogo Santos Rocha onde as coleções arqueológicas foram também organizadas sob critérios cronológicos. A par da criação dos vários museus pelo país, foram criadas ainda algumas Sociedades que tinham como objetivo apoiar as investigações e as publicações decorrentes nas áreas de influência, e ainda os vários trabalhos realizados nos Museus (Pereira, 1993). A título de exemplo, Isabel Pereira (1999) refere que o Museu Municipal de Guimarães recolherá todos os vestígios arqueológicos da *Citânia de Briteiros*, e de outros monumentos arqueológicos, promovendo simultaneamente um roteiro de visita entre o espaço arqueológico e o Museu, dando origem ao conceito de promoção territorial: «*A noção de que o desenvolvimento económico da região está relacionado com o bem-estar das populações, passou a estar associado à instituição-museu.*» (Pereira, 1999: 33).

O Museu Etnográfico Português e o Museu Nacional de Belas Artes, também eles criados nos finais do século XIX, são construídos como instrumento complementar ao ensino da época, onde se deseja implementar a educação/ensino e cultura para todos (Rocha-Trindade, 1993).

O atual Museu Nacional de Arqueologia, criado entre 1893 e 1897, sob o nome de Museu Etnográfico Português, recebe em 1897, nova nomenclatura: Museu Etnológico Português, nesta altura revê como objetivo o conhecimento da origem, cultura e história do povo português. A par do novo discurso museológico edita a Revista *O Archeólogo Português*, que tem por missão a promoção da investigação, o despertar do interesse científico, assim como estimular o conhecimento (Pereira, 1993). É com programas museológicos similares que os estadistas dos finais do século XIX pretendem desencadear na sociedade da altura, o conceito de nação, de identidade de um povo, legitimado

através da memória, dos vestígios históricos, arqueológicos e etnográficos, a nossa presença e importância no contexto europeu da época. (Rocha-Trindade,1993).

No início do século XX com a implantação da 1ª República, o primeiro governo quis demarcar-se do “*desleixo*” evidenciado pelas antigas direções de museus (Trindade, 1993:44). A maior marca da 1ª República foi a tentativa de padronização dos museus, criando legislação onde se estabelecesse o dever de conservação do património, por organismos descentralizados que respondiam à República; a criação de um maior número de museus regionais permitiria, aos olhos republicanos, a proximidade ao maior número de pessoas, com o acesso às artes e conseqüente complemento ao ensino. (Rocha-Trindade, 1993)

Com o Estado Novo, a política museológica seguiu razões e valores nacionalistas, que imprimiu sob várias formas, no espírito da população. Portugal não foi caso único, pois à semelhança de Espanha, Itália, Alemanha e URSS, países com regimes totalitários, à época, a construção de uma memória coletiva de Nação legitimava o poder político. O Museu serviu como meio para a propaganda do nacionalismo, com função moralizadora, contribuindo para a construção, reforço da memória e identidade cultural de um povo, legitimando o poder político e soberania de uma nação. (Mendes, 2013; Nunes, 2016; 2017)

A criação de vários museus regionais que oferecem a visão unilateral, de uma Identidade Portuguesa única, baseado num programa de folclore nacional, onde se glorificava a arte e os ofícios rurais, as danças, os cantares rurais, de um poder, uma soberania legítima na metrópole como nas colónias, potencia a valorização do património cultural existente. Durante a vigência do Estado Novo esta será a linha orientadora na criação de novas unidades museológicas. Na Década de 40, a “*Exposição do Mundo Português*” reforça a visão de identidade portuguesa que manter-se-á em voga até ao emergir da Nova Museologia (Brigola, 2011).

O conceito, os objetivos e a organização dos museus de então, enquadra-se assim como os seus congéneres europeus, na museologia tradicional: o conteúdo centra-se no objeto, na coleção, na descrição excessiva das peças, transformando o público num agente passivo nesta interação, tendo como principais preocupações a conservação, preservação e documentação dos objetos. (Rocha-Trindade, 1993).

O conceito conhece mudanças colossais no pós-segunda guerra, conseqüência de dois conflitos mundiais, que causaram a destruição de heranças ancestrais, de símbolos de nacionais, sobretudo com a criação da UNESCO pela ONU, objetivando a organização para a Educação, Ciência e Cultura, e contribuindo para a paz e segurança no mundo através destes pontos em estreita

colaboração com as nações que aderiram, e por fim a assegurando o respeito pela Justiça, Leis e os Direitos Humanos¹. Na década de 60, após as mudanças iniciadas no pós-guerra (Soto, 2014), assistimos a alterações de mentalidade provocadas pelos movimentos sociais, estudantis e pelos feministas, que exercem um papel crítico na sociedade, e entre as temáticas e áreas criticadas, a instituição Museu está presente. Os museus eram considerados “instituições burguesas”, espaços com gastos astronómicos, com públicos restritos, elitista e nada apelativos para a população em geral, «[...] *tinham-se transformado em pouco mais do que um depósito lúgubre de objetos*» tornando-se alvo de críticas de contestação e até de movimentos que vão contra a sua existência (Duarte, 2013, Chagas, *et al.*, 2018).

No caminho da mudança, assiste-se a um novo interesse pela ciência museológica e numa perspetiva pedagógica, nos museus surgem os primeiros serviços educativos, centrando a atividade na relação do público com o objeto, o que se traduz no aparecimento de uma nova corrente: a Nova Museologia, paradigma com abordagens inovadoras, onde a principal mudança se dá no objeto de estudo: o Homem e a sua realidade (Desvalleés, 2013: 62).

O novo movimento é impulsionado pelo ICOM, em 1958, durante o Seminário Regional da Unesco, realizado no Brasil. A organização chama a atenção para o índice de analfabetismo existente na população mundial, propondo que os museus possam servir e envolver a comunidade onde estão inseridos propondo um papel privilegiado na educação. A Declaração de Santiago, de 1972, considerada um “*documento Iniciático para a Nova Museologia*”, delinea o papel social do museu e, lentamente a barreira da comunicação vertical tende a desaparecer, apelando à necessidade de o museu estar ao serviço da comunidade e do território onde se insere (Cândido, 2003; Leite, 2014:8). O novo movimento afirma que o Museu, enquanto instituição educativa, pode ser um instrumento ativo na minimização das fraquezas identificadas na comunidade, focando-os em objetivos a atingir, passando a atuar como agente na redução dos preconceitos de toda a natureza, sobretudo, em favor da dignidade social e comunitária, comprometendo-se com a melhoria da qualidade de vida e com a criação de benefícios para a comunidade local (Chagas, 2018). Assim, na década de 80 e após a Declaração do Quebec (1984) o movimento da Nova museologia vê a sua ação consolidada e surgem novas estruturas como os Ecomuseus, os Museus de Território, Museus de Sítio e os Museus da Comunidade. Concretiza-se a ideia de museu território, socialmente ocupado e que vê no património (o material, o imaterial, o natural, o cultural ou a coleção) um dos objetivos a tratar (Brigola, 2011; Filipe e Varine, 2015). Em Portugal, com o reconhecimento do Movimento Internacional para uma

¹ <https://unescoportugal.mne.gov.pt/pt/a-unesco/sobre-a-unesco>, acedido em 18/04/2021

Nova Museologia (MINOM) surgem alguns casos de estudo e bons exemplos nestas novas infraestruturas Museológica, como por exemplo o Ecomuseu do Seixal, o Museu do traje de São Brás de Alportel (Leite, 2014; Filipe e Varine, 2015).

A relação do Homem com o meio, com a realidade onde se insere será o objeto do movimento ideológico, por oposição à Museologia Tradicional. A “*tríade conceptual*”: o território, o património cultural e a comunidade, dará início «[...] *à formulação dos princípios da Nova Museologia* [...]» (Sancho Querol, 2013:170) e ao aparecimento de uma nova vertente: a Sociomuseologia ou Museologia Social (Chagas *et al.*, 2018). As convenções e as recomendações continuam e o conceito evolui para um princípio muito mais abrangente e sobretudo imaterial, sendo «[...] *feita de afetos, na formação de narrativas contruídas pelos protagonistas, nos museus como processos políticos, poéticos e pedagógicos que sejam protagonistas e cenários de construção de memórias e de sonhos que levam a reconstrução da realidade.*» (Leite, 2014:9)

A necessidade sentida pelos museus nesta nova abordagem foi de tal forma marcante que procuram proteger os contextos, os locais das descobertas dos bens patrimoniais, promovendo o envolvimento da comunidade nesta conquista de espaço, sensibilizando o grupo que lhe é associado, capacitando-os como membros ativos na proteção dos bens e tornando-os peças chaves da ação museológica.

A mudança de paradigmas é tão abrangente que não incide, apenas, na evolução do conceito de museologia, transforma também a visão que se tem do conceito de Património, também ele um conceito em constante evolução, em perpétuo devir, porque reflexo da, herança materializada na cultura móvel e imóvel, material e imaterial, assim, temos ao longo do século XX diversos “patrimónios” agregados ao conceito, refletindo as recomendações e cartas das convenções universais emanadas das organizações criadas no segundo quartel do século XX. (Filipe e Varine, 2015; Martins, 2019)

A origem do conceito de Património está no substantivo latino “*Patrimonium*”, que significa a “herança paterna”, conjunto de bens reunidos que descendem de pais para filhos e aos quais atribuímos um valor simbólico. Este valor passa da esfera privada para a esfera social, cultural e política, pelo que, desde a sua primeira referência/conceito relacionado com o monumento histórico, no Séc. XIX, até a visão distinta e amplamente alargada de património cultural, que engloba o património imaterial, material, imóvel, integrado, móvel, natural, acompanha a evolução do conceito da ciência que estuda os museus, proporciona a consciencialização de que tudo é património e que

por isso à luz do novo paradigma, a tomada de consciência da sua importância é imprescindível para a individualidade, identidade de grupo, comunidade ou povo.

No âmbito do Património cultural, a UNESCO definiu conceitos, políticas e boas práticas para que pudessem ser implementadas e usadas por todos os países que a constituem. A criação de organismos possibilitou que cada país pudesse preservar e conservar, divulgar e valorizar o seu património cultural. Assim, promoveu a emissão de cartas (Carta de Veneza, 1964) de convenções e recomendações (Convenção de Paris, 1972), normativos que serviriam para os países desenvolvidos, mas em especial para os países em via de desenvolvimento ou países não desenvolvidos. (Martins, 2019)

No que respeita à proteção do património cultural um dos primeiros passos dados foi em 1954, na Convenção de Haia, onde se redige um texto internacional para a sua proteção em caso de conflito armado, em 2003 é incluída a proteção ao Património Imaterial, ratificada em 2008, em resolução da Assembleia da República, nº47/2008 DR 1ª Série – nº 177-12 de setembro de 2008, em Portugal (Roseta, 2019).

Apesar da produção documental que visa a proteção do património, estas convenções, nem sempre conseguiram a preservação do património, a título de exemplo mencionamos a recente destruição da cidade de Palmira, o saque ao museu do Cairo, o assassinato do cientista que melhor conhecia a civilização e o seu património, a dizimação de várias etnias Curdas, tribos sírias, etc. (Martins, 2019).

A Carta de Atenas (1931)² que preconiza a Proteção ao Património Cultural emanada pelo grupo de arquitetos e técnicos de monumentos históricos de então, foi um dos primeiros passos a configurar na história da Proteção ao Património arquitetónico, cultural e histórico. A Carta Veneza (1964)³ reforça esta proteção quando recomenda a responsabilidade coletiva na proteção dos monumentos antigos através de metodologias de conservação reconhecidas e recorrendo ao restauro em situações excecionais.

Portugal não foi exceção, em 1901, em pleno regime monárquico, edita o 1º diploma de proteção ao Património Cultural, em particular, as normas de proteção aos bens arqueológicos. Durante o Regime Republicano, o país reforça a sua proteção pela descoberta com o decreto nº 1 de 26 de maio de 1911. Em 1932, a criação do Decreto nº 20.985, de 7 de maio, irá manter-se em vigor até à Lei do Património Cultural de 1985 (Nabais, 2016). Nos alvares da liberdade, a política cultural

² <http://www.patrimoniocultural.gov.pt/media/uploads/cc/CartadeAtenas.pdf>

³ <http://www.patrimoniocultural.gov.pt/media/uploads/cc/CartadeVeneza.pdf>

toma rumo de modernidade e em 1968 cria-se a Secretaria de Estado de Informação e Turismo, mais tarde em 1971, agregado ao Ministério da Cultura, constitui-se o Instituto da Alta Cultura e a Direção Geral de Assuntos Culturais. Novos ministérios se seguem e secretarias de estado, até que em 1976, fruto de uma liberdade conquistada, dá-se a redação da Constituição da República Portuguesa (CRP) e numa perspetiva de apetrechar o Estado com um documento com os direitos fundamentais e a organização dos poderes político, Portugal garante, pela primeira vez, ser tarefa fundamental do Estado criar, entre outras, condições culturais. De acordo com o Decreto de Lei n.º 86/1976, Série I de 10 de abril de 1976, que aprova a Constituição da República Portuguesa, o Art.º 9, alínea a) afirma «Garantir a independência nacional e criar as condições políticas, económicas, sociais e culturais que a promovam;» e no Art.º 78.º «O Estado tem a obrigação de preservar, defender e valorizar o património cultural do povo português. [...]»⁴

A lei de proteção do Património Português nº 13/85 de 6 de junho de 1985⁵, fruto das mudanças políticas ocorridas na década de 70, da abertura a uma realidade liberal e responsabilizadora do estado e dos cidadãos, reflete os novos paradigmas, mudanças teóricas e visão moderna da época, onde são revistas as Convenções, Cartas, Declarações e recomendações emanadas pelos organismos da UNESCO.

Atualmente a legislação em vigor, a Lei de Bases do Património Cultural, nº 107/2001, de 8 de setembro reflete as recomendações da UNESCO, definindo o conceito como:

«O património cultural é constituído por todos os bens que, sendo testemunhos com valor de civilização ou de cultura portadores de interesse cultural relevante, devam ser objeto de especial proteção e valorização.»

A Lei Quadro dos Museus enquadra-se neste âmbito quando se regulamentam as formas de proteção do património a cargo dos Museus e estruturas museológicas em território Português.

A convenção de Faro, em 2005, art.º 2 afirma que o «*Património Cultural é um conjunto de recursos herdados do passado que as pessoas identificam independentemente do regime da propriedade dos bens, como reflexo e expressão dos seus valores, crenças, saberes e tradições em*

⁴ <https://www.parlamento.pt/Parlamento/Documents/CRP1976.pdf>

⁵ <https://data.dre.pt/eli/lei/13/1985/07/06/p/dre/pt/html>

*permanente evolução. Inclui todos os aspetos do meio ambiente resultantes da interação entre as pessoas e os lugares através do tempo.»*⁶

Como é fácil perceber, a proteção ao Património Cultural está em constante atualização, e a legislação portuguesa tem a preocupação de acompanhar esta evolução, sendo as últimas recomendações sempre tidas em consideração.

2.2. Museu e Centros de Interpretação: semelhanças e diferenças

2.2.1.O Museu à luz da Lei-Quadro dos Museus

«O museu é uma instituição permanente sem fins lucrativos, ao serviço da sociedade e do seu desenvolvimento, aberta ao público, que adquire, conserva, investiga, comunica e expõe o património material e imaterial da humanidade e do seu meio envolvente com fins de educação, estudo e deleite.» ICOM Portugal, 2007

Portugal, tal como os seus congéneres europeus, encetou mudanças na legislação do património cultural e no panorama museológico durante a década de 90 (Filipe, 2017), renovando a legislação do Património, até então em vigor e elaborada no entusiasmo da Democracia do 25 de abril de 1974.

A nova Lei de Bases do Património Cultural, Lei nº107/2001, de 8 de setembro, publicada pouco depois da definição de Museu, difundida pelo ICOM, prevê no Art.º 3º, nº 3, como tarefa fundamental do Estado, *«O conhecimento, estudo, proteção, valorização e divulgação do património cultural constituem um dever do Estado, das Regiões Autónomas e das autarquias locais.»*, o Art.º 7 reflete o *«Direito à fruição do património cultural: todos têm direito à fruição dos valores e bens que integram o património cultural, como modo de desenvolvimento da personalidade através da realização cultural.»*⁷

Com base nestes dois pressupostos a criação da Estrutura de Projeto da Rede Portuguesa de Museus, em 2000, surge numa linha de capacitação das estruturas museológicas existentes, assim como de outras instituições consideradas museus, públicos ou privados e, que à época, necessitavam de uma regulamentação e normalização de requisitos para serem considerados como tal à imagem do novo conceito difundido pelo ICOM Internacional. A nova concepção serviu de matriz ao grupo de

⁶ <http://www.patrimoniocultural.gov.pt/media/uploads/cc/ConvencaodeFaro.pdf>

⁷ <https://data.dre.pt/eli/lei/107/2001/09/08/p/dre/pt/html>

trabalho constituído em Portugal, na criação da Lei-Quadro dos Museus, que viria a ser publicada cerca de três anos mais tarde (Camacho, 2009; Filipe 2017).

A Lei n.º 47/2004 de 19 de agosto, **Lei-Quadro dos Museus Portugueses**, que regula os Museus Nacionais e os Museus que integraram a Rede Portuguesa de Museus, desde 2001, define o conceito “Museu” numa forma em tudo semelhante à recomendação do Organismo Internacional:

« Artigo 3.º

Conceito de Museu

1 — *O Museu é uma instituição de caráter permanente, com ou sem personalidade jurídica, sem fins lucrativos, dotada de estatuto organizacional que lhe permite:*

- a) *Garantir um destino unitário a um conjunto de bens culturais e valorização através de investigação, conservação, interpretação, exposição e divulgação, com objetivos científicos, educativos e lúdicos.*
- b) *Facultar acesso regular ao Público e fomentar a democratização da cultura, a promoção da pessoa e desenvolvimento da sociedade.*

2 — *Consideram-se museus as instituições, com diferentes designações, que apresentem as características e cumpram as funções museológicas previstas na presente lei para o museu, ainda que o respectivo acervo integre espécies vivas, tanto botânicas como zoológicas, testemunhos resultantes da materialização de ideias, representações de realidades existentes ou virtuais, assim como bens de património»⁸*

O Artigo 3.º reflete, assim, as recomendações do ICOM e esclarece que as instituições, mesmo com diferentes designações, mas que apresentem acervo diferente dos museus tradicionais e cumpram as funções museológicas, possam beneficiar desta definição alargada. Contudo, numa lógica de não exclusão de instituições que por diversos motivos não reúnem as condições necessárias para a execução das funções museológicas, o Artigo 4º afirma que devem ter, obrigatoriamente, coleção visitável (acesso e visita pública regular) e possibilidade de investigação para que possam ser considerados nos apoios financeiros do estado.

8

http://www.patrimoniocultural.gov.pt/static/data/museus_e_monumentos/credenciacao_de_museus/lei_dos_museus.pdf

«[...]Artigo 4.º

“Colecção visitável”

1 — *Considera-se colecção visitável o conjunto de bens culturais conservados por uma pessoa singular ou por uma pessoa colectiva, pública ou privada, exposto publicamente em instalações especialmente afectas a cultural imóvel, ambiental e paisagístico esse fim, mas que não reúna os meios que permitam o pleno desempenho das restantes funções museológicas que a presente lei estabelece para o museu.*

2 — *A colecção visitável é objecto de benefícios e de programas de apoio e de qualificação adequados à sua natureza e dimensão através do Estado, das regiões autónomas e dos municípios, desde que disponha de bens culturais inventariados nos termos do artigo 19º da Lei n.º 107/2001, de 8 de Setembro.*

3 — *Os programas referidos no número anterior são preferencialmente estabelecidos quando seja assegurada a possibilidade de investigação, acesso e visita pública regular.[...]»*

Esta nova abordagem introduz a obrigatoriedade de possuir uma colecção visitável, a valorização das suas colecções e patrimónios através de um conjunto de ações definidas, em especial a investigação. O Museu é um espaço de fruição, lazer e de desenvolvimento social.

No decurso da leitura da lei, assistimos à definição, descrição e clarificação das funções que a instituição “Museu” deve ter definidas e aprovadas em regulamento pela tutela: este difere de outras instituições museológicas porque tem como funções o dever de estudo e investigação das colecções que integra; ter um plano de incorporações definido no seu regulamento; está obrigado a ter o registo, documentação diversa e inventário de todo o bem à sua guarda; fazer conservação dos bens a ser cargo, ter, também, um plano de segurança em ação e aprovado pela tutela; ao cumprir com a sua função de estudo, tem o dever de interpretar e expor para fruição dos mais variados públicos sendo elemento pró-ativo na sua educação, tendo como dever implícito a formação de consciências e cidadãos. As funções aqui apresentadas são explanadas nos artigos seguintes, com o objetivo de pormenorizar todos os serviços oferecidos⁹.

Mas a lei do Museu não se esgota no estabelecimento de normas para o seu exercício, ela estabelece critérios muito claros em relação aos recursos humanos para trabalharem na instituição.

⁹ Lei n.º 47/2004 de 19 de agosto

Esclarece, de antemão, que a mesma deve ter um Diretor¹⁰, independentemente da tutela e/ou gestão, que dirigirá os serviços, que fará cumprir o plano de atividades e que coordenará o pessoal técnico habilitado. Deverá ter formação académica em Museologia, ou equivalente, e a sua formação de base deverá estar de acordo com a especialização requerida de acordo com a particularidade das coleções (Serra, 2007: 58).

No que se refere a serviços de conservação e restauro o Museu deve ter técnicos especializados na carreira de Conservação e restauro, pois o trabalho que executam exige conhecimento científico, técnica e formação ética, por forma a atuarem sobre o “património cultural sem perda de informação nem prejuízo da autenticidade”¹¹. Os recursos humanos alocados à instituição museológica, são de forma genérica mencionados remetendo para legislação específica, o Decreto-Lei n.º 55/2001 de 15 de fevereiro. Apesar da sua referência e da formação, os profissionais na área continuam “O ponto fraco”, tanto nos museus públicos¹², como nos privados (Serra, 2007; Camacho 2020).

O pessoal técnico profissional seleccionado para as carreiras de vigilante-rececionista, deve ter em consideração a multiplicidade de tarefas que realizam no seu dia a dia. O contacto com o público obriga estas categorias profissionais a possuírem formação contínua, sobretudo em atendimento, resolução de conflitos e aptidão adequada sobre as coleções e conteúdos expostos, transmitindo ao visitante conhecimento e integração no projeto onde trabalham, de acordo com o art. 45º da Lei Quadro de Museus (Serra, 2007).

De acordo com a Decreto-Lei n.º 55/2001 de 15 de fevereiro, no articulado que define o regime das carreiras de museologia, conservação e restauro do pessoal dos museus:

«Os técnicos do serviço educativo, não tem carreira específica, o entendimento de que a permeabilidade das carreiras é fundamental ao desempenho do museu, justifica que, por exemplo, aos serviços educativos não seja atribuída uma carreira específica. A experiência mostra que a formação específica e respectiva carreira, nesta área, são perigosamente redutoras. As importantes funções do serviço educativo de um museu, dirigidas a públicos diferenciados cada vez mais exigentes, não dispensam um trabalho de equipa alargado, coordenado por um conservador

¹⁰ Decreto-Lei n.º 55/2001, diploma que define o regime das carreiras do pessoal que exerce a sua atividade no domínio da museologia e no domínio da conservação e do restauro.

¹¹ Texto do preâmbulo do Decreto-Lei n.º 55/2001 de 15 de fevereiro

¹² Informação recolhida no “Relatório Museus do Futuro, 2021”, sob a Coordenação de Clara Camacho

e desempenhado por técnicos de nível superior e médio com formação inicial diversificada, definida pelas particularidades das colecções e dos objectivos de cada museu.»

Decreto-Lei n.º 55/2001 de 15 de fevereiro.

Reconhece-se que a reduzida presença de recursos humanos com formação adequada, e num número que seria considerado aceitável, em especial na área da guardaria e recepção, é recorrente nos museus públicos (Administração central, Regiões Autónomas, Autarquias Locais) mas é muito maior nos museus privados (Igreja, Misericórdia, Fundações, Associações, Empresas e Particulares) (Serra 2007). A falta de pessoal é um problema sistémico, sendo transversal tanto a museus públicos como privados, e nem mesmo com a atual Lei-Quadro, está sanado, pois, no caso dos museus com tutela pública, estão dependentes da morosidade da contratação pública, das vontades políticas e disponibilidades orçamentais. Os recursos humanos requerem das instituições museológicas formação profissional especializada ao integrar o quadro do museu, pelo que o Museu deveria dispor de recursos financeiros, atribuídos pela Tutela, onde deve ter enquadramento orgânico, que permita a sua sustentabilidade e o cumprimento da sua função (art. 44º, 45º, 46º, 48º, da Lei n.º 47/2004 de 19 de agosto).

Apesar do tema refletido nos parágrafos anteriores, é visível a reduzida capacidade de autonomia na gestão dos museus, que se reflete também na limitada ação cultural de muitos museus públicos e outros tantos privados. Ausência de autonomia na gestão de recurso humanos, físicos e financeiros traduz-se na forma como planeia as suas atividades, programas, ações culturais e desenvolvimento da sua atividade quotidiana (Serra, 2007; Filipe, 2017).

Os Museus devem ter instalações adequadas às suas funções, contudo e, apesar desta normativa, ainda são muitos os museus que se adaptam às funções atribuídas, lutando diáriamente com falta de espaço para os trabalhos de investigação e trabalhos de restauro, nomeadamente com oficinas de restauro inapropriadas à dimensão do instituição (Art. 51º da Lei n.º 47/2004 de 19 de agosto).

Dois documentos de grande relevância para a instituição são o Enquadramento Orgânico na Tutela e Regulamento do Museu, este último, enquadrado e aprovado pela entidade da qual depende. No Regulamento são discriminados os seus desempenhos, estão contempladas a vocação do museu, enquadramento orgânico, devem estar explanadas as funções museológicas indicadas no artº7, os

horários de abertura ao público e qual o seu regime, art. 54º da Lei n.º 47/2004 de 19 de agosto, para além da gestão de recursos humanos e financeiros, art. 48º.

Um documento cada vez mais importante na gestão de um museu e que continua a ser desmerecido é o estudo do seu público¹³, este documento, quando existente, permite à direção planear, organizar e apresentar programas dirigidos ao público que os visita, por forma a fidelizar e angariar novos visitantes. Para tal, torna-se necessário que o museu e a tutela, em particular, procurem a mudança de paradigmas, novos programas museográficos, novos equipamentos mais atrativos, intuitivos, lúdicos e uma nova abordagem nos temas apresentados com o fim último, a atração turística (Gonçalves, 2009)

A instituição “Museu” tem ainda o dever e direito de preferencia sobre os bens culturais alienados, resultantes de venda, leilão ou incorporação nas diferentes modalidades, (Art. 13º da Lei n.º 47/2004 de 19 de agosto). A incorporação deve ser preferencialmente executada no museu nacional ou em alternativa num Museu pertencente à Rede Portuguesa de Museus.

Como é fácil imaginar os deveres e obrigações da instituição “Museu” levam muitas das entidades tutelares a esquivar-se de uma possível credenciação, apesar de para muitas ser uma opção vantajosa. Contudo, as exigências na sua adesão e manutenção tornam a sua aprovação, morosa e principalmente honorosa.

2.2.2. O que é um Centro de Interpretação (CI)

Após uma pesquisa aturada a um conjunto considerável de bibliografia, nacional e estrangeira que pudesse orientar na temática sobre o conceito de Centro de Interpretação, permitindo defini-lo, caracterizá-lo e distingui-lo de um museu, constatamos que, apesar de serem espaços recorrentes, quer em meio urbano, quer em meio rural, estas estruturas têm pouca documentação que as caracterize (Bertonatti, *et al*, 2010; Izquierdo Tugas *et al.*, 2005; Pizarro, 2019).

A situação ocorre, em certa medida, porque são estruturas, em opinião pessoal e de alguns autores consultados, que não estão regulamentadas nem definidas na lei, refletindo-se essa ausência na sua autonomia e sobrevivência (Garrido & Sánchez, 2015; Pizarro, 2019).

A gênese destes espaços está intimamente ligada à criação de parques temáticos com origem nos Estados Unidos da América, na valorização e proteção do património natural existente e que despertava o interesse de vários excursionistas (Izquierdo Tugas *et al.*, 2005). Poucos anos depois surge em Inglaterra, onde, também se proporcionou um contacto direto, uma experiência sensorial e lúdica

¹³ Artigo 57º, Lei n.º 47/2004 de 19 de agosto - Estudos de público e de avaliação

ao visitante. O modelo amplamente divulgado em Espanha e Portugal, na década de 80/90, cresceu graças aos financiamentos dos fundos europeus (Izquierdo Tugas, *et al.*, 2005).

Nos alvares da Nova Museologia, a mudança de paradigma introduz transformações colossais na forma como se vê o museu e conseqüentemente na sua caracterização. As transformações ocorrem na sua génese, o museu passa a ser o território, o património que lhe acrescenta valor e a comunidade que se torna também ela intérprete e objeto de estudo (Rechena, 2003; Duarte, 2013).

Nesta evolução que a ciência social – a Museologia tem vindo a enfrentar, os Centros de Interpretação, estruturas museológicas que surgem no decorrer da evolução do paradigma da Museologia Tradicional para a Nova Museologia, estão normalmente associados a sítios arqueológicos, monumentos, a parques naturais, a ecomuseus, a museus da comunidade, a áreas de territórios distintos com património único (Nabais, 1993; Ponte, *et al.*, 2019).

Mesmo sem uma regulação definida para os C.I. é possível traçar características chegando a definir uma mediana para a sua organização enquanto instituição museológica cada vez mais utilizada na interpretação dos territórios, nomeadamente nos territórios rurais (Rechena, 2003; Bertonatti, 2010)

Os Centros de Interpretação não pretendem ser museus. Esta é uma premissa que vemos subentendida nos documentos consultados, até porque, apesar de não terem missão e objetivos regulamentados, a sua missão é distinta de um museu: pretende-se interpretar o património a que se propôs proteger e ser um mediador entre o visitante e o objeto(s) (Izquierdo Tugas, *et al.*, 2005; Martín Piñol, 2011).

De acordo com os autores lidos para esta breve caracterização, o C.I. tem como objetivo a interpretação de um espaço que lhe é próximo e que esteve na origem da sua conceção/construção (Pizarro, 2019). Deve facilitar a interpretação e o acesso a todos os públicos, basear-se em conhecimento científico de qualidade, relacionar-se com o meio, a comunidade local e científica, respeitar a autenticidade do bem patrimonial (Carta de Nara), deve ainda ser inclusiva, abrangente, formativa e ter continua investigação, formação e avaliação (Pizarro, 2019:14-15).

O problema na atribuição de uma definição aceite por todos, expressa-se sobretudo na definição da missão, vocação e objetivos (Izquierdo Tugas, *et al.*, 2005). Não sendo museus, são estruturas, apelidadas por alguns de Paramuseus (Martín Piñol, 2011), onde a sua principal função é a interpretação, procurando dessa forma realizar a mediação entre o objeto e o visitante (Martín Piñol, 2011; Pizarro, 2019).

As diferenças podem ser ténues, mas cruciais, os Museus têm definição, descrição e clarificação das funções museológicas; tem o dever de colecionar, inventariar, documentar os bens patrimoniais, o que implica estudo, investigação, conservação e a incorporação, ocupações a que um Centro de Interpretação não está necessariamente obrigado. Aliás, o facto de não ser indispensável a existência de objetos numa exposição permanente, torna o espaço mais vocacionado a usar estratégias expositivas cada vez mais elaborada e imaginativas. O objetivo passa por captar a atenção do visitante, provocando o turista com a informação/interpretação oferecida. Contudo o amplo uso da interpretação através das diversas ferramentas disponíveis é comum, tanto a museus como a C.I., e este pormenor torna a abordagem mais complexa, contudo as funções museológicas apontadas são claramente diferenciadoras entre as duas instituições (Izquierdo Tugas, *et al.*, 2005; Martín Piñol, 2011; Pizarro, 2019).

Observemos alguns dos problemas identificados e analisados nos espaços museológicos estudados pelos autores consultados para esta caracterização.

Um dos maiores dilemas associados aos C.I. está relacionado com o vazio legal existente na legislação europeia e consequentemente na nacional; não tem missão, objetivos e valores definidos; em muitos dos centros identificados há falta de sinalética: como chegar, onde ir recolher informação, quais as suas atividades; ausência de planificação e as agendas de oportunidades muito próprias de cada município ou tutela; a sustentabilidade, pois como infraestruturas emergentes de um desenvolvimento turístico em territórios rurais, onde não existia um historial turístico, nem organizações de apoio que os pudessem manter, surgem como núcleos implementados por oportunidade financeira e política, sem nunca se ter pensado num planeamento estruturado para os mesmos, este facto ocasionou o fecho de muitas destas unidades; os custos na manutenção do edifício, a falta de formação dos recursos humanos ou a sua ausência, a situação laboral e instabilidade profissional; questões básicas como horários de funcionamento, guias para os visitantes e programas museográficos apelativos; a ausência divulgação e trabalho em rede que provoca o enfraquecimento destas estruturas, por fim a falta de avaliação de funcionamento onde se identifiquem as incapacidades e as oportunidades de melhoria (Izquierdo Tugas, *et al.*, 2005; Garrido & Sánchez, 2015).

As motivações implícitas à criação de muitos museus e C.I. tem na maioria dos casos origem na demanda turística, nas políticas de desenvolvimento territorial e também nas oportunidades financeiras que os Municípios, em territórios maioritariamente rurais, aproveitam para o investimento local, resultantes dos fundos europeus (Carvalho, 2012; Garrido & Sánchez, 2015; Carvalho, 2016).

Em 2005, foi criado um projeto de análise e avaliação que culminou na criação do “Manual Hicira”, documento redigido a partir do estudo de um conjunto de Centros de Interpretação de vários países europeus participantes, que teve como objetivo uma avaliação qualitativa onde se identificavam os problemas existentes nos C.I. O trabalho teve ainda como ambição a apresentação de um conjunto de estratégias para a gestão, a sustentabilidade dos equipamentos existentes e ajudar na criação de novos C.I. (Izquierdo Tugas *et al.*, 2005).

O Centro de Interpretação por norma, é um espaço sem objetos, contudo este não é um critério rígido (Pizarro, 2019), podendo ter alguns ou mesmo réplicas que permitam o toque, o manuseamento, a interação com o bem, sem medo de danificar. Em coerência com esta característica, os C.I. apostam na interpretação, numa mediação que pretende ser provocadora pois quer deixar marca no visitante, exige dele uma interação única, irrepetível e marcante para quem visite (Izquierdo Tugas, *et al.*, 2005; Garrido & Sánchez, 2015). A interpretação deve mexer com o visitante, deve transmitir emoções, criar expectativas, ampliar horizontes e promover a satisfação (Tilden, 1957).

Os Centros de Interpretação surgem como elementos diferenciadores e como resposta a uma necessidade dos Territórios de Baixa Densidade (TBD), tal como surgiram na década de 80 os museus locais surgem como uma estratégia para o desenvolvimento territorial, como chamariz para um público cada vez mais sedento de turismo cultural, que o procura como forma de lazer (Rechena, 2003; Gonçalves, 2007;). A promoção turística fundamentada em bens culturais sustentados em conteúdos científicos de boa qualidade, privilegiando a autenticidade, uma apresentação dinâmica, interativa e atrativa são critérios a conservar, tanto nos Centros de Interpretação como nos Museus atuais. Contudo, estas orientações nem sempre são seguidas, pois a planificação destes espaços fica muito aquém do espetável.

A Planificação na conceção destas infraestruturas deve passar, em primeiro lugar, por objetivos claros, um bom produto científico, ou seja, os conteúdos a expor no C.I. devem estar bem fundamentados cientificamente, deve também fazer-se um bom estudo de mercado a fim de conhecer bem o público a que se dirige o equipamento, conhecer as suas expectativas, interesses, motivações, etc., pois isso ajuda na organização do que se expõe, ajuda na gestão de recursos e fideliza o visitante; usar estratégias museográficas apelativas na conceção do C.I., tirando partido das novas tecnologias para tornar o espaço museográfico mais atrativo, emotivo e ir ao encontro de todos os tipos de público que o visitam, por forma a deixar marca, desejando-se que a visita seja inesquecível. No campo museográfico a evolução é tão grande que existem equipas experientes que trabalham os conteúdos e o local a interpretar de forma exemplar, respondendo às várias exigências do público, acrescentando

formas diversas de interpretar para todos (Izquierdo Tugas, *et al.*, 2005, Carvalho, 2014, 2016; Pizarro, 2019).

O envolvimento da comunidade local é fundamental para o sucesso e sustentabilidade do espaço. Permitir que estes possam participar na escolha do local, na identificação de conteúdos a explorar, para além dos que estão na origem do C.I., integrá-los como atores ativos na divulgação e promoção do património que se pretende valorizar, transformando-os em defensores do que existe na sua região. Esta visão permite o desenvolvimento económico local, porque gera economia paralela decorrente das necessidades geradas pelo turismo cultural e as comunidades onde se encontram estes espaços são os primeiros beneficiados. (Garrido & Sánchez, 2015).

A par dos requisitos chave, que se deve aplicar a qualquer estrutura museológica, acrescentamos nós, deve ainda, estar contemplado a escolha do local para a construção do edifício, perto do sítio a musealizar; prever de antemão, uma sinalização para a área, como chegar e orientar-se dentro do C.I., prever maquetas, painéis, vídeos interativos, filmes promocionais, visitas guiadas, agendamento de atividades diversas, dentro da missão prevista do C.I.; facultar toda a informação possível ao visitante, onde comer, onde dormir, o que visitar, propor-lhe roteiros dentro do seus gostos e motivações (Izquierdo Tugas et al. 2005, Pizarro, 2019).

3. As Políticas Culturais no Município de Penela e na Região do Sicó

3.1. As potencialidades do atual território do Sicó e do Património romano existente

As políticas culturais começam a ter grande expressão no Portugal contemporâneo, no último quartel do século XX, logo após a entrada do país na Comunidade Europeia, em 1986. A adesão à então CEE (Comunidade Económica Europeia) permitiu aceder a vários “Quadros Comunitários Europeus de Financiamento” o que possibilitou, à Administração Central, Regional e Local, entre outras instituições, implementar a grande maioria das ações culturais que atualmente assumimos como naturais no nosso quotidiano. Estes apoios revestiram-se da maior importância na criação de estruturas culturais e lúdicas para os pequenos centros urbanos, que se encontravam e continuam dispersos pelo Portugal rural e que apenas estavam disponíveis nos grandes centros urbanos.

O enriquecimento cultural, associado à melhoria dos acessos aos territórios do interior, possibilitou a descoberta de regiões e patrimónios distintos e ímpares, proporcionando a quem visita pela primeira vez a descoberta de vários patrimónios (Carvalho, 2014), “tesouros” que geram em última instância uma economia paralela na região, decorrente das necessidades criadas pelo turismo cultural e arqueológico, em particular (Mendes, 2003; Gonçalves, 2009; Carvalho, 2012).

A fruição cultural só é possível quando a sua democratização está amplamente consolidada na sociedade. A crescente delegação de competências dos organismos centrais nas autarquias motivou a implementação de estruturas de apoio ao cidadão, tais como os gabinetes florestais, gabinetes de apoio ao investidor, gabinetes de planeamento urbanístico, assim como a construção de estruturas culturais como as bibliotecas, arquivos, museus, acima de tudo responsabilizou o poder local na criação de planos de gestão do território. Desta conceção holística, saíram os planos estratégicos para a região e para o seu desenvolvimento económico.

«A integração do Património, nos processos de desenvolvimento económico, social e cultural dos territórios e das populações revela uma tipologia ampla e complexa de estratégias/intervenções» (Carvalho, 2012: 294).

O alargamento da noção de património cultural reveste-se de importância capital para os territórios de baixa densidade, surge como elemento potenciador no reforço de identidade, afirmação dos territórios e capacitação das suas gentes. O património histórico cultural sustentado num profundo conhecimento dos seus bens, a par da criação de narrativas simples (Carvalho, 2011; 2014), mas cuidadas e colocadas à disposição do serviço da cultura e do turismo constitui uma âncora ímpar

para o desenvolvimento territorial. Estas regiões com uma população cada vez mais envelhecida necessitam de atrativos para que os mais jovens se fixem, e é nesta simbiose de interesses que o património cultural se constitui âncora para um conjunto de ações a implementar no território.

O Território do Sicó localiza-se na região da Beira Litoral, abrangendo na totalidade os concelhos de Ansião, Alvaiázere, Condeixa-a-Nova, Penela, Pombal e Soure. De acordo com os censos de 2011¹⁴ a maioria dos concelhos deste território recebe a designação de Territórios de Baixa Densidade¹⁵, com exceção do concelho de Condeixa-a-Nova, onde apenas uma freguesia está abrangida por esta denominação: Freguesia do Furadouro.

Como é afirmado frequentemente, os territórios de baixa densidade (TBD) são na grande maioria pertencentes a Regiões do Interior. Tomemos o exemplo do Concelho de Penela e local do objeto de estudo, na Região da Beira Litoral, que de acordo com a antiga divisão administrativa, pertencia à Região do Pinhal Interior, onde se incluíam 14 Municípios da Região de Coimbra e Leiria. Penela atualmente pertence à CIM RC (Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra)¹⁶, no entanto, revela todas as características dos denominados TBD.

De acordo com o levantamento para a Carta Educativa de Penela, da responsabilidade do Município de Penela¹⁷, elaborada com os dados dos censos de 2011 e dados do INE de 2018, o concelho apresenta alto índice de taxa de envelhecimento (71,04%), assim como uma baixa taxa de natalidade (6%), sendo que o total da população ativa do concelho representa cerca de 45,03% dos residentes.

A população ativa do Concelho, num total de 2365 indivíduos, tem índices de escolaridade baixo e mais de metade deste grupo, 56,53% dos trabalhadores tem, apenas, o 1º ciclo de escolaridade completo, 23,59% tem o ensino obrigatório e só 17,35% tem habilitações superiores (C.M. Penela, 2020)

O baixo índice de escolaridade das famílias das regiões do interior, reflete-se no reduzido interesse cultural, com repercussões ao nível laboral, económico e social. Este “desinteresse” cultural torna-se um obstáculo ao desenvolvimento do setor, inibindo novas iniciativas e progressos, o que torna a região mais frágil e pouco competitiva face às áreas litorais com mais oferta de atratividade.

¹⁴ <http://mapas.ine.pt.phtml>, consultado em 16/01/2020.

¹⁵ Resolução do Concelho de Ministros nº 72/2016, DR, 1ª série, nº 226- de 24 de novembro de 2016.

¹⁶ A CIM RC comporta 19 Municípios, desde o Centro Litoral ao Pinhal Interior Norte e a Região Centro Norte, é a 2ª maior CIM do País.

¹⁷ Diário da República n.º 21/2019, Série I de 2019-01-30, concretiza o quadro de transferência de competências para os órgãos municipais e para as entidades intermunicipais no domínio da educação.

Por forma a tornar estas áreas atrativas e competitivas para os demais, a oferta deve passar pela diferenciação, recorrendo ao que de melhor existe por estas regiões (Carvalho, 2011; 2014). Na grande maioria dos casos são zonas com património natural deslumbrante, mas desconhecido, com património gastronómico apetecível e variado, com património histórico e arqueológico rico, que estudado e dinamizado, promove, valoriza e acrescenta valor aos sítios, e confere aos locais uma identidade única e inimitável (Carvalho, 2014; 2016).

Os produtos endógenos, gastronómicos, etnográficos, o património natural, histórico e/ou arqueológico, são recursos identitários únicos que diferenciam e distinguem as regiões. É nestes elementos culturais que muitos dos decisores políticos estão, ou deveriam estar, a alicerçar as suas políticas para um desenvolvimento territorial sustentável (Mendes, 2013; Carvalho, 2011; Carvalho, 2012). Criar mais valias e tornar a região economicamente atrativa, potenciando a melhoria da qualidade de vida de quem cá vive e incentivando a vinda de outros, com o objetivo principal de fixar pessoas e criar emprego.

Os programas eleitorais dos vários partidos políticos, para o pelouro da cultura visam, atualmente, a crescente satisfação do munícipe, mas, em particular, a criação de atratividade para quem visita o território. O turismo, o sector em grande expansão no séc. XXI, deve ser “sustentado” em novidades e em bons projetos culturais, que aliciem a vinda do turista e a sua permanência na região, promovendo a economia local (restauração, hotelaria, pequeno comércio, museus, etc.) e levando consigo a imagem única e identitária da região (Carvalho, 2011; Carvalho, 2012; Carvalho 2014).

O território do Sicó tal como hoje o conhecemos tem uma riqueza e uma variedade de “patrimónios” admiráveis. O património cultural, gastronómico, endógeno, histórico e arqueológico é muito relevante nos concelhos desta região.

Desde os meados do século XX que o *Oppidum de Conimbriga* se tornou elemento polarizador para investigação e trabalho de referência aos demais concelhos vizinhos. O volume de visitantes que este espaço recebe, trouxe à região o desenvolvimento económico que só a longo termo será possível quantificar.

Em 1985, o Município de Penela foi inovador quando aceitou o convite do grupo de investigadores que iniciou escavações – a participar e apoiar financeiramente as escavações da *Villa* romana do Rabaçal. Ano após ano, adquiriu terrenos, candidatou diversos projetos a vários fundos comunitários, entre eles o Projeto de arquitetura do Museu para a sua construção, para a vedação / proteção do Sítio Arqueológico, para a Conservação e Restauro das estruturas da *pars urbana* (Pessoa,

2001, 2004, 2012), habilitando o sítio com as infraestruturas necessárias com o objetivo de dinamização do projeto. No entanto, poucos Municípios foram capazes de seguir as pisadas, verem na investigação do património arqueológico o impulso para o desenvolvimento do território rural onde nos inserimos.

A investigação arqueológica, histórica é considerada por muitos como um elemento potenciador de sinergias locais. Para tal, é necessário criar projetos sustentados no conhecimento, com muito boa investigação, sustentada numa capacidade científica ímpar, conciliando as áreas da conservação e restauro na valorização do património, procurando ainda, uma equipa multidisciplinar capaz de dominar as técnicas de divulgação, marketing e de gestão dos recursos, quer humanos, quer das infraestruturas (Pessoa, 2001).

A cidade de *Conimbriga* ocupada até ao séc. XII d.C. será objeto de investigação, estudo, conservação, exposição e educação durante o século XX, tornando-se um destino por excelência para o turismo cultural, de matriz arqueológica, na região centro (Oleiro, 1992; De Man e Soares, 2007; De Man, *et al*, 2014). Naturalmente, tornou-se o exemplo para outros concelhos, que de uma forma ou de outra, construíram a oportunidade de criar pontos de atração a este novo turismo cultural ávido de novidades e bons projetos.

A distribuição dos sítios arqueológicos, presentes no território rural de *Conimbriga*, resulta da presença da pequena e média propriedade, sendo as *uillae* o exemplo mais visível desta ocupação (Alarcão, 1990, 1999; Pessoa, 2016).

Em 1988, foram identificados *cerca de 30* sítios, *uillae*, granjas e casais (Alarcão, 1988) em redor de *Conimbriga*, cidade ocupada desde os últimos anos do início da Era Cristã e o período em que tiveram início as grandes construções públicas, durante o Reinado de Augusto. A *civitas*, denominação atribuída ao território do *Oppidum*, corresponderia, grosso modo, à dimensão de uma divisão administrativa de distrito. A *Civitas* de *Conimbriga* teria como fronteira a Norte, o Rio Mondego, limite físico natural, a Este a Serra da Lousã, a Sul a Serra de Alvaiázere, a Oeste, provavelmente, a costa litoral, a Figueira da Foz (Alarcão, 1999).

A ocupação rural à época romana desta região ocorreu dadas as condições favoráveis dos solos, boa exposição solar e a presença abundante de água, mas sobretudo por causa da exploração dos minérios existentes no interior (Alarcão, 1999). As condições associadas aos critérios de escolha dos terrenos, estabelecidos por vários escritores latinos, tais como *Catão* (Amzalak, 1953), *Vitrúvio* (Maciel, 2004) ou *Columela* (Amzalak, 1953) na implantação das unidades agrícolas revelam que a região envolvente tinha as condições ideais para a localização desta estrutura.

A ocupação do território foi materializada por várias uillae, granjas, pequenos casais e ainda, menos conhecidos, os vicus, aldeias ou pequenos aglomerados populacionais. Para além das aldeias unidas por vias onde, aqui e ali, existiam estações de muda, as mansio ou mutatio, permitindo a quem estivesse em viagem, uma refeição quente, a pernoita e a mudança de animal de transporte (Mantas, 1996). Aos Senhores, donos das terras por onde passavam as vias, poderia permitir a obtenção de rendimento extra, com a criação de entrepostos de venda, onde, porventura, venderiam o seu vinho e produtos agrícolas. As diferentes e abundantes produções agrícolas proviam o sustento das populações residentes nas uillae, da população da cidade e das populações rurais dependentes. A produção agrícola das uillae seria a principal fonte de rendimento dos Homens de maior condição da cidade (Alarcão, 1988: 129, Carneiro, 2014).

O produto do trabalho destas unidades agrícolas tinha nas vias romanas um forte aliado na distribuição, assim, assistimos à sua localização das mesmas perto das mesmas, mas afastadas o suficiente para se manterem escondidas e protegidas na paisagem.

Na área do Sicó, território onde se encontra a maior concentração de sítios arqueológicos deste período, estão mapeados cerca de 10 uillae e cerca de 20 quintas e/ou casais (Alarcão, 1999; Pessoa, 2012).

Falaremos das uillae a sul do Oppidum, as que se encontram na área de estudo deste projeto e que já se encontram musealizadas. Contudo, convém não esquecer os vários sítios identificados e que importam mencionar numa perspetiva de reforço na necessidade de proteção do território, do património material, imaterial, móvel e imóvel.

3.2. Promoção, divulgação e dinamização do território do Sicó

O território do Sicó é de há um tempo a esta parte, objeto de projetos de desenvolvimento estratégico alicerçado num produto cultural único e autêntico: o património romano e o seu território. Os projetos apresentados estão em plena concordância os princípios apresentados Carta Internacional do Turismo Cultural¹⁸, adotada pelo ICOMOS, na 12ª Assembleia Geral no México, em outubro de 1999. De acordo com o 3.1 do Princípio 3º da Carta Internacional:

«Los programas de Conservación del Patrimonio y los del Turismo, deberían ofrecer contenidos de máxima calidad para optimizar la comprensión del visitante a cerca de las características significativas del Patrimonio y la necesidad de su protección, haciéndole capaz de disfrutar adecuadamente de su visit.» ICOMOS, 1999

Os projetos públicos, como o Circuito da Romanização, o *PROVERE Villa Sicó* e o recente projeto *De Roma a Portugal: uma viagem de 1500 anos*, visam a capacitação, a promoção, a divulgação e a dinamização dos territórios, que fazem parte desta vasta área, a nível económico e a nível turístico.

Dos projetos reconhecidos no início do milénio, alguns saíram do papel e desejaram promover um produto cultural distinto e inovador. Em 2003, o “Eixo da Romanização Conímbriga-Rabaçal-Santiago da Guarda”¹⁹ mais tarde conhecido como Circuito da Romanização, dinamizado pelo Museu Monográfico de Conímbriga (MMC) e Liga de Amigos de Conímbriga (LAC) foi o primeiro, apoiado no saber científico, construído à data, e na capacidade inovadora das novas gerações de autarcas, que procurou promover um território ávido de novidades e necessitado de atratividades.

O projeto Circuito da Romanização primou pela pertinência do tema e pelo *timing* em que surgiu, foi proposto pelo MMC, aos diferentes municípios, Condeixa-a-Nova, Penela e Ansião, e dinamizado pela LAC, com o património arqueológico de época romana, em 2003. Procurou operacionalizar um produto turístico que permitisse ao visitante de Conímbriga conhecer o Património Romano nas imediações da cidade romana, com um bilhete único e atendimento personalizado em cada visita realizada. O público-alvo seria um público frequentador de um segmento de turismo cultural, de classe média, a média alta, e constituiria a matéria-prima deste projeto, para num futuro

¹⁸ https://www.icomos.org/charters/tourism_sp.pdf, acedido a 17/05/2021

¹⁹ <https://conimbriga.wixsite.com/lacefop>, acedido a 11/05/2021

conseguir-se a atração de novos públicos, através das escolas, das ações de formação de professores, entre outras atividades, entretanto propostas.

Foi proposta uma imagem de marca para o circuito, um folheto com o programa turístico cultural (Anexo I) concebido para a promoção do património material identificado, sendo da exclusiva responsabilidade do MMC e LAC, podendo os parceiros propor ou sugerir alterações.²⁰ Contudo, os parceiros poucas alterações fizeram, os Municípios teriam a seu cargo a divulgação do circuito, ficando obrigados à aplicação e homogeneização dos critérios científicos, pedagógicos idênticos aos oferecidos na visita a Conímbriga.²¹

Na conceção do pequeno projeto e da análise aos espaços existentes, foram imediatamente identificados alguns problemas existentes nos dois polos do circuito, no Rabaçal e em Santiago da Guarda. O primeiro, o Museu da *Villa* Romana do Rabaçal carecia de recursos humanos, o que criava constrangimentos na abertura do Museu e Estação Arqueológica ao público. O Segundo, acreditava-se que não deveria integrar o circuito, sem antes ter concluído a instalação do projeto de Museografia e o Programa Museológico assegurado.²² A intervenção arqueológica na *Uilla* romana de Santiago da Guarda decorreu entre maio de 2002 e novembro de 2005. Paralelamente aos trabalhos arqueológicos, decorreu um programa de conservação e restauro nas estruturas romanas e transformou o Complexo, no caso, a Torre do Paço dos Conde Castelo Melhor, num observatório da paisagem a céu aberto, bem no centro geográfico do maciço calcário de Sicó, acessível através de uma estrutura metálica de pisos. Esta intervenção foi financiada pelo Governo Central, através do então Instituto Português do Património Arquitetónico e Arqueológico (IPPAR).

Não obstante as observações, que poderiam ser o obstáculo ao sucesso do programa, este foi publicitado em 2007, nos meios de comunicação, Turismo do Centro, sites dos municípios e o *flyer* promocional foi impresso e entregue a cada parceiro (Anexo II).

O Projeto funcionou durante cerca de 4 anos, tempo durante o qual foi possível observar alguns problemas na operacionalização do circuito.

O bilhete, apesar de se apresentar como uma boa ideia, foi o primeiro entrave, o custo global no primeiro e segundo ano estava de acordo com as taxas praticadas e acordadas, sendo vantajoso para o visitante, contudo nos anos seguintes com o aumento de preços dos bilhetes nos vários espaços

²⁰ Ofício da LAC para o Município de Penela, datado de 6 de maio de 2005.

²¹ Email dirigido à divisão técnica pelo Coordenador da LAC ao Gabinete de Cultura de Penela, a 4 de novembro de 2003.

²² Ofício remetido pelo Sr. Diretor do Museu Monográfico de Conimbriga ao Município de Penela, datado de 27/06/2007.

e a não homologação do bilhete do Circuito da Romanização pela tutela do MMC, a qual aconteceu formalmente, apenas em 2014²³, foi um sério recuo na promoção do circuito. Referir que a venda do bilhete do Circuito será suspensa no MMC, dois anos antes da sua homologação. Neste período, os polos do Rabaçal e Santiago da Guarda continuaram a promover o circuito, mas desta feita, sem recorrer ao bilhete em causa, apenas, divulgando o património cultural existente.²⁴

Após um breve contacto formal com o Dr. Pedro Pinto, em 2019 e, sob o pretexto da continuidade do circuito da romanização, foi-nos afirmado que um dos grandes entraves ao sucesso do projeto foi o custo do bilhete, os acertos de contas e o facto de grande parte dos visitantes não realizarem o circuito todo. Eram muitos os turistas que visitavam Conímbriga e Alcabideque, ou Conímbriga e Rabaçal, ou Rabaçal e Santiago da Guarda, ou Santiago da Guarda e Rabaçal e raros aqueles que cumpriam o circuito todo, num ou em dois dias. A divulgação foi outro dos problemas identificados, o *flyer* promocional teve dificuldade na angariação de financiamento por parte dos parceiros, dada a relutância de alguns autarcas e o constante problema de bilheteira, acertos e a divulgação, nomeadamente em Conímbriga, onde não era concretizada, muito em parte porque a tutela se opunha à venda deste bilhete sem a sua homologação. Da experiência da signatária, o circuito não obteve o sucesso esperado porque as entidades envolvidas tinham agendas próprias e bastante distintas. A entidade gestora do programa não conseguiu transmitir os valores de um verdadeiro trabalho em rede entre os parceiros.

Atualmente, o circuito é divulgado pela LAC em algumas plataformas digitais como o Facebook o portal LAC com os sócios desta associação. Os polos parceiros continuam a difundir e promover o produto turístico identificado, contudo sem referir a existência de um bilhete, divulgando os sítios e o território (Anexo III).

Já nos finais da primeira década do segundo milénio, surge o projeto dinamizado pela Associação Terras de Sicó, denominado Território *PROVERE Villa Sicó*. A Associação, no âmbito do Programa de Valorização Económica dos Recursos Endógenos, projeta uma série de estratégias, ancoradas neste produto diferenciador; o eixo temático: o Eixo Conimbriga-Rabaçal-Santiago da Guarda, e o Eixo Rominha, Coles de Samuel e Santiago de Litém – ancorado ao primeiro, propõe um conjunto de projetos complementares que preconizam a capacitação dos recursos identificados, através da investigação e produção de conhecimento, investe no setor criativo e no desenvolvimento de novos produtos temáticos, conceção e construção de uma rede de alojamento no território do Sicó,

²³ Despacho da DGPC, nº 6474 de 2014, de 19 de maio de 2014.

²⁴ Informação recolhida pela signatária deste projeto em reunião com o Dr. Pedro Pinto, no dia 20/02/2019.

por forma a absorverem o fluxo de público esperado e que procura este tipo de património.²⁵ Vira ainda a sua atenção para o turismo de natureza e descoberta da paisagem, potenciando os atrativos oferecidos ao turista, promovendo de forma ativa os produtos endógenos, reforçando a economia circular e o desenvolvimento económico da região decorrente das necessidades geradas pelo turismo cultural.

O Projeto englobava os concelhos de Alvaiázere, Ansião, Penela (situados na sub-região do Pinhal Interior Norte), Pombal (situado na sub-região do Pinhal Litoral), Condeixa-a-Nova, Soure (situados no Baixo Mondego) e Tomar (situado na sub-região do Médio Tejo). Permitiu sob a temática da Romanização, no caso do município de Penela e demais parceiros, criar condições para que os agentes económicos locais construíssem uma série de infraestruturas necessárias à restauração e hotelaria, elementos identificados como deficitários no plano das infraestruturas capazes de acomodar o potencial turístico desejado (Anexo IV).²⁶

O Projeto previa, ainda, o investimento na investigação e produção de conteúdos, contudo, não decorreu como planeado e a produção de conteúdos não chegou à maturação espectral.

No caso do Município de Penela, o projeto âncora apresentado, a Cobertura da *Villa Romana* do Rabaçal, requeria um financiamento avultado, com amadurecimento suficiente das propostas. A Cobertura, com anteprojecto de autoria do Arquitecto Siza Vieira e de soma avultada, não passou de um anteprojecto por falta de articulação do projecto de arquitectura e a execução orçamental do Município. Este seria, com toda a certeza um elemento a reter na visita, pois, para além da visita ao sítio arqueológico da VRR, seria possível observar um projecto de arquitectura de renome mundial no vale do Rabaçal, associado ao património arqueológico. Um dos entraves identificados à época na angariação de apoios financeiros, nomeadamente no apoio do mecenato, foi o facto de a *Villa romana* estar, há mais de 10 anos, num processo de classificação, sem fim à vista.

O Projeto “PROVERE Villa Sicó”²⁷ promovido pela Associação Terra de Sicó, cumpriu parte dos pressupostos a que se propôs, pelo que foi descontinuado. Justifica-se esta interrupção pelo incumprimento de subprogramas essenciais ao mérito da iniciativa, como sejam a visita à uilla romana, requalificação dos acessos à *uilla romana*, no caso do Penela, e de outros municípios.

²⁵ <http://www.uillasico.com/o-territorio-provere-uilla-sico>, acedido em 11/05/2021

²⁶ Villa Sicó – Programa de Valorização Económica dos Espaços da Romanização

²⁷ <http://www.uillasico.com/> acedido a 11/05/2021

O recente projeto de promoção e divulgação “De Roma a Portugal – uma viagem de 1500 anos”²⁸ dinamizado pela Agência da Rede de Muralhas e Castelos Medievais promete ser inovador. A iniciativa engloba o território da Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra, CIM da Região de Coimbra, e dois Concelhos do território da CIM de Leiria, Ansião e Pombal.

A ocupação no território da *Civitas de Conimbriga* e a sua evolução ao longo dos séculos até à formação do Reino de Portugal é o mote e a génese para este novo projeto, e em que a Agência da Rede de Muralhas e Castelos do Mondego é a promotora. Pretende capacitar o território transformando-o como uma marca territorial, através do património cultural da romanização à afirmação da nacionalidade.

Do projeto desenvolvido e proposto concretizado até à data, de forma genérica, ressaltamos a produção de conhecimento que terá como suporte físico uma monografia com mais de 400 páginas, onde foi condensada a informação recolhida e trabalhada pela equipa técnica contratada. O projeto pretendeu, nesta fase inicial, a identificação de oportunidades, forças, ameaças e fraquezas de todos os sítios mapeados no território escolhido. Existe um conjunto de necessidades a desenvolver pelos vários municípios detentores do património reconhecido para que possam ser a mais-valia para o território.

É neste âmbito que o Museu da *Villa* Romana do Rabaçal e o futuro Centro de Interpretação do Sítio Arqueológico de S. Simão querem entrar. Após a identificação das fraquezas e oportunidades de melhoria, queremos proporcionar a proteção, conservação e visitação das duas *uillae* romanas existente no concelho proporcionando a criação de um roteiro abrangente: do património romano ao património medieval existente e visitável.

²⁸ Produtos Turísticos Âncora: Programa Cidade e Região de Coimbra; Gastronomia; Marcos Históricos: De Roma a Portugal, uma Viagem de 1500 anos (da romanização à época medieval).

3.3. Os Museus e Centros de Interpretação: o panorama na região do Sico

3.3.1. O Museu Monográfico de Conimbriga - Museu Nacional

Caracterização:

Museu de Sítio e de Arqueologia, localiza-se no concelho de Condeixa-a-Nova, junto à estação arqueológica, em Condeixa-a-Velha; Museu Monográfico de Conimbriga-Monumento Nacional encontra-se aberto durante todo o ano, de segunda a domingo, em horário contínuo das 10h-19h, fechando, apenas, nos feriados de Ano Novo, Domingo de Páscoa, 1 de maio, 24 de junho e Dia de Natal.

Quanto ao edifício do Museu, reaberto em 1985, depois de várias obras e remodelações, possui hoje em dia: duas salas de exposição permanente, área de serviços técnico/administrativos e laboratórios, possui a biblioteca/centro de documentação da especialidade, o arquivo, o auditório, a loja/livraria, cafetaria/bar/restaurante, espaço exterior, parque de merendas, estacionamento, e ainda uma oficina de restauro de mosaico.

Serviços disponibilizados aos públicos:

O MMC-MN disponibiliza sob marcação visitas guiadas/orientadas destinadas a vários tipos de públicos, os ateliês/oficinas/workshops, bem como a programação paralela de que são exemplo os colóquios/conferências e os espetáculos. Possui Grupo de Amigos do Museu – A Liga de Amigos do Museu Monográfico de Conímbriga (LAC).

O Museu não tem no edifício uma sala de exposição temporária, sendo as pequenas exposições exibidas no corredor de acesso à cafetaria/bar/restaurante; não possui sala multimédia e nos serviços disponibilizados não tem visita virtual. No que respeita à produção de conteúdos e à sua publicação, o Museu disponibiliza folhetos, roteiro/guia de visita, catálogo/brochura e publicações periódicas, não existindo uma monografia, áudio-guias, vídeo e guia em *braille*, contudo tira partido das novas plataformas digitais, onde divulga informação sobre atividades agendadas e dinamizadas pelo museu (sítio web, Facebook, Twitter).²⁹

²⁹ Informação recolhida no Relatório “Estudo de Públicos de Museus Nacionais - Públicos do Museu Monográfico de Conimbriga–Museu Nacional”, apresentado ao público, em 2019.

Intervenção e Musealização: a sua origem

Os vestígios arqueológicos da agora conhecida *Civitas de Conimbriga* estão registados desde 1561, Séc. XVI (Correia, Ruivo, 2012-2013: 142), mencionando-se a existência de muralhas e o aqueduto, à data visível. Estes elementos levantaram diversas questões quanto à sua origem e quais as causas para a sua destruição (Pessoa, 2016).

No Séc. XVIII, no “Instituto”, Museu da Universidade de Coimbra, foram sendo guardados os achados de Conímbriga, salvaguardando-os das escavações clandestinas e da destruição de estruturas várias, que seriam reutilizadas na construção de habitações em Condeixa-a-Velha (Correia, 2008, Pessoa, 2016).

A primeira escavação de vulto promovida pelo Instituto, ocorre em 1899, sob a égide e financiamento da Rainha D^a Amélia de Orleães e Bragança. Deste projeto inicial são recolhidos vários objetos e pavimentos de mosaico que, posteriormente, são dispersos por vários museus, institutos nacionais/regionais, entre eles o Museu Etnológico de Lisboa, o Museu Municipal da Figueira da Foz e o próprio Instituto (Correia, 2008). Depois desta primeira abordagem, outras se seguiram, dentro e fora da área das muralhas, tendo-se identificado a ocupação pré-romana da *civitas*, a necrópole e três casas com peristilo hoje totalmente escavadas (Pessoa, 2016: 13-14).

Em 1910, o sítio é classificado como Monumento Nacional (Decreto nº139 de 23 de junho), numa altura em que há uma derradeira tentativa de legitimação do poder por parte da Monarquia, conferindo-lhe, então, proteção e acima de tudo prestígio.

Em 1926, Vergílio Correia, à data Professor de Arqueologia, na Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, compra um terreno com cerca de 2500 m² no planalto de Conímbriga, com o objetivo de ser usado como campo para as aulas práticas de arqueologia e numismática lecionadas pelo Professor (Correia, 2008; Correia, Ruivo, 2012-13: 144; Pessoa, 2016: 14).

O sítio arqueológico começa paulatinamente a figurar no roteiro de visitas no âmbito de diversos congressos, em 1930 consta nos programas de trabalho do Ministério do Comércio e Comunicações. Entre 1930 e 1944 são programadas uma série de escavações coordenadas pelo Professor Doutor Vergílio Correia, tendo sido descobertas à data a Casa de Cantaber, o Edifício a sul do Aqueduto, as termas próximas do aqueduto e finalmente, em 1939, é escavada a Casa dos Repuxos, na abertura da via de acesso às ruínas, a Estrada Nacional 347 (Oleiro, 1992; Pessoa, 2016: 15).

Após a morte do Professor Vergílio Correia, em 1944, as escavações conhecem um abrandamento e, só em 1951, com os trabalhos da Direção Geral dos Monumentos Nacionais (DGMN) dirigidos pelo Professor Bairrão Oleiro são executados trabalhos de escavação e restauro na Casa dos

Repuxos e nos seus mosaicos. O levantamento destes é executado por uma equipa do Museu Etnológico José Leite Vasconcelos, de Lisboa, com a ajuda de trabalhadores locais, que tem a oportunidade de obter formação em levantamento e conservação de mosaico romano. Os objetos recolhidos nas escavações continuam a ser transportados para Coimbra, sendo acolhidos no Museu Machado de Castro, que já tinha incorporado as coleções do então extinto Instituto de Coimbra. Os trabalhos arqueológicos e as novas descobertas tornam o sítio apetecível à curiosidade de um crescente número de visitantes, o que reforça a proposta (1952) de Bairrão Oleiro para criação de um Museu de Sítio, em Conimbriga. Este é finalmente concretizado a 10 de junho de 1962 (Correia, 2008; Correia, Ruivo, 2012-13: 142). A escolha da data não será inocente, afirmamos nós... no “Dia de Portugal”, o Governo do Estado Novo, promove a inauguração do Museu Monográfico da *Civitas* de *Conimbriga* com o objetivo de reafirmar a identidade nacional desde os tempos romanos e desta forma contribuir para a união de um povo reforçando a ideia de poder e hegemonia de uma Nação tão antiga e que nesta época se via a braços com problemas nas colónias.

A criação do museu proporcionou uma maior estabilidade nos trabalhos arqueológicos, pois desta forma a equipa podia dedicar-se ao trabalho de investigação do sítio, dos monumentos e das coleções (Correia, Ruivo, 2012-13: 142). O museu conseguiu ainda a criação um laboratório de conservação e restauro nas suas instalações (Correia, 2008), equipado pela fundação Calouste Gulbenkian (Pessoa, 2016: 17).

Em agosto de 1961, com o arqueólogo Jorge de Alarcão retoma-se a investigação de campo na *civitas* de *Conimbriga*. Em 1962, Robert Étienne propõe ao então Diretor do Museu Monográfico, Bairrão Oleiro, a colaboração da Universidade Bordéus e da Comissão de Campanhas Arqueológicas ligadas ao Ministério dos Negócios estrangeiros para a realização de escavações na *Civitas*, dá-se início ao período mais brilhantes na produção de conhecimento científico da cidade, colocando-se a descoberto diversas estruturas monumentais, edifícios privados e públicos, entre eles, o Fórum e as Termas. Após 12 campanhas arqueológicas entre 1964 e 1972, e a abertura de várias sondagens dá-se início ao planeamento da publicação de resultados, desenhos e documentação que virá a culminar, em 1979, na publicação dos 7 volumes das “*Fouilles de Conimbriga*” (Correia, Ruivo, 2012-13: 142; Pessoa, 2016: 10).

O Museu fecha em 1979 para remodelação, reabrindo em 1985 com a exposição permanente, que recentemente foi alvo de melhoramentos, para a reabertura oficial a 18 de maio de 2021³⁰, após fecho forçado pela Pandemia do COVID 19, em meados de janeiro de 2021. No decorrer destes anos,

³⁰ <https://www.facebook.com/mmconimbriga/videos/765564917307283>, acedido em 10/06/2021

o museu cresceu em torno do conceito da Nova Museologia, procurando satisfazer o público na sua procura de conhecimento, focando-se na conservação do espaço, no restauro de material arqueológico, na conceção e edição do catálogo da Exposição Permanente do Museu e edições de temáticas diversas, de acordo com os estudos até então elaborados. Promove atividades destinadas aos públicos mais jovens, recorrendo a exposições temáticas Ex: Os brinquedos na Época Romana; a par desta atividade frenética decorrem “vários cursos de Conservação e Restauro, cursos de Conservadores do Museus, Palácios e Monumentos sob a tutela do Instituto Português do Património Cultural – MIN. Cultura”.

Excetuando a década de 60 que foi o florescer da arqueologia neste sítio arqueológico, os finais da década de oitenta e início dos anos 90, foram cruciais para a Museologia do espaço prestando o conhecimento da época romana que muitos de nós temos hoje. O caráter pedagógico e inovador da exposição explica o grande alcance que este museu teve nas décadas de 90 e início do segundo milénio. O facto de ser um dos sítios arqueológicos selados mais escavado em Portugal e que desde cedo teve como objetivo a fruição do espaço pelo maior número de público possível, tornou esta região um polo atrativo (Correia, 2008; Correia & Ruivo, 2012-2013).

Os Públicos

No que respeita ao fluxo de visitantes, o MMC-MN recebe em média cerca de 100.000 visitantes ano (Gráfico 1) (Anexo V), sendo que a proporção entre visitantes nacionais e estrangeiros é idêntica, 50%.

A população estudantil nacional, com as idades compreendidas 15-24 anos, correspondendo ao 3º ciclo, secundário e universitário, são o grupo com maior relevância no público do MMC. Na faixa dos 24-34 anos os números são muito semelhantes, sendo superior a percentagem de visitantes estrangeiros por margem mínima, 0,9%.

Acrescentamos, ainda, que o número de visitantes escolares tem vindo a diminuir consideravelmente ao longo da última década, resultado de vários fatores conjugados, mas que dentre eles podemos ressaltar o decréscimo de alunos, fator demográfico, associado ao reduzido número de horas letivas atribuídas às disciplinas de História, Geografia, Latim, e fuga de estudantes do ensino secundário e universitário às áreas de humanidades. Outro fator também ele de relevante importância é o aumento da oferta de museus e centros de interpretação pelo território, infraestruturas de tutela municipal (Correia, Ruivo, 2012-2013).

O visitante estrangeiro na faixa etária dos 45-55 e com mais 55 anos é um grande frequentador do Sítio arqueológico, em detrimento do visitante português.

De uma análise rápida ao Estudo de públicos concluímos que os frequentadores deste espaço, tem motivações culturais bem marcadas, pretende ver ou rever a exposição permanente, procuram exposições temporárias e espaços para fruição. É um público oriundo de classe média, média alta e com estudos de nível secundário, ou pós-secundário na sua maioria. Nota-se que o público estrangeiro com estudos de superiores (licenciatura, mestrados ou bacharelatos) são em maior número do que os nacionais.

A nível de Grupos profissionais, destaca-se o grupo e especialistas em atividades científicas e nacionais e nomeadamente os professores.

No que se refere à proveniência ou origem dos públicos nacionais destacamos a região da área de residência, Condeixa, Coimbra, Leiria, algumas zonas do norte do país e seguida da área metropolitana de Lisboa.

O Público do MMC-MN tem acesso à informação por diversas fontes, Facebook, Instagram, site institucional, *newsletters*, jornais, televisão, roteiros, guias, agências de viagem, posto de turismo e o passa palavra entre amigos e familiares.³¹

Tabela 1 - Análise Swot ao MMC-MN (tabela da autora).

<p>Oportunidades:</p> <ul style="list-style-type: none"> •Localização perto do centro urbano de Condeixa-a-Nova, o que permite uma visibilidade do Museu com os residentes do Concelho, gerando interesse acrescido pelo património cultural; •Gerador de economia paralela na área envolvente nomeadamente na restauração, requalificação urbana, construção urbanística de qualidade; •População residente em franco crescimento; 	<p>Ameaças:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Ausência de recursos interativos, tornado o espaço pouco apelativo ao visitante mais jovem e àquele que é adepto das novas tecnologias; • Quadros técnicos envelhecidos e que não passam “saberes” aos mais novos; • Visitas guiadas pagas à parte do bilhete de entrada; Guias externos ao Museu;
<p>Forças:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Sítio arqueológico português mais conhecido a nível nacional e internacional; 	<p>Pontos Fracos:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Pouca autonomia na gestão quotidiana, alta dependência da Tutela central;

³¹ http://www.patrimoniocultural.gov.pt/static/data/museus_e_monumentos/totaism_m_p2014_2018.pdf, consultado em 19/02/2020.

- Está junto à malha urbana de Condeixa-a-Nova permite maior visibilidade por parte dos turistas para a Vila;
- Elevados custos e dificuldade na manutenção da estação arqueológica;

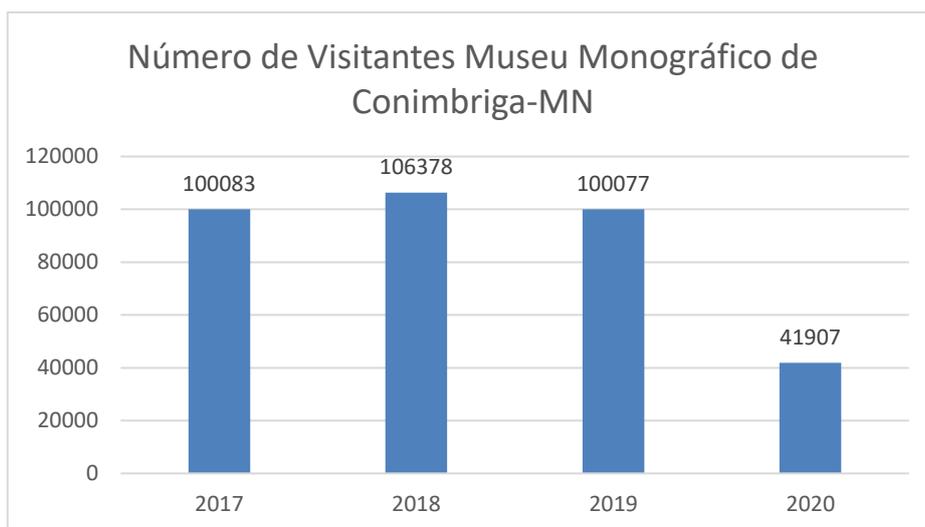


Gráfico 1 - Número de Visitantes ao MMC -MN entre os anos de 2017-2020, dados fornecidos pelo MMC-MN; Gráfico da autora.

3.3.2. PO.RO.S

Caracterização:

O Museu PO.RO.S localiza-se antigo solar da Quinta de São Tomé, monumento classificado como Imóvel de Interesse Municipal³², na vila e sede de concelho de Condeixa a Nova.

Horário de abertura ao público é de Terça- Domingo - 10h00 às 18h00, encerra à segunda-feira e feriados festivos (1 de janeiro, domingo de Páscoa, 1 de maio, 24 de julho e 25 de dezembro)³³.

É Missão do PO.RO.S mediar e promover a herança cultural romana, em particular no território de Sicó, como espaço cultural que atua como facilitador de conhecimento para todos os tipos de públicos.

³² segundo a Lei 107/2001 de 8 de setembro e o Decreto-Lei n.º 735/74 de 21 de dezembro,

³³ Flyer promocional adquirido pela proponente deste projeto

Tem como visão ser um espaço de referência na divulgação da Memória Histórica da Romanização, através da gestão de um espaço museológico dinâmico, interativo e educativo, capaz de comunicar com públicos diversificados.³⁴

Pensando na necessidade de formação da equipa que integrará o PO.RO.S, a Câmara Municipal de Condeixa-a-Nova contratualizou com a Associação, Acesso Cultura, em 2016, um conjunto de painéis de formação e de um ciclo de conferências, sobre temas que dizem respeito à relação dos museus com os públicos e, conseqüentemente, sobre as questões de acesso – físico, social e intelectual. Estas ações de formação foram abertas aos funcionários dos museus e espaços museológicos dos concelhos vizinhos, permitindo estabelecer elos entre as instituições existentes no território do Sicó, e através da formação de qualidade articulada entre os vários intervenientes cria laços de afeição e cumplicidade que são a sustentáculo de todos os projetos que se querem duradouros.

Serviços disponibilizados aos públicos:

O Edifício possui várias salas dedicadas à Exposição Permanente, cada qual dedicada a um subtema da romanização; sala de exposições temporária com 172m², onde são realizadas mostras várias de pintura, exposições itinerantes³⁵, oficinas, auditório, cafetaria e parque de estacionamento gratuito; o Museu está inserido no Parque Verde da Ribeira de Bruscos, que possui diversas valências de lazer: um circuito de manutenção, um parque multigeracional, um parque de merendas, um parque infantil, jardins de aromas e cores, uma zona de campos de treinos para diversas modalidades, uma ciclovia, um anfiteatro, um campo de minigolfe e diversas zonas de lazer.³⁶

Dos serviços disponibilizados o museu está devidamente adaptado para receber visitantes com mobilidade condicionada, possui elevadores, rampas de acesso. Possui guias multimédia, em quatro idiomas (português, inglês, francês e espanhol), versão para público infantil, versão com audiodescrição, versão com língua gestual (Língua Gestual Portuguesa e Gestual Internacional), sincronismo com os conteúdos audiovisuais; visita virtual 360º.

Até à data não possui Publicações.

No que diz respeito à aceitação deste novo espaço museológico, a afluência de público tem vindo a aumentar desde o ano de abertura, 2017, revelando que as novas tecnologias aplicadas à

³⁴ https://www.poros.pt/pt/content/missao-visao-e-valores_30/; consultado em 05/11/2020

³⁵ https://www.facebook.com/museuPOROS/photos/?ref=page_internal; acedido em 27/03/2021

³⁶ <https://www.culturacentro.gov.pt/pt/mapa/ficha-equipamentos/?equipamentosId=23172>, acedido em 19/05/2021

mediação/interpretação do património são um meio bastante atrativo, como acessível aos diferentes públicos tanto para miúdos como para graúdos.

Um dos problemas constatados, aquando da visita ao museu foi encontrarmos alguns dos equipamentos informáticos disponibilizados ao público avariados ou fora de serviço. Este é, no nosso entender, um dos grandes problemas das novas tecnologias aplicados a museus de nova geração ou interativos. Os recursos utilizados necessitam de manutenção regular para um bom funcionamento e uso adequado para que o público consiga aceder a toda a informação ali disponibilizada.

Intervenção e Musealização: a sua origem

O Museu do PO.RO.S tem a sua origem nas vontades consertadas de vários organismos públicos e na existência de verbas para a sua realização. Projeto consertado entre autarquia, investigadores, associações, população e etnografia local, (Pessoa,2016: 47), foi inaugurado a 6 de maio de 2017.

O PO.RO.S - Museu Portugal Romano em Sicó ocupa o antigo solar da Quinta de São Tomé, classificado como Imóvel de Interesse Municipal, segundo a Lei 107/2001 de 8 de setembro e o Decreto-Lei n.º 735/74 de 21 de dezembro.

A casa foi, provavelmente, edificada no séc. XVI, não prevalecendo, no entanto, quaisquer vestígios dessa altura. No século XIX, o solar sofre profundas remodelações de que são visíveis os trabalhos de alvenaria com decoração neomanuelina presentes na fachada interior, nomeadamente na capela.

O projeto há muito acalentado pelo Município de Condeixa-a-Nova, previa a construção de um museu multimédia que congregasse toda a informação sobre o território romano na Região do Sicó. Desta forma, tornar-se-ia no ponto de partida de visita ao território: o projeto contemplava ainda a requalificação de um espaço nobre da vila, numa área com habitação recente, e que se encontrava ao abandono, onde não havia quaisquer perspetivas para requalificação, já que todos os projetos elaborados para o espaço caíam por terra. O panorama museológico constitui do PO.RO.S um espaço cultural, marcado pela criatividade, dinâmica e qualidade, trazendo novas perspetivas ao panorama museológico português. (Pessoa, 2016: 47).

Desta forma, a Câmara Municipal de Condeixa-a-Nova ao criar o novo Museu o PO.RO.S – Portugal Romano em Sicó, cria um atrativo turístico dedicado ao romano em Portugal, em especial à zona de Sicó, e que pretende funcionar em complemento ao Museu Monográfico Conímbriga. O Programa museológico organizado pretende revelar de forma lúdica e descomplexada as diversas

vertentes da cultura romana, servindo-se dos vários vestígios existentes na cidade romana para desmistificar o património arqueológico.³⁷ Teve, ainda, como objetivo a promoção e divulgação de um conjunto de sítios arqueológicos, alguns deles musealizados, presentes no território da *Civitas* e do espaço geográfico do Sicó. Proporcionando ao visitante uma visão integrada da região, revelando um conjunto de sítios a visitar e conhecer pessoalmente.

O Museu do PO.RO.S. é um espaço cultural, marcado pela criatividade, dinâmica e qualidade e espaço atrativo ao turismo. Esta promoção ativa do território da *civitas* de *Conimbriga* é um tema recorrente, contudo só funcionará efetivamente quando todos os intervenientes trabalharem com o mesmo empenho na sua divulgação.

Missão, Visão e Valores

É Missão do PO.RO.S mediar e promover a herança cultural romana, em particular no território de Sicó, como espaço cultural que atua como facilitador de conhecimento para todos os tipos de públicos.

Tem como visão ser um espaço de referência na divulgação da Memória Histórica da Romanização, através da gestão de um espaço museológico dinâmico, interativo e educativo, capaz de comunicar com públicos diversificados.³⁸

Pensando na necessidade de formação da equipa que integrará o PO.RO.S, a Câmara Municipal de Condeixa-a-Nova contratualizou com a Associação, Acesso Cultura, em 2016, um conjunto de painéis de formação e de um ciclo de conferências, sobre temas que dizem respeito à relação dos museus com os públicos e, conseqüentemente, sobre as questões de acesso – físico, social e intelectual. Estas ações de formação foram abertas aos funcionários dos museus e espaços museológicos dos concelhos vizinhos, permitindo estabelecer elos entre as instituições existentes no território do Sicó, e através da formação de qualidade articulada, entre os vários intervenientes cria laços de afeição e cumplicidade que são a sustentáculo de todos os projetos que se querem duradouros.

Público

O estudo dos públicos ainda não é público, mas da abordagem realizada pela interlocutora desta proposta de projeto com as técnicas do Museu, aquando das várias visitas realizadas ao museu,

³⁷ <https://www.poros.pt/pt/> consultado em 05/11/2020

³⁸ https://www.poros.pt/pt/content/missao-visao-e-valores_30/; consultado em 05/11/2020

foi possível sintetizar alguns pontos cruciais para esta avaliação. Assim, do nº total de visitantes anual desde a abertura em 2017 (Gráfico 2), (Anexo VI), tem vindo a crescer, o público que aderiu em massa, foi o público escolar, e para este acontecimento concorre o facto de o espaço ser um museu interativo e lúdico tornando as visitas de estudo muito mais apelativas. As escolas do país que mais visitam este novo espaço são as escolas toda a região de Coimbra e das áreas metropolitanas do Porto e Lisboa.

O público individual visitante do MMC-MN, tem nos últimos tempos ocorrido com maior frequência ao novo espaço, desde que se concretizou o protocolo entre o Museu e o Município de Condeixa, com a colocação de um balcão de apoio ao posto de turismo no edifício do MMC para promoção dos ativos turísticos do Concelho.³⁹ Os visitantes são convidados a conhecer um pouco mais do Concelho de Condeixa, sendo-lhe facultada informação turística de diversa índole.

Na sequência das visitas realizadas propusemo-nos à elaboração de uma análise SWOT deste equipamento. Assim apresentamos os nossos resultados.

Tabela 2 -Análise Swot ao PO.RO.S (tabela da autora).

<p>Oportunidades:</p> <ul style="list-style-type: none"> •Localização no centro urbano de Condeixa-a-Nova, o que permite uma visibilidade do Museu com os residentes do Concelho, gerando interesse acrescido pelo património cultural; •Gerador de economia paralela na área envolvente nomeadamente na restauração, requalificação urbana, construção urbanística de qualidade; •População residente em franco crescimento; 	<p>Ameaças:</p> <ul style="list-style-type: none"> •A fraca aposta na divulgação do território do Sicó; •Recurso interativos usados como suporte do discurso expositivo, frequentemente avariaram, colocando em causa a total visualização de todos os conteúdos por parte do visitante; •Ausência de um catálogo de exposição permanente;
<p>Forças:</p> <ul style="list-style-type: none"> •Museu interativo apelativo aos diversos públicos, nomeadamente escolares; •Estar no centro da malha urbana de Condeixa-a-Nova permite maior visibilidade por parte dos turistas para a Vila; 	<p>Pontos Fracos:</p> <ul style="list-style-type: none"> •Recursos Humanos qualificados reduzidos; •Absorção de recursos humanos reencaminhados pelo Centro de Emprego; • Custos de manutenção e funcionamento, dificuldade de sustentabilidade;

³⁹ <https://cm-condeixa.pt/noticia/2447/>

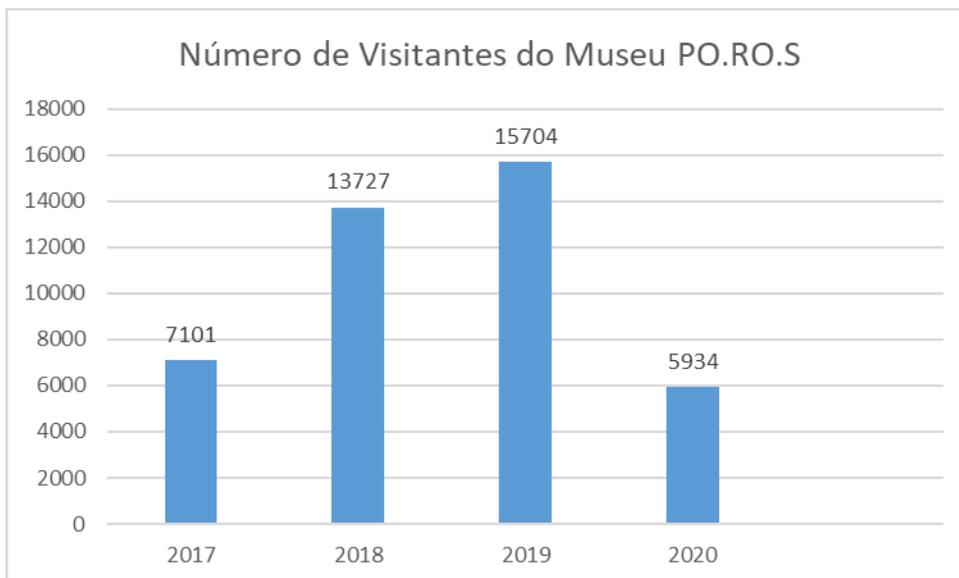


Gráfico 2 – Número de Visitantes ao Museu. Po.Ro.S entre os anos 2017-2020 dados fornecidos pelo Museu Po.Ro.S; Gráfico da autora).

3.3.3. Complexo Monumental de Santiago da Guarda

Caracterização:

O Complexo Monumental de Santiago da Guarda, localiza-se em Santiago da Guarda, Concelho de Ansião, Distrito de Leiria; o Complexo Monumental de Santiago da Guarda integra o Paço Manuelino, classificado Monumento Nacional em 1978 como Residência Senhorial dos Condes de Castelo Melhor. As várias épocas históricas reunidas no mesmo espaço são assinaladas ainda por uma torre quatrocentista com base medieval, reconstruída sobre as ruínas de uma *uilla* Romana dos séculos IV e V, posta a descoberto em 2002 e que apresenta uma coleção riquíssima de mosaicos romanos.⁴⁰

Serviços disponibilizados aos públicos:

Dos serviços disponibilizados aos públicos possui visitas guiadas/orientadas destinadas a vários tipos de públicos, os ateliês/oficinas/workshops, bem como a programação paralela de que são exemplo os eventos da Feira do Pinhão.

O edifício do Complexo Monumental conta com Salas de exposição permanente, sala polivalente, oficina de arqueologia, loja/recepção, gabinetes técnicos, miradouro e Centro Interpretativo da paisagem, fauna e flora do vale e da serra do Sicó, possui ainda um anfiteatro ao ar livre que permite a realização de vários eventos e ainda parque infantil.

Nas atividades do serviço educativo realiza Espetáculo de Marionetas; visita à Oficina de Arqueologia; Caça ao Tesouro; e quando marcado ou dentro de algum evento proporciona aos seus visitantes atividades lúdicas como: "Halloween no 'Castelo'!" (Palco dos Sentidos, 2018) Visitas guiadas específicas; Jogos tradicionais romanos (durante o Mercado Romano) e Workshop de Mosaico Romano (equipas de Turismo, CLDS e Biblioteca Municipal - de Ansião); Mosaico Romano - Mosaico LAB; Contos, Espetáculo de Marionetas, Caça ao Tesouro, "Vestir o Rei" - Férias em Movimento 2017, 2018, 2019, 2020 - com CLDS e Palco dos Sentidos.

Intervenção e Musealização: a sua origem

A *Villa* romana de Santiago da Guarda, é uma das *uilla* tardo romana que faz parte do Eixo da Romanização Conimbriga – Alcabideque – Rabaçal – Santiago da Guarda. Datada do séc. IV-V d. C. é uma *uilla* de Peristilo, antecedida e possuidora de um conjunto notável de mosaico romano. Foi

⁴⁰ <https://www.cm-ansiao.pt/PT/visitantes/1/cultura-e-historia/27/complexo-monumental-de-santiago-da-guarda/98/complexo-monumental-santiago-da-guarda>, acedido a 10/06/2021

descoberta em 1998, aquando de um Processo de avaliação das condições do Espaço, tendo sido identificados fragmentos de mosaico na área exterior, junto à capela (Ribeiro, 2013: 71).

O complexo Monumental de Santiago da Guarda congrega no seu espaço dois períodos históricos distintos: a Torre de século XV, construída sobre uma outra mais antiga, século XIII; o solar dos Conde castelo Melhor de século XVI e a *uilla* tardo - romana datável de século IV d. C.

O edifício, único exemplar da arte manuelina no concelho de Ansião, é Monumento Nacional desde 1978.⁴¹ Propriedade do Município de Ansião desde os finais do Século XX, no início do século XXI o espaço é alvo de projeto ambicioso. O Município de Ansião em parceria com o então IPPAR, DGEM, MMC e LAC dá início ao processo de avaliação das condições do Paço. Em 2002, começam os trabalhos arqueológicos que permitem validar a informação veiculada até então, da presença de vestígios romanos, nomeadamente a presença de mosaicos romanos. As escavações decorreram até 2006 (Pereira, 2017: 286) em paralelo com o projeto de conservação e restauro para a reabilitação do edificado Quinhentista e Seiscentista. O espaço está aberto ao público desde 2003, ainda com as escavações a decorrer.

Em 2009, a Torre medieval funcionava como Centro de Interpretação das Terras de Sicó e do Centro Multi-Rotas do turismo Ambiental, o Complexo abre com a loja de produtos endógenos, a oficina de arqueologia e centro de documentação.

Em 2012, o complexo volta a acolher escavações arqueológicas no exterior do edifício para a reabilitação do largo da feira, criando neste espaço um anfiteatro e área de lazer para os eventos que o município ali realiza. Em 2019, após um mês de encerramento ao público para remodelação do espaço e do programa museográfico,⁴² a 23 de novembro, reabre ao público com um centro de interpretação que permite ao visitante inteirar-se de toda a história do sítio, observando não só os mosaicos *in situ*, mas ainda através de imagens, vídeos e textos compreender o uso de cada espaço e a sua contextualização à época romana.

O Complexo Monumental de Santiago da Guarda tem vindo aumentar o número de visitantes, muito em parte resultado da aposta do executivo do Município que procurou promover o Complexo num conjunto de eventos, feiras e atividades alocadas à aldeia de Santiago da Guarda. Atraindo para o sítio, público que demoraria a conhecer o espaço se não fossem estas atividades de divulgação em massa.

⁴¹ Decreto n.º 95/78, DR, I Série, n.º 210, de 12-09-1978

⁴² <https://www.cm-ansiao.pt/PT/municipes-areas-de-atividade/projetos-cofinanciados/musealizacao-complexo-monumental-de-santiago-da-guarda>,

Na sequência das visitas realizadas e correspondência trocada (Anexo 7) propusemo-nos à elaboração de uma análise SWOT deste equipamento. Assim, apresentamos os nossos resultados:

Tabela 3 - Análise Swot ao complexo Monumental de Santiago da Guarda (tabela da autora).

<p>Oportunidades:</p> <ul style="list-style-type: none"> •A localização da <i>uilla</i> romana do contexto do circuito da Romanização, dos caminhos de Santiago de Compostela, e nos caminhos de Fátima; •Proporcionou e proporciona uma economia paralela na vila decorrente das necessidades geradas pelo turismo cultural; 	<p>Ameaças:</p> <ul style="list-style-type: none"> •População residente pouco numerosa e idosa; •Ausência de um verdadeiro trabalho de promoção, divulgação em rede com os outros Monumentos conjuntos ou sítios existentes no circuito da romanização; •Ausência de um regulamento interno;
<p>Forças:</p> <ul style="list-style-type: none"> •No novo programa museográfico do Complexo Monumental de Santiago da Guarda salienta-se o discurso expositivo de fácil compreensão, intuitivo e interativo; •As visitas são todas guiadas; 	<p>Pontos Fracos:</p> <ul style="list-style-type: none"> •Localiza-se num território fortemente desertificado com uma população reduzida e idosa; •Falta de recursos humanos em quantidade indicada, recurso a estágios e Formandos do Centro de Emprego;

Público

Da análise da tabela excel de dados cedidos pela equipa de trabalho do Complexo Monumental verificamos (Anexo VII) que o número de visitantes ao complexo monumental tem crescido substancialmente nos últimos anos, fruto em grande medida da aposta do Município de Ansião, que agendou /alocou alguns eventos de culturais e feiras municipais para a vila de Santiago da Guarda, dando a visibilidade e fazendo a promoção do Complexo Monumental com um generoso número de visitantes (Gráfico 3).

Dentro das atividades desenvolvidas pelo Complexo Monumental destacamos, o Mercado Romano - setembro (organização: Município de Ansião) - em 2016, Congressos / Conferências (Arte, arqueologia, História, alguns Workshop de Mosaico Romano - Município de Ansião de forma autónoma ou inserido no Mosaico LAB (MM Conímbriga) – realizados com diferentes públicos; Espetáculo de marionetas (O Tesouro do Castelo Melhor); Caça ao Tesouro - colaboração com Rede de Castelos e Muralhas do Mondego (Ciência Viva) - 2017 (com participação da Liga Portuguesa de Combate Medieval); Provas ou lanches de produtos endógenos para grupos; Atividades desportivas que tem no

Complexo o apoio para os atletas do Trail Conímbriga - Terras de Sicó em colaboração com Junta de Freguesia de Santiago da Guarda) e que se realiza habitualmente em fevereiro.⁴³

Dos gráficos de visitantes cedidos pelo Complexo Monumental, retivemos a seguinte informação, grande parte do público deste espaço museológico vem da Região Centro, maioritariamente da Região de Leiria, Coimbra, Lisboa e Santarém. Tal facto prende-se, exclusivamente, por ser a área de influência do Complexo. No que respeita a afluência de turistas estrangeiros, temos os franceses em primeira linha, logo seguido de espanhóis, ingleses e os brasileiros. Como não conhecemos a motivação para a sua presença neste espaço, depreendemos que o motivo se prenda com a presença do Caminho de Santiago e também com a grande comunidade luso-francesa desta região.

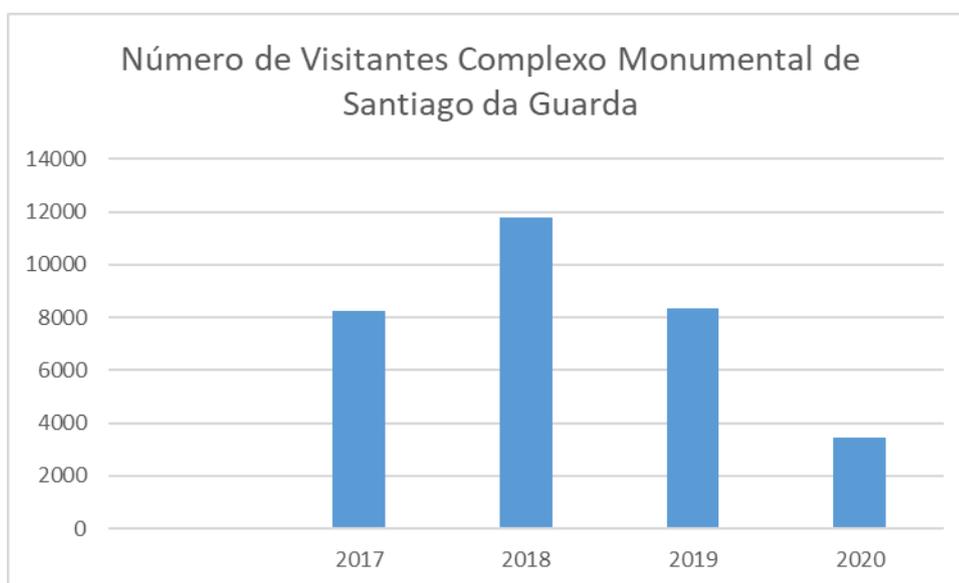


Gráfico 2 - Número de Visitantes do Complexo de Santiago da Guarda entre os anos 2017-2020 dados fornecidos pelo Complexo Monumental de Santiago da Guarda, Gráfico da autora).

⁴³ Informação cedida à signatária deste projeto no seguimento das visitas e troca de emails com a técnica de turismo, da ADILCAN, responsável pela gestão de dados.

3.3.4. O Museu da *Villa Romana do Rabaçal* – Rede Portuguesa de Museus

Caracterização:

O Museu da *Villa Romana do Rabaçal*, dora avante identificado pelas siglas MVRR, localiza-se no Rabaçal, concelho de Penela e é um Museu polinucleado: Espaço-Museu da *Villa Romana do Rabaçal* que se encontra no centro da aldeia do Rabaçal, a Estação arqueológica, local que deu origem ao atual objeto de análise, na Ordem e o Miradouro de Chanca, a meia encosta, na área este da serra de Sicó e perto da povoação que lhe dá nome.

O Museu da *Villa Romana do Rabaçal* integra a Rede Portuguesa de Museus, Direção Geral do Património Cultural, RPM/DGPC, desde 2001, ano em que a RPM abriu o processo de adesão e cerca de 64 museus integraram a Rede (28 museus por inerência do IPM e 36 de tutelas dispareas que pediram a adesão)⁴⁴. Em 2013, o Sítio Arqueológico da *Villa Romana do Rabaçal* é finalmente classificado como Sítio / Monumento de Interesse Público⁴⁵, ao fim de 15 anos de um processo algo tortuoso. Em 2019, obteve despacho de aprovação da Direção Geral do Património Cultural à (Re)classificação da *Villa Romana do Rabaçal* como Sítio de Interesse Nacional / Monumento Nacional (MN) tendo obtido este reconhecimento pela Presidência do Conselho de Ministros e publicado pelo Decreto n.º 12/2021, de 7 de junho, no Diário da República, 1ª série, n.º 109.⁴⁶

Entretanto, em 2018, deu-se início ao Projeto Internacional de Conceção de ideias para o Complexo da *Villa Romana do Rabaçal*, que visa a recolha de ideias e conhecimentos para a concretização de um projeto final para a proteção das estruturas, mosaicos e materiais arqueológicos identificados neste espaço, assim como a criação de infraestruturas para acolhimento dos visitantes, de eventos e exposições temporárias e espaços de trabalho que permitam à equipa residente a continuação dos estudos e a sua divulgação.

O Museu da *Villa Romana do Rabaçal* é um museu sem fins lucrativos de acordo com a definição de Museu do International Council of Museums (ICOM) e da Lei-Quadro dos Museus, atualmente em vigor (Art. 3º da Lei nº 47/2004).

O Museu tem como principal vocação/missão estudar, documentar, conservar e divulgar as estruturas arquitetónicas da *pars urbana, balneum, pars rustica* e nascentes, bem como as coleções arqueológicas e colocá-las ao serviço da população e dos públicos.

⁴⁴ <https://www.opac.cies.iscte-iul.pt/os-museus-da-rpm>, acedido em 26/03/2021

⁴⁵ Classificada como Sítio de Interesse Público (SIP), conforme Portaria n.º 431-D/2013, publicada no DR, 2.ª série, n.º 124 (suplemento), de 1 de julho.

⁴⁶ <https://data.dre.pt/eli/dec/12/2021/06/07/p/dre>, acedido em 16/06/2021

O acervo da *Villa* romana do Rabaçal é essencialmente constituído pelas estruturas arqueológicas (área residencial, balneário, casa da lavoura e nascentes), pelas coleções de cariz arqueológico provenientes da escavação da *uilla* romana do Rabaçal e acolhe, ainda, em reserva, o património arqueológico móvel da *uilla* romana de São Simão, assim como de outros sítios arqueológicos do concelho de Penela (Regulamento do MVRR em atualização).

É uma das suas funções constituir-se como reserva/centro de estudo e documentação para todo o bem arqueológico móvel identificado do Concelho de Penela.

Por se tratar de um Museu que integra a RPM acolhe e é responsável pela gestão, estudo, conservação e divulgação do acervo móvel dos concelhos vizinhos que não têm condições para os albergar, de acordo com a legislação em vigor (Lei nº 47/2004).

O MVRR tem como visão a promoção, dinamização, gestão e mediação do património arqueológico do concelho, a herança romana, em particular e do património cultural, em geral, do concelho de Penela com os diversos públicos.

Serviços disponibilizados aos públicos:

O Museu da *Villa* Romana do Rabaçal está aberto durante todo o ano e o seu horário de abertura ao público é de Terça a Domingo, das 10h às 13h e das 14h às 18h, encerra às segundas-feiras e nos feriados de Ano Novo, Sexta-feira Santa, Domingo de Páscoa e Natal. A estação arqueológica encontra-se fechada, abrindo mediante marcação prévia no Museu.

O Museu possui sala de exposição permanente, sala polivalente com auditório (capacidade de 50 pessoas), reservas e laboratório de conservação e restauro, sala de leitura, receção/loja. Tem estacionamento e restauração nas suas imediações.

As atividades disponibilizadas ao público são variadas, desde as destinadas a grupos escolares (atividades lúdico/educativas: caça ao tesouro, atelier de mosaico, atelier de bonecos) ao visitante individual, em família ou grupos (visita virtual e visitas guiadas/orientadas aos espaços museológicos).

O museu tem ainda no seu Plano de Atividades com diversas ações de promoção do território com os públicos que o visitam: Mercado do Queijo e dos Romanos, evento que se realiza na estação arqueológica com o objetivo de tornar visível o sítio arqueológico a um maior número de pessoas, promovendo ainda os labores e produtos endógenos da região (azeite, mel, queijo, nozes). Nesta atividade mantém parcerias com diversos empreendedores locais, incentivando a criação de produtos da região, tais como os Biscoitos de azeite, as queijadinhas do Rabaçal, o Requeijão com mel. Por altura do Mercado é habitual produzir-se o maior “Queijo Rabaçal”, com cerca de 500 litros de leite de cabra

e ovelha, que é oferecido a todos os visitantes do mercado. O MVRR participa ainda no grande evento cultural do Concelho: “Penela Presépio” que decorre nas vilas de Penela, Espinhal e aldeia do Rabaçal e mobiliza milhares de pessoas permitindo às restantes sedes de freguesias do Concelho, Cumieira e Podentes, absorverem o turismo daqui resultante. A inclusão do museu no roteiro dos monumentos a visitar nesta época do ano, aumentou em cerca de 30% as visitas ao espaço.

O Museu promove ainda workshops de conservação e restauro, *in situ*, na *pars urbana* da *uilla*, assim como palestras e jornadas sobre temáticas de âmbito arqueológico.

Na produção de conteúdos e publicações, o MVRR possui *flyer*, roteiro/guia de visita, catálogo de exposição permanente e de exposições temporárias, publicações periódicas, monografia da *uilla* romana (português, inglês e francês), vídeo da visita virtual, Puzzle e cadernos didáticos para crianças. Nas plataformas digitais tem página de Facebook, Instagram e tem separador próprio na página do site do Município de Penela. Nestas plataformas pretende uma aproximação/divulgação cada vez maior das atividades e conteúdos do Museu.

Na questão das acessibilidades o museu possui acesso a cidadãos com mobilidade reduzida, mas não tem guia em *braille*, nem áudio-guias que permitam a visita a turistas estrangeiros que não falem inglês.

Da análise à Instituição Museu da *Villa* romana e local onde trabalha a signatária, realizamos uma breve análise SWOT da qual ressaltamos os seguintes pontos:

Tabela 4 - Análise SWOT - MVRR (tabela da autora).

<p>Oportunidades:</p> <ul style="list-style-type: none"> •A localização da uilla romana do contexto do circuito da Romanização, dos caminhos de Santiago de Compostela, e nos caminhos de Fátima; •Proporcionou e proporciona uma economia paralela na vila decorrente das necessidades geradas pelo turismo cultural; •Elemento gerador na sensibilização para a proteção do património arqueológico na região; <p>Executivo camarário atento e preocupado para a melhoria de condições na visitação, conservação e restauro, e musealização do sítio;</p>	<p>Ameaças:</p> <ul style="list-style-type: none"> •Falta de investimentos; •Projeto de cobertura altamente dispendioso; •População residente pouco numerosa e idosa; •Serviço educativo oferecido gratuitamente; •Regulamento Interno desadequando à realidade atual;
<p>Forças:</p> <ul style="list-style-type: none"> •Das forças apontadas o MVRR salienta-se o facto de o discurso expositivo ser de fácil compreensão, apesar de 	<p>Pontos Fracos:</p>

alguns melhoramentos pontuais (tamanho da fonte utilizada, excesso de informação em determinadas peças)

- As visitas são todas guiadas;
- A empatia criada com o visitante cria laços que o fazem sentir-se acolhido, de tal forma, que se sentem totalmente à vontade na colocação de perguntas e dúvidas sobre o que viram e o porquê de muitas das condicionantes existentes na visita;

•A ausência de uma cobertura nas estruturas romanas (edifício da *pars urbana* -mosaicos e *balneum*) o que retrai em grande medida as visitas à *uilla* romana;

•Na estação arqueológica, a musealização do sítio está dependente da construção de uma cobertura para as estruturas e pavimentos, que permitam a visualização dos 26 painéis de mosaico que a *uilla* possui. O projeto de musealização, *in situ*, requer que os projetos de cobertura e conservação e restauro se executem, quase que, em simultâneo;

•O Espaço Museu encontra-se distante do Sítio Arqueológico, o que condiciona a abertura do mesmo. Os Roteiros de GPS indicam o Espaço-Museu na Estação Arqueológica, o que provoca constrangimentos com os visitantes;

•Falta de recursos humanos para abertura dos dois espaços. Atualmente, o Museu tem 3 funcionários em permanência que se deslocam à estação arqueológica mediante solicitação do visitante;

•Grande percentagem dos visitantes do museu tem entrada gratuita;

Intervenção e Musealização: a sua origem

O Sítio arqueológico é conhecido da academia desde 1904, quando é referido pelo historiador / arqueólogo Santos Rocha. Andando em prospeção no território de Conimbriga identificou dois fragmentos de baixo-relevo, em mármore, um deles com bagos de uva. Os fragmentos encontram-se à guarda do, agora, Museu Santos Rocha, na Figueira da Foz (Pessoa, 1998: 33).

Na década de 50 do século XX, o Departamento de Arqueologia da Universidade de Coimbra solicitou a recolha de toda a informação possível sobre sítios antigos na região de Coimbra, recorrendo ao padre de cada Paróquia na Diocese de Coimbra (Pessoa, 2001: 24-33). Assim, procedeu-se à recolha de dados arqueológicos num vasto território. À época, o Sr. Padre José Bento Vieira, Pároco do Rabaçal, regista no local dos Moroiços e da Delgada vestígios em tudo semelhantes aos identificados em

Conímbriga, o que permite aferir que o material visto pelo pároco seria de época romana⁴⁷ (Pessoa, 2001). Estes registos são de grande importância pois irão ficar disponíveis a todos os investigadores.

Na década de 70, a equipa multidisciplinar que trabalha em Conímbriga encontra-se a elaborar a agora denominada “Carta Arqueológica da *Civitas* de *Conimbriga*”, ou seja, procedeu a recolha de informação dos sítios que existiam no território da Cidade. Desta forma com os registos bibliográficos e confirmação de algum dos sítios, avançam para a prospeção dirigida confirmando a sua presença e conservação (Pessoa, 1998).

É nestas condições que, em 1979, a *Villa* romana do Rabaçal é relocada, provocando uma grande admiração a quem na altura identificou os diversos objetos no local. Ficou evidente na primeira visita ao sítio que o espaço era importante, pois a concentração de tesselas espalhadas na terra cultivada, evidenciava a presença de mosaicos, tal como a presença de fragmentos de baixos-relevos, em mármore, encostados às oliveiras ou a servirem de armadilhas para aves, eram por demais esclarecedoras da riqueza que este espaço em determinada época teve (Pessoa, 2001).

A escavação do sítio não ocorreu logo, foi preciso congregarem vontades e a primeira sondagem ocorre em 1983, ano em que se identifica mosaico, estruturas e confirma-se a presença da *pars urbana* da *villa*. Em 1984, ano oficial para o início das escavações na VRR, recolhe-se muito material arqueológico, percebendo que o sítio, apesar da fraca potência estratigráfica continua a proteger vestígios romanos bem conservados (Pessoa, 2001: 49). Em 1985, a equipa de arqueólogos, liderada por Miguel Pessoa, recebem o apoio da Câmara Municipal de Penela para continuar com as escavações, realizarem os relatórios científicos, acolherem o material arqueológico resgatado, iniciarem o longo e árduo caminho na proteção do sítio arqueológico (Pessoa, 1998, P. 54). Em 1997, com uma candidatura a fundos europeus é concretizada a vedação e edifício de apoio da estação arqueológica (Pessoa, 1997, p. 46). Dá-se início então à abertura deste espaço aos fins-de-semana, com o objetivo de atrair os públicos, que amiúde, já procuravam esta área do concelho de Penela. No mesmo período, organiza-se documentação, o material arqueológico e estrutura-se uma pequena exposição para os vários grupos escolares que procuram conhecer o sítio. A exposição estará patente no rés-do-chão do edifício da Junta de Freguesia do Rabaçal até à abertura do Espaço-Museu da *Villa* romana do Rabaçal.

⁴⁷ Informação recolhida pela preponente deste projeto, na ação comemorativa dos 60 anos de ordenação do Cónego José Bento Vieira, organizada por vários Rabacelenses e realizada no Espaço-Museu da *Villa* Romana do Rabaçal, em 2013;

Após uma longa época de campanhas, uma por ano, dá-se a abertura ao público do Museu da *Villa* romana do Rabaçal a 5 de maio de 2001. Esta inauguração ocorre no mesmo dia da “Feira do Queijo Rabaçal,” ação promovida pela Associação Terras de Sicó, que tem por objetivo a promoção e divulgação dos produtos identitários da região do Sicó. O projeto museológico, a cargo do museólogo/arqueólogo Miguel Pessoa, foi pensado e trabalhado para ser um espaço de convergência de ideias, saberes e conhecimentos entre população, cientistas e poder autárquico (Pessoa, 2001). Neste projeto quis-se absorver todo o tipo de conhecimento, patrimónios e vontades.

Desde 2001 aberto ao público, o espaço arqueológico carecia de uma proteção legal, mas que por várias vicissitudes só foi ultrapassada em 2013, quando recebeu o reconhecimento de Monumento /Sítio de Interesse Público (SIP), através da Portaria n.º 431-D/2013, publicado no DR, 2ª série – nº24 de julho, tem ZEP publicada pela Portaria 660/2018, 07 de dezembro. Recentemente recebeu a distinção de Monumento Nacional, considerando, designadamente, o interesse do bem enquanto testemunho notável de vivências ou factos históricos.

Este facto relevante impulsiona o município na conquista de novos projetos que se mostram importantes na preservação e conservação do Património cultural do concelho de Penela.

Presentemente o Projeto de cobertura à *Villa* romana do Rabaçal encontra-se num estado mais avançado desde que iniciamos este projeto. No decorrer do Quadro Comunitário 2020, Programa Operacional Regional do Centro 2020, o Município candidatou uma estrutura de proteção à *uilla* romana a qual aguarda resposta. Esta ação permitirá colmatar uma das fraquezas identificadas desde o início de abertura do sítio arqueológico ao público.

Públicos

Da avaliação elaborada aos 20 anos de abertura ao público (Anexo VIII), é notório o crescimento de visitantes ao espaço museu, apesar dos constrangimentos de visita (mosaicos tapados, estação arqueológica distante do Espaço museu) o espaço tem revelado um grande interesse para entusiastas e/ou meros curiosos. Os dados apresentados nos gráficos tiveram como critério a uniformidade de dados de visitação anual nos 4 espaços visitáveis no Circuito do Sicó, sendo que o Museu PO.RO.S abriu ao público em 2017 e Santiago da Guarda viu o seu programa museográfico renovado em 2019.

O público na grande maioria é de proveniência nacional e com origens bem concretas: área de Coimbra, região de Aveiro, região norte de Leiria, área metropolitana de Lisboa e área sul da região do Porto.

Ao longo dos vários anos de abertura ao público deste espaço museológico têm sido criados eventos, já explanados neste capítulo, que promovem o património cultural do concelho de uma forma geral, promovendo os sítios a visitar com o público em geral.

O fato de existir na região oferta em alojamento de luxo (villa Pedra, Pousada de Santa Cristina, Hotel Duecitânia), ou alojamento de natureza (unidades de Turismo rural, e de turismo alternativo) que promovem a fruição do campo e patrimónios inigualáveis, conduz ao espaço museu um público habituado a usufruir de patrimónios distintos. Este público aprecia o atendimento personalizado e diferenciado, promovendo o sítio “boca a boca” entre amigos e conhecidos.

No caso dos grupos escolares a sua proveniência é da região de Coimbra, Leiria e Aveiro. Nestes últimos anos sentimos um decréscimo de visitantes escolares, provocado pelas novas diretrizes do ministério da educação, redução de horas nas disciplinas sociais (História, Filosofia, Línguas) os constrangimentos logísticos e curriculares com as saídas dos alunos no 1º e 3º período escolar, associados às dificuldades financeiras das escolas para organizar várias visitas de estudo durante o 2º período. Acresce que, na organização destas visitas de estudo os professores que aderem à componente prática deste modelo de ensino, tentam agregar diversas disciplinas na mesma viagem e na visita de estudo tentam escolher áreas que tenham vários sítios a visitar.

Do gráfico de Visitantes por categoria constatamos que o número de visitantes gratuitos e com bilhetes de preço reduzido são a maioria (Anexo VIII). Sabemos que o museu é uma instituição sem fins lucrativos, contudo há custos inerentes à abertura ao público que poderiam ser minimizados com o pagamento de entradas. Nesta lógica, o aumento visitantes pagantes e o incremento de *merchandising* na loja existente no Museu pode ser uma das formas de obter algum rendimento, sendo um ponto a favor no investimento do museu.

O aumento na oferta/melhoramento dos espaços museológicos no Circuito do Sicó, nomeadamente entre os anos 2017-2020, com novos discursos expositivos distintos é muito significativo o que promove a dispersão e escolha de sítios mais apelativos para os visitantes. Este novo fator deve despertar em todos nós a vontade de melhoria e renovação. A inovação, a mudança de paradigmas e a insistência na melhoria das fraquezas já identificadas, são aspetos fundamentais para a sustentabilidade do Museu e Sítio Arqueológico, para além da continuação do bom trabalho e fruição do público.

O Público do MVRR tem acesso à informação por diversas fontes, Facebook, Instagram, site institucional, jornais, televisão, roteiros, guias, agências de viagem, posto de turismo e o passa palavra entre amigos, familiares e conhecidos.

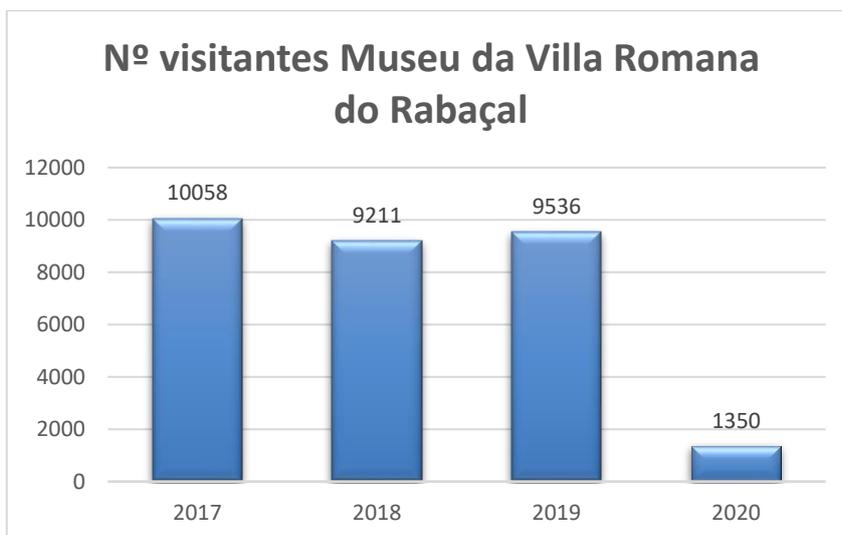


Gráfico 3 - Número de Visitantes da VRR entre os anos de 2017-2020 dados fornecidos pelo MVRR, Gráfico da autora).

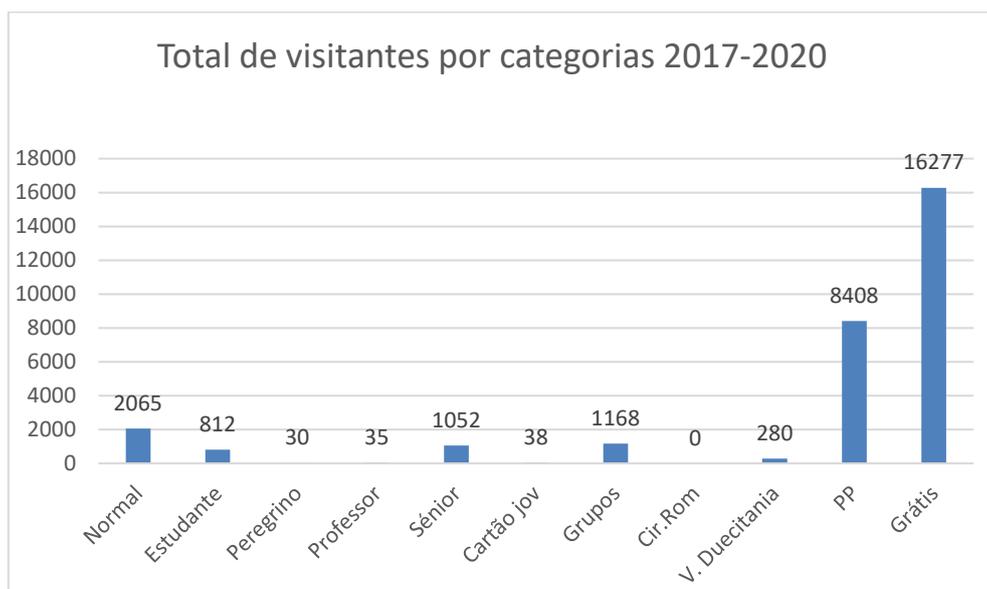


Gráfico 4 - Número de Visitantes por categorias, entre os anos de 2017-2020 (Autoria MVRR).

Da análise apresentada verificámos que o Museu necessita de uma reformulação e atualização do programa museológico, bem como de uma reprogramação museográfica. É certo, que se pretende a construção de um novo museu por motivos de centralidade (2º Concurso Público Internacional de Conceção para a *Villa* romana do Rabaçal), no sítio arqueológico⁴⁸, no entanto, nestes últimos anos, com a descoberta e início de uma nova investigação arqueológica que trará a longo termo nova atratividade cultural e consequentemente turística, o MVRR tornou-se um espaço exíguo e aquém das necessidades, quer em espaço e em valências, para não falar da escassez dos recursos humanos, que condiciona sobremaneira os trabalhos museológicos. No momento em que se pondera a construção de um novo edifício, a par da construção de uma estrutura, seja ela qual for, para a *pars urbana* e *balneum* da *villa* romana do Rabaçal, e se prepara a colocação de uma estrutura de proteção no novo Sítio Arqueológico de São Simão para proteção imediata do sítio, urge parar e repensar a organização, estrutura funcional e recursos humanos para o museu que se pretende construir e que se quer capaz de gerir a série de equipamentos criados e em conceção.

Assim, devemos ter em consideração que o MVRR deverá ter revista a sua denominação, pois na sua missão, objetivos já integra em larga escala o estudo, investigação, incorporação, inventário e documentação, conservação, segurança, interpretação, exposição dos vestígios arqueológicos e educação do Sítio arqueológico de S. Simão, no qual planeia a construção de um equipamento museológico, Centro de Interpretação de S. Simão e que ficará dependente do MVRR.

Esta regulação e reorganização funcional requer uma remodelação do Programa Museológico atual e, consequentemente, novo pedido de credenciação à Rede Portuguesa de Museus.

⁴⁸ <https://www.cm-penela.pt/noticia-7168>

4.0 Sítio Arqueológico de S. Simão

4.1 Localização geográfica e caracterização geológica

A *uilla* romana de S. Simão localiza-se no concelho de Penela, pertence ao distrito e diocese de Coimbra, Região da Beira Litoral. A *pars urbana* da *uilla* romana foi identificada no adro, via pública e terrenos adjacentes, a norte da Capela da Senhora da Graça, em S. Simão, no fértil vale do Rio Dueça (Figura 1 e 2), na bacia hidrográfica do Mondego, União de Juntas de Freguesia de São Miguel, Sta. Eufémia e Rabaçal (Vicente *et al.*, 2015; Vicente, Mendes, 2017).

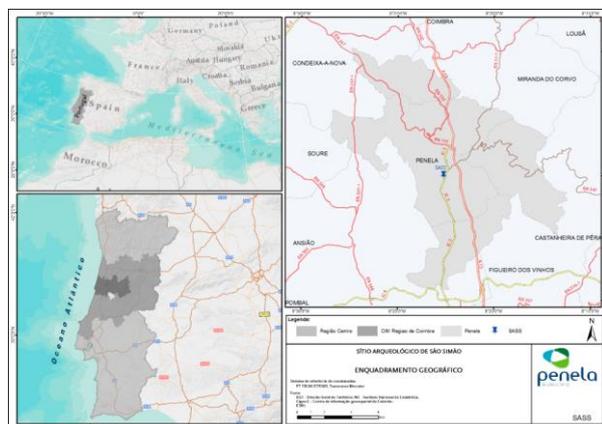


Figura 1 - Mapa de Portugal, do Distrito de Coimbra e do concelho de Penela, localização do Sítio Arqueológico de S. Simão, em S. Simão.

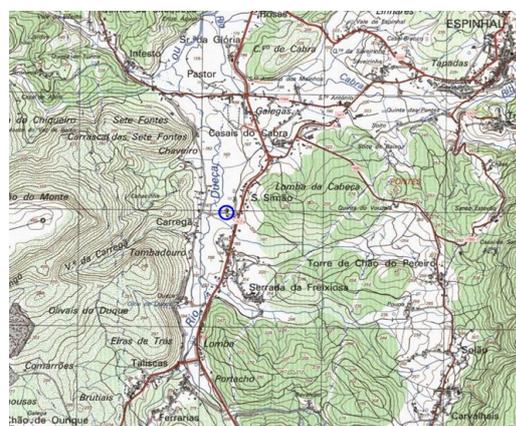


Figura 2 - Carta Militar 1/25 000, nº163.

A implantação da *uilla* ocorre num vale estreito, mas comprido, sendo banhado pelo rio Dueça que nasce a sul, na Venda das Figueiras. Esta linha de água é ainda alimentada pelo “Olho Dueça” uma exurgência cársica (nascente subterrânea), no Maciço Calcário do Sicó (Cunha, 1990), localizado a pouco menos de 1000 metros do sítio arqueológico.

A caracterização geológica do concelho é de uma forma genérica muito diversificada. Na área Este do concelho, a Serra do Espinhal, pertencente à Serra da Lousã, estamos na presença das rochas do Complexo Cristalofílico, consideradas como as mais antigas em território português; trata-se, fundamentalmente, de xistos luzentes e micaxistos, muito dobrados e metamorizados, cortados por inúmeros veios e filões de quartzo. (Cunha, 1990, 25-26).

A atravessar a área central do concelho, de Norte a Sul, (Podentes, Penela, Venda das Figueiras) surge o grés ou arenito, rochas essencialmente detríticas do período Triásico da Era

Mesozoica, (Grés de Silves), correspondendo a conglomerados, microconglomerados, arenitos, argilitos e depósitos de cor avermelhada na base e cor clara no topo e pelas Camadas de Coimbra, e ainda pelos Calcários margosos da Pedrulha e os Calcários de Sicó (Cunha, 1990).

Na zona Oeste do concelho existe a depressão calco margosa do Rabaçal estabelecendo a passagem das colinas dolomíticas, a Este, rochas duras por comparação com as formas detríticas e afloramentos jurássicos (calcários puros e compactos do Dogger), para as serras e planaltos calcários que ficam a Oeste. As serras calcárias marcam presença na área mais ocidental do concelho e registam cotas com cerca de 300 metros.

O Rio Dueça, afluente do Rio Ceira, com traçado Sul-Norte, resulta de uma adaptação geral à litologia, aproveitando em grande parte a depressão periférica do Maciço Hespérico aberta sobre os Grés de Silves, traduzindo um complexo jogo de adaptações de pormenor à fracturação submeridiana que afeta tanto os calcários do sector a montante, como os xistos do sector a jusante (Cunha, 1990).

4.2. Enquadramento histórico / arqueológico

A ocupação do vale do Dueça recua, pelo menos, ao período proto-histórico, conhecendo-se na área dois castros, um no Furadouro ou Tombadouro e outro, no Sobral, situados o território da atual União de Freguesias de S. Miguel, St^a Eufémia e Rabaçal. A sua ocupação é, aparentemente, datada da Idade do Bronze Final - Idade do Ferro (Vilaça, 2012) e com provável ocupação na Época romana (Vicente *et al.*, 2010).

O Castro do Sobral, povoado da Idade do Ferro teve ocupação na época romana e fica sobranceiro à ribeira da Sabugueira. Nele ainda é visível uma muralha, com cerca de 3,20 metros de comprimento e duas portas que lhe davam acesso (Arnaut, 2009: 90; Vicente *et al.*, 2010). O sítio vem sendo alvo de visitas regulares como medida de proteção, tendo sido ali identificado um fragmento de fíbula de apêndice caudal, em forma de balaústre, datável do séc. IV a. C., e alguns materiais cerâmicos de cronologia romana (Vicente *et al.*, 2010). Do Castro do Sobral avista-se o Castro do Tombadouro ou Furadouro, à distância de 3 km, em linha reta. Também aqui foram identificados materiais cerâmicos de construção e de mesa, e ainda, um machado de pedra polida, fragmentos de utensílios em bronze, escória da Idade do Bronze (Vicente, 2010). Ambos os sítios deveriam ser objeto de trabalhos arqueológicos, por forma a se aferir da sua cronologia de construção e ocupação.

A presença romana na área foi marcante, abundando os vestígios nas redondezas destes sítios ocupados em época proto-histórica (Alarcão, 1999; Pessoa, 2001, 2005). A aptidão agrícola e a proximidade à via romana favorecem a ocupação rural na região (Figura 3 e 4). A presença da cidade

de *Conimbriga*, a cerca de 20 km, exigiria um constante abastecimento de produtos hortícolas, cereais, carne, azeite, vinho, entre outros, favorecendo o aparecimento de várias unidades agrícolas, tais como os pequenos casais, as granjas e as *uillae* (Pessoa, 2017).



Figura 3 -Vale do rio do Dueça, vista a norte (Foto: Francisco Pedro).



Figura 4 -Vista a este, Serra do Espinhal (Foto: Francisco Pedro).

Junto ao rio Dueça, e sobranceira ao monte do castro do Tombadouro, localiza-se a *uilla* romana de S. Simão, no adro da atual Capela da Senhora da Graça (Figura 5), a qual era à época romana, pertença do território da *civitas de Conimbriga, Conventus Scalabitanus*, Província da Lusitânia (Alarcão, 1999; Pessoa, 2005; Vicente *et al.*, 2016).

Não se conhece o nome da *uilla* à época, sendo por isso denominada por vários autores de *uilla* romana de S. Simão, ou seja, a povoação onde está localizada (Alarcão 1988, 1990, 1998; Arnaut, 1983, 2009; Pessoa, 2001, 2005, 2017;). Contudo, em 2018, foi identificado num dos mosaicos o nome CATUR[O] (Encarnação, Vicente, *et al.*, 2019), nome de origem autóctone e, muito comum na região. Fica desfeito um mistério: sabe-se o nome de um dos proprietários desta *uilla*, em período próximo ao século IV d.C.



Figura 5 -Localização do Adro da Capela da Nossa Senhora da Graça (Foto: José Carlos Reis).

Com o projeto de investigação em curso (PIPA 2016-2020) (Figura 6) foi identificado um pequeno conjunto de *Terra Sigillata* Hispânica, de cronologia alto-imperial e mosaicos bicromáticos, estilisticamente de tradição itálica (Pessoa, 2005), apontando-nos para a fundação da *uilla* nos finais do século II, início de séc. III. A presença de um outro conjunto de *Terra Sigillata Hispânica Tardia* e *Terra Sigillata* Norte Africana permite apontar a ocupação nos séculos III a V, esta informação é, ainda, corroborada pela presença de um conjunto considerável de moedas de século III e IV d. C.

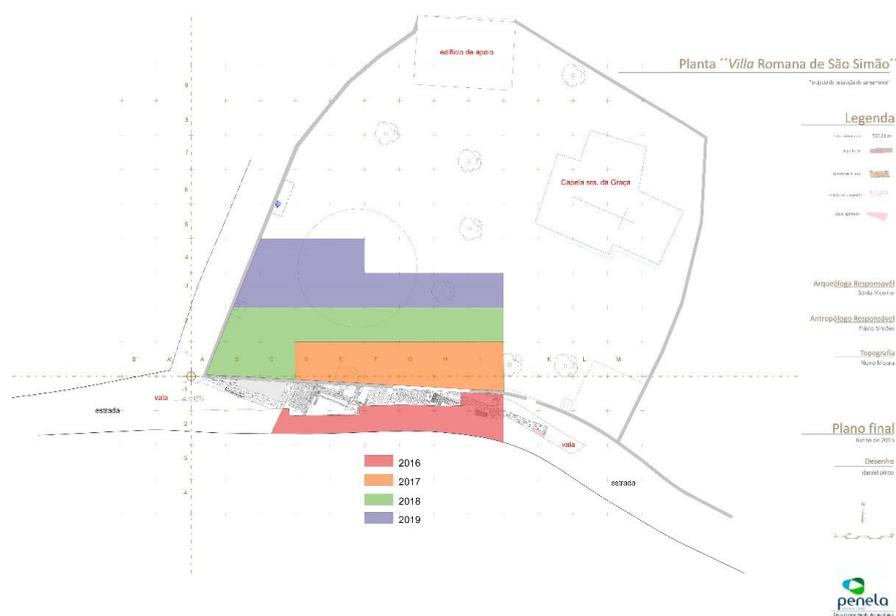


Figura 6 - Plano do PIPA 2016 – 2019 (Fonte: PIPA 2016).

No que respeita ao abandono da *uilla*, este parece estar relacionado com a instabilidade vivida à época, em todo o território conimbricense. A instabilidade económica e social que se vivia, a presença dos Suevos no território envolvente e a crescente instabilidade política traziam à população romana o receio de saques, roubos e destruição de bens (Alarcão, 2018; Carvalho, 2020).

A própria localização da *uilla* terá influenciado o declínio económico que a propriedade terá assistido nos inícios do século V d.C. (Vicente *et al.*, 2019). Os níveis de abandono detetados no *impluvium*, o tanque central da casa e a sua reutilização para outros fins, tais como lixeira, sugere-nos ter ocorrido entre finais do século V inícios do VI. O nível de destruição identificado pelas u.e.347, 461, 532 revela-nos que grande parte do material romano foi aqui descartado, nomeadamente a cerâmica comum, vidros e elementos arquitetónicos. A presença abundante de fauna de grande porte (veado, javali, bovino), assim como de animais de médio porte (cabra, ovelha), provavelmente, resultantes da alimentação sugerem que o espaço terá servido de lixeira (Vicente, *et al.*, 2020). Tal fenómeno parece não ser específico desta *uilla*, tal como nos revela André Carneiro, na Horta da Torre (Fronteira), onde refere a utilização do peristilo para guardar animais e num canto da sala terão sido identificados restos de refeições (Carneiro, 2017: 58, 59). Este será o elemento decisivo para afirmarmos que há um corte radical entre a cultura romana e uma nova forma de viver, revelando desprezo por um espaço que outrora fora uma zona de deleite, um espelho de água, reflexo de uma cultura em harmonia com a natureza.

As alterações à habitação romana são por demais expressivas, as construções sobre mosaicos, mutilando áreas e criando espaços exíguos, o fecho de entradas e a alteração da utilização dos espaços

remete-nos para uma população que ocupa o lugar, desconhecadora, “vazia” de memórias do espaço ou pouco preocupada com a cultura romana. As cerâmicas comuns que encontramos associadas a estes níveis de ocupação, são de qualidade inferior, apresentando pastas gresosas, de cor bege ou castanho-clara, com acabamentos grosseiros e algumas com decoração penteada. A cerâmica identificada encontra paralelos noutros espaços arqueológicos próximos, tais como *Conimbriga* e *Aeminium* estando esta classificada como cerâmica tardo-antiga ou cerâmica alto medieval (Silva *et al.*, 2015; Cerveira, 2017:350; Vicente, *et al.*, 2020).

Nos níveis superiores identificamos uma estrutura com pátio, provavelmente exterior, pavimentado com material romano reutilizado e entre ele identificamos fragmentos de *tegulae*, *lateres* e *dolium*. O piso terá ocupação, provável, no período medieval tardio, século XII a XIV-XV, pois uma boa área foi cortada pela necrópole de séc. XV a XVI.

Sobre a ocupação desta época, surge um documento do século XIII, que refere a existência de um eremitério no sopé do monte ovelha (Monte de Vez) em S. Simão (ANTT – Cabido da Sé de Coimbra, Documentos Régios, mç. 2, n.º 71). A documentação até agora referenciada fala repetidamente da existência de um eremitério e de franciscanos em São Simão. No século XV, surgem informações mais específicas sobre um convento franciscano no sopé do Monte de Vez “Monte de Ver”, na História Seráfica de Soledade, 1750. Contudo há autores que o localizam num vale estreito perto de uma fonte de água e nas margens do rio Dueça e segundo estes, o sítio pode ser em S. Simão, em Santo António da Ribeira ou Comarões (Arnaut, 2009; Gois, 2009).

Como se compreende, esta região é motivo de atração para vários povos e culturas, assim, não estranhamos a presença de eremitas e ou devotos ligados às ordens religiosas em voga. Na época medieval a zona é palco de vários pelejas entre cristãos e mouros, sendo o castelo de Penela, de 1137 e do Germanelo, de 1142-1146, o reflexo deste território em consolidação.

4.3. A descoberta do sítio

O Sítio Arqueológico de S. Simão é conhecido da comunidade científica desde 1902, quando no *Archeólogo Português* é mencionada a descoberta de “Importante achado archeologico”. A notícia original é publicada pelo Jornal “O Século”, em 17 de maio de 1991, e dava conta da descoberta numa eremida da invocação da Senhora da Graça, de um «*[...lindo mosaico...]*» e «*[...uma sepultura de alvenaria já em muito mau estado...dentro uma espécie de cabeça que quebrou com a enchada...]*». De salientar que a pequena capela identificada no texto, foi caracterizada como “eremida”, talvez, porque a memória da população ainda recordava a função deste espaço, em época medieval.

Em 1915, Jarnaut reforça a ideia de que no mesmo lugar da Capela da Sr.^a da Graça, em São Simão, «*[...] esteve o convento a que uns denominam de S. Francisco, e outros da Graça.*» (Jarnaut, 1905: 31;55).

Na década de 80, os Arqueólogos Jorge de Alarcão e Miguel Pessoa referem, em várias publicações por si escritas, a presença de vestígios romanos no adro da Capela da Sr.^a da Graça, em S. Simão. Também, Salvador Dias Arnaut e Pedro Dias, em 1983, referem que no adro da Capela da Nossa Sr.^a da Graça apareciam mosaicos romanos e que havia quem falasse da antiga cidade de Pechelin Urbium. Referem ainda um documento de 1273 onde se alude à existência do “eremitério de S. Simão”

Em 2001, ano em que a Lei do Património Cultural é publicada, o sítio foi alvo de benfeitorias levadas a cabo pela Comissão de Melhoramentos da Capela da Sr.^a da Graça. Na construção do muro oeste, estrutura de suporte dos terrenos, são colocados a descoberto dois pavimentos de mosaico e um pavimento em *opus signinum*, para além de muita cerâmica de construção, cerâmica comum entre outros (Pessoa, Vicente, 2001). Em 2004, a construção de duas casas-de-banho levam a equipa de arqueologia ao terreno para a realização de sondagens de diagnóstico revelando a existência de estruturas nas traseiras do bar (Vicente, 2004), o que originou a proposta da colocação de uma fossa séptica, hermética, no espaço.

As obras no espaço da festa da Capela da Sr.^a da Graça foram sendo mínimas, não afetando o solo e as estruturas arqueológicas. Em 2012, no licenciamento de uma casa unifamiliar, e já na vigência do, ainda, atual PDM, são emitidas condicionantes à construção da habitação, ficando os seus proprietários encarregues de mandar executar sondagens arqueológicas no terreno a afetar. Após alguns contratempos e muitos meses depois, concluiu-se que a estruturas romanas se estendiam até a esta área, contando com uma área de 3000 metros² com vestígios. Apesar de se reconhecer a presença de material arqueológico no espaço, o Município de Penela projeta a passagem de um coletor, no âmbito da construção da rede de saneamento em baixa e a sua ligação às infraestruturas

existentes, na margem esquerda do rio Dueça, na estrada de acesso à Carregã, passando por São Simão. De acordo com os normativos legais para proteção do património (Lei da Proteção do Património Cultural Português, nº107/01, de 8 de setembro) foi solicitado acompanhamento arqueológico à obra seguido de escavação para a eventualidade do surgimento de estruturas. Assim, em 2015 deu-se início ao acompanhamento e junto ao adro da capela começaram a aparecer os vestígios que hoje são alvo de projeto de musealização. O património identificado ao longo de 35 metros de vala (Figura 7) levou o Município de Penela a propor alteração do traçado de saneamento e solicitar à equipa de arqueologia a elaboração de um projeto de investigação arqueológica para o sítio (Vicente, 2015). A execução do projeto, a cargo da equipa de arqueologia do Museu da *Villa Romana do Rabaçal*, teve início em 2016 e prolongou-se até 2020 (Figura 8). As divisões com pavimentos em mosaico de épocas bastante distintas, a remodelação de várias áreas da casa, a contínua ocupação em época romana, em época suevo-visigótica? e em período medieval reforçaram a convicção de toda a equipa que o sítio arqueológico de São Simão é um espaço que ajudará na compreensão da evolução da ocupação do território rural romano e medieval da área de Conimbriga (Vicente, *et al.*, 2020).



Figura 7 - Vala de saneamento onde foram descobertos alguns pavimentos de mosaico (Foto: Francisco Pedro).



Figura 8 -Escavação da *pars urbana* no adro da Capela da Sr.ª da Graça, ano 2020 (Foto: Francisco Pedro).

4.4. A *Villa* romana de São Simão: os elementos disponíveis

À semelhança das *uillae*⁴⁹ identificadas no *municipium de Conimbriga*, a *uilla* de S. Simão localiza-se num vale de terrenos férteis, com a presença abundante de água. A água, sendo fundamental para a sobrevivência humana, é nesta estrutura fundiária o elemento essencial para o sucesso de culturas e rendimento da propriedade agrícola (Maciel, 2006). Num segundo plano, o cenário campestre e verdejante, que a linha de água propícia, torná-lo-ia um espaço agradável para a contemplação, meditação e repouso do corpo (Carneiro, 2014, 2016)

Por último, a presença de água era essencial para a existência e manutenção de um edifício de banhos, o *balneum*. A sua presença revela-nos a necessidade de conforto e bem-estar a que o *dominus* estaria habituado, oferecendo à família e aos convidados momentos de pleno deleite durante a sua estadia no campo. Contudo, e apesar de termos identificado um espaço na habitação com vários arcos (*suspensurae*), não podemos afirmar tratar-se de uma estrutura pertencente ao balneário, pois o edifício da *pars urbana* não se encontra totalmente escavado, podendo ser, ainda, interpretado como uma sala de inverno, aquecida, aliás, como era também habitual nestas infraestruturas, veja-se o caso de Santiago da Guarda, onde se identificou um *triclinium* aquecido, com *hypocaustum* e *praefurnium* (Pereira, 2005; Ribeiro, 2013).

A construção da *pars urbana* (Figura 9) deverá ter tido em consideração a exposição privilegiada na área, sobranceira ao rio e protegida por uma cumeada, que a resguardava dos ventos vindos de Oeste. Há, ainda, a preocupação na orientação do edificado (NNE-SSW) realizada segundo as recomendações de Vitruvius revelando preocupações básicas com o aquecimento da habitação e a sua proteção aos ventos frios do Norte (Maciel, 2006).

⁴⁹ *uilla* Romana do Rabaçal, *uilla* Romana de Santiago da Guarda



Figura 9 -Implantação da uilla romana de São Simão e enquadramento no adro da capela da Sr.ª da Graça e terrenos adjacentes (Desenhos em Corel: Flávio Simões).

Apesar das virtudes expostas, é provável que a localização da *pars urbana*, nas imediações do rio, lhe trouxesse fragilidades, o que poderá ter sido, efetivamente, uma das causas de destruição e degradação deste espaço.

A localização privilegiada da *uilla* em relação à via romana, aos campos agrícolas férteis, com abundância de água tanto de verão com de inverno e boa exposição solar, permitiria a existência de um *fundus* autossuficiente e rentável o que seria essencial à sua sobrevivência. A *uilla*, à semelhança de outras, contaria com a presença de olivais, vinhas, matas abundantes, campos de cultivo, pastagens, pomares e hortas permitiam a sua subsistência e sobrevivência económica (Alarcão, 1999; Pessoa, 2017; Vicente *et al*, 2019). A existência de uma produção agrícola diversificada e abundante, demandava que a área tivesse uma *pars frutuaria* e *rustica* capaz de transformar e armazenar toda a produção agrícola (Figura 10-11). Assim, admitimos ainda a existência de armazéns, oficinas, eiras, lagares, área da tecelagem, a forja, a olaria, toda a espécie de estruturas necessárias para o rendimento económico desta *uilla* (Vicente, Mendes, 2016).



Figura 10 -Vista aérea dos campos agrícolas a norte do vale do Dueça (Foto: Francisco Pedro).



Figura 11 -Vista aérea dos campos agrícolas, a sul do vale do Dueça, sendo visível o vale do Camporês, onde passa a antiga via romana de Olisipo-Bracara Augusta (Foto: Francisco Pedro).

Em 2018, realizou-se o estudo geofísico nos terrenos confinantes ao Adro da Capela da Sr.^a Da Graça e foram localizados diversos alinhamentos ortogonais, alguns dos quais, coincidentes com as estruturas já identificadas nas escavações arqueológicas (Figura 12).



Figura 12 - Planta com os resultados do estudo de georadar em 2018/2020 (Relatório Final - Estudo Georadar- Geoaviz).

O processo de escavação ainda está no início, mas já é possível perceber que a *uilla* sofreu várias reconstruções/remodelações ao longo dos séculos em que foi ocupada.

Na planta da *pars urbana* identificamos a 1ª fase de construção musiva, possivelmente, de finais séc. II ou início de século III d.C. Desta fase são, certamente, os mosaicos do compartimento do *triclinium* (b), do corredor (c), e das alas sul (f) e este (g) do corredor do peristilo, respetivamente os “mosaicos 3, 4, 7, 8 e 9ª” onde se apresenta uma composição e cromatismo muito simples, estilisticamente apontando para uma época mais antiga da arte musivária, onde se apresentam desenhos simples e “limpos” (Figura 13). Estes pavimentos, com motivos geométricos, executados a duas cores (branco e negro), realizados com tesselas de grande dimensão, revelam um trabalho algo arcaico e devem ser contemporâneos da construção da *pars urbana* (Figura 13).

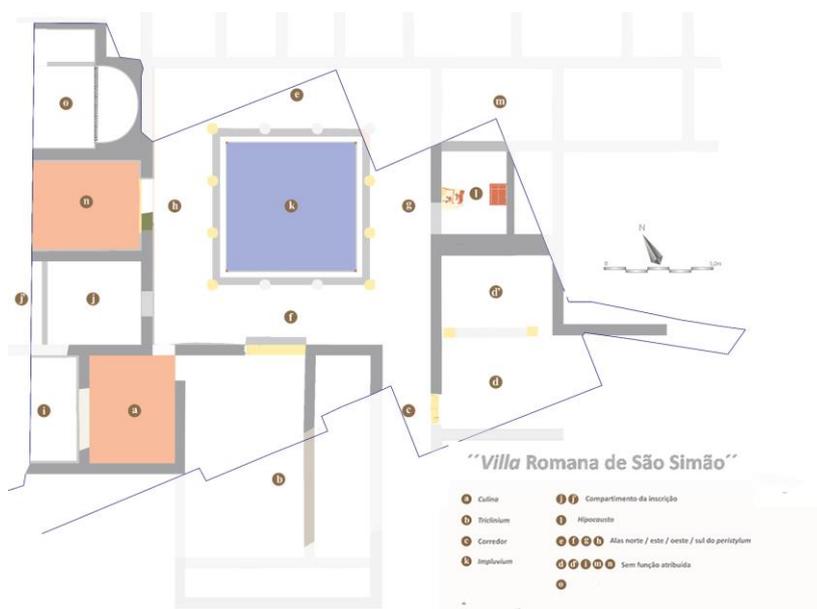


Figura 13 - Identificação dos compartimentos da pars urbana (Desenhos em *Corel Draw*: Flávio Simões).

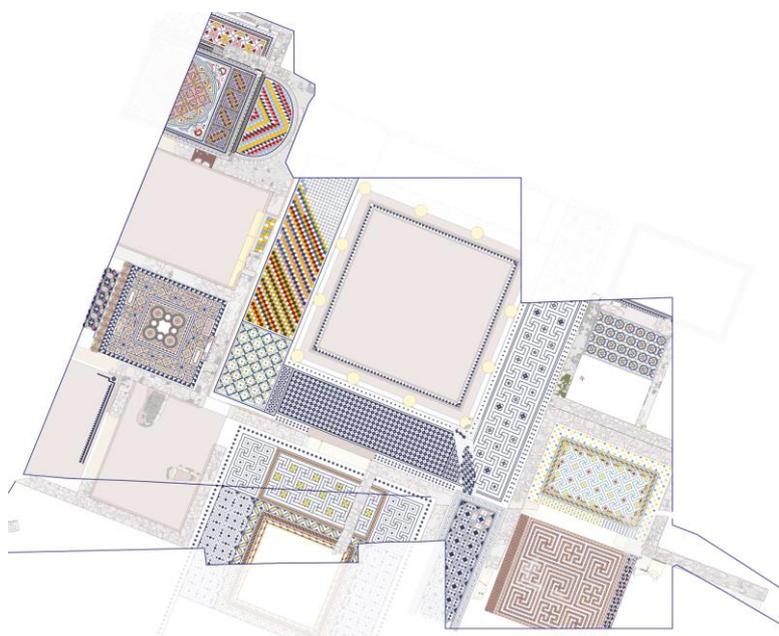


Figura 14 - Planta da pars urbana com os pavimentos de mosaico identificados até à data (Desenhos em *Corel Draw*: Flávio Simões).

O mosaico da fase inicial tem paralelos na cor, nos motivos geométricos e na dimensão das tesselas, com os mosaicos das *domus* da cidade de *Conimbriga*, nomeadamente algumas salas da “Casa da cruz suástica” e outros compartimentos na “Casa de Cantaber”. A 2ª fase de remodelações na casa

corresponderá à execução da Sala aquecida, onde encontramos a construção de uma segunda parede, adossada à parede inicial, e que era, ainda, revestida a estuque pintado. Esta estrutura tem a particularidade de ter a sua fundação cerca de 40 cm abaixo da edificação original do compartimento (Figura 15). A anulação da porta de acesso à divisão e o seu fecho/emparedamento está relacionado com a construção das *suspensurae* da sala aquecida (Vicente, *et al*, 2019).

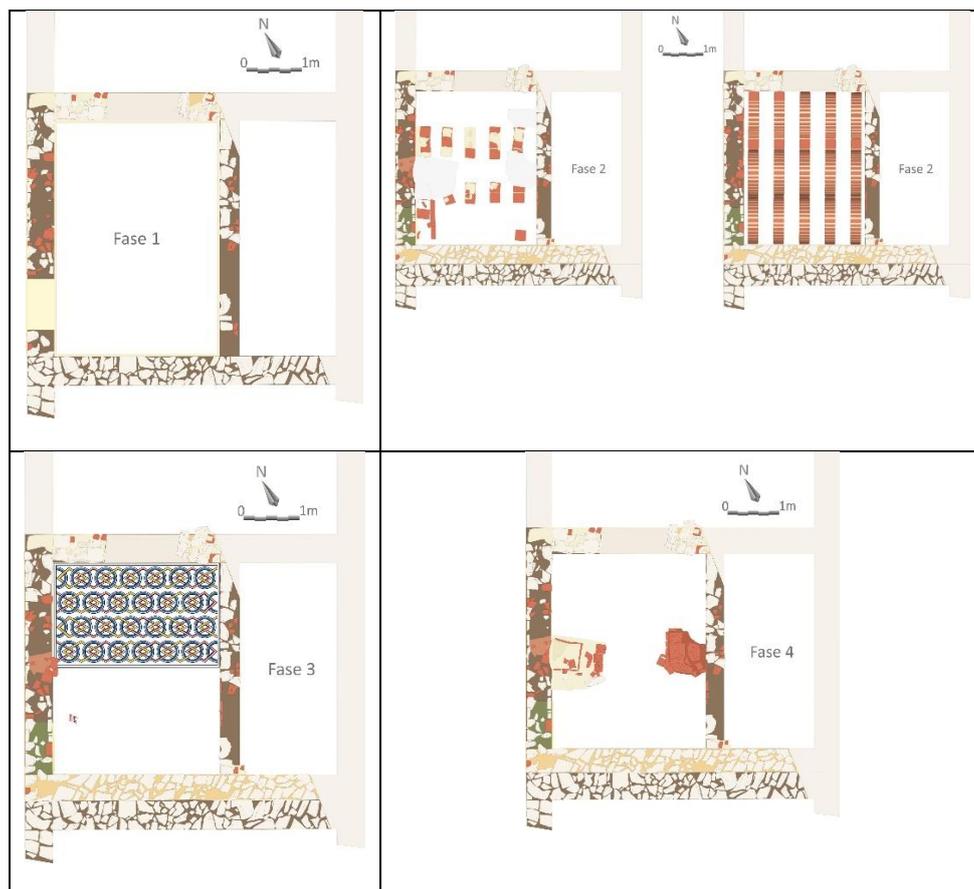


Figura 15 -As quatro fases de ocupação do compartimento L, ou sala do hipocausto (Desenhos em *Corel Draw*: Flávio Simões).

A esta segunda fase de remodelações acrescentamos a renovação dos pavimentos nos mosaicos das salas d, d', respetivamente, os mosaicos 5 e 6, no corredor oeste do *peristylum* (h) o “mosaico 9”, onde identificamos o mosaico primitivo, (Figura 16) sob o pavimento atual.



Figura 16 - “mosaico 9” com o pavimento original no remate à parede e no centro do corredor (Foto: Francisco Pedro).

O “mosaico 11” com composição geométrica e floral, bastante trabalhado (Figura 17), reflete um período estilístico, porventura, mais avançado, com técnica de execução esmerada, revelando um nível de execução muito apurado. Também o “mosaico 11” foi executado sobre um pavimento musivo primitivo. É neste compartimento que se localiza a Inscrição que menciona, inferimos nós, o nome de um dos proprietários: *CATVR[O]*; a inscrição foi colocada no acesso à divisão, depois de se passar a soleira de entrada, em calcário, o painel tinha a “função” de tapete de entrada e recomendava o bom uso do pavimento (Figura 18).

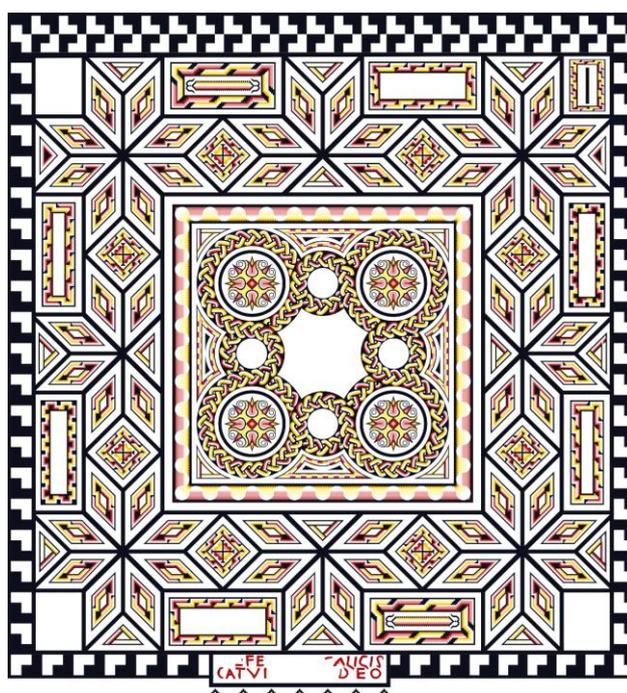


Figura 17 -Esquema interpretativo do “mosaico 11” (Desenhos em *Corel Draw*: Flávio Simões).

O período de construção deste mosaico terá ocorrido numa época em que a família teria uma vida desafogada, sem constrangimentos financeiros e, onde concluímos uma ou duas características da civilização romana: o humor e a religiosidade:

VT [ERE] FEL[IX SINE] CALIGIS

(Usa com felicidade, sem botas!)

CATVRO [MARTI] DEO

(Caturão dedica ao Deus Marte)

O mosaicista ou mosaicistas indicam, com humor, o cuidado com que os moradores e convidados deveriam ter no uso do pavimento “...sem botas”! (Encarnação, Vicente *et al.*, 2019) para além da piada, que só o proprietário e os mais próximos entenderiam, é muito provável que se referissem a um dos deuses do panteão romano venerado pelo dono da casa, isto porque se refere ao uso das “*CALIGIS*” a sandália do soldado romano. O trabalho minucioso requer mãos hábeis e experientes no corte da pedra, no rigor geométrico e na técnica de execução.



Figura 18 -Inscrição no “mosaico 11” (Foto: Sónia Vicente).

A construção do “mosaico 11” poderá coincidir com remodelações da 2ª fase, não sendo, no entanto, a última fase de reconstrução: o acesso ao compartimento (j) é anulado, assim como a entrada na divisão contigua (n) também é abolida, muito provavelmente numa época bem mais tardia, em que, quem mandou executar a inscrição já não estaria na memória dos atuais donos.

Os pavimentos musivos desta *uilla* suscitam diversas questões quanto à autoria dos mosaicos. O panorama museográfico repetido, aqui e além, em *Conimbriga*, Rabaçal, Santiago da Guarda e,

ainda, por vários sítios na província da *Lusitânia*, colocam várias perguntas aos investigadores: como seriam apresentados aos clientes, quais os suportes utilizados para mostrar os vários trabalhos, seriam apenas desenhos realizados em pergaminho ou teriam pequenos exemplares para exibirem? As propostas exibidas pelos mosaicistas seriam apenas as apresentadas ou o dono podia solicitar um pavimento a “gosto”? As oficinas mosaicistas contratadas seriam oficinas itinerantes ou oficinas regionais, por exemplo da cidade de Conimbriga? O material, a pedra, usada para o trabalho era local, regional ou trazida de outras paragens? Existiria um serviço dependente deste trabalho especializado, associada à exploração de pedra para a execução do mosaico? Quais as áreas de exploração, qual o circuito que fazia para chegar ao seu destino: a residência de um Senhor romano. Estas serão questões a abordar no guião expositivo que iremos propor em capítulo próprio.

A partir dos dados apurados nas várias intervenções arqueológicas realizadas na *uilla* romana S. Simão, é possível, propor uma cronologia balizada entre o século II/III d. C. e o século V (Pessoa, 2001; Vicente, 2004, Vicente *et al.*, 2016-2020;).

Os mosaicos com motivos geométricos e vegetalista (1, 2, 5, 6, 9, 11, 13, 14, 15, 16, 17 e 18), construídos numa 2ª e/ou 3ª fase de remodelações, encontram paralelos do trabalho musivo geométrico das *uillae* do Rabaçal (Pessoa, 2005), de Santiago da Guarda (Ribeiro, 2013) e em alguns painéis de mosaicos das *domus* de Conimbriga (Oliveira, 2005).

As remodelações estruturais na habitação, como sejam o alteamento e sobreposição de pavimentos, construções de canaletas, em *opus signinum*, anulação de portas viradas para o jardim interno, com *impluvium*, expõe uma edificação muito humanizada, com vários problemas e onde se tentaram resolver situações quotidianas criadas, provavelmente, pela presença abundante de água. A época do ano com maior problema seria, sem dúvida, o inverno, pois nos dias mais chuvosos, as águas galgariam o *impluvium* da residência e criariam o caos no interior da habitação (Vicente *et al.*, 2019).

No exterior, os grandes terrenos, agora agrícolas, poderiam ter diversas estruturas de condução de água, aquedutos, canais e/ou levadas que encaminhariam a água para onde seria mais conveniente, contudo, a sua força e impetuosidade irrompe de onde menos se espera, surge à superfície, por capilaridade, não existindo forma de a evitar.

O rio Dueça, implantado numa área cársica (Cunha, 1999), é sobejamente conhecido pelas repentinas inundações nos terrenos agrícolas, tal como ainda hoje acontece, mesmo depois da limpeza das margens e do leito do rio.

A preocupação na manutenção dos pavimentos, ao longo da extensa ocupação desta *uilla* é notória. Os 18 pavimentos de mosaico, descobertos até à data, apresentam motivos com composições

muito simples, até aos desenhos mais elaborados, revelando uma evolução técnica, artística e estilística em cada pavimento. Este dado é corroborado pela presença de vários fragmentos de cerâmica Terra Sigillata Sudgálica e *Terra Sigillata Hispânica Alto Imperial* (formas Drag. 15/17, 24/25, 27, 30, 37) datadas de século I/II d. C.

Após um período de grandes remodelações, que poderão atravessar todo o século IV d.C., assistimos a um período, onde perdura a escolha de materiais mais pobres, sugerindo constrangimentos financeiros da família (Vicente *et al.*, 2019, 2020). A título de exemplo referimos o *opus signinum* para a colmatação de lacunas nos mosaicos, restauros de má qualidade, onde se perde o sentido estético e parece prevalecer o caráter prático da utilização do espaço, ou mesmo a utilização de argamassas de cal para revestimento de pavimentos nas alas do *peristylum* (Carneiro, 2014; Vicente *et al.*, 2020).

As estruturas de construção posterior (Figura 19), algures entre os meados do século V e inícios do século VI, apresentam aparelho irregular e mistura de diferentes materiais (tijoleiras) na execução das paredes. O pavimento da cozinha aparenta ser o resultado de uma transformação do espaço, tendo sido utilizado na sua construção rudimentar diversos fragmentos de estuque, colocando a seguinte questão: o que terá ocasionado a remodelação do compartimento? (Vicente *et al.*, 2020)

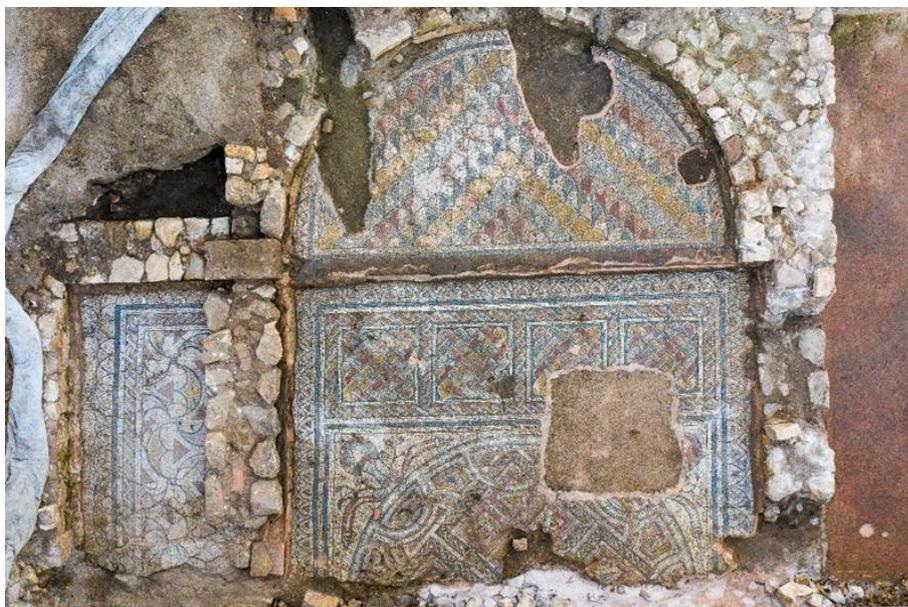


Figura 19 - “mosaico 1”, “mosaicos 17 e 18”, compartimento O. Compartimento onde identificamos a construção de uma parede sobre o “mosaico 18”, anulando área da sala (Foto: Francisco Pedro).

As várias áreas de habitação da *pars urbana*, descobertas até à data, revelam, porventura, uma ocupação que poderá ir até a um período muito próximo do século VIII. A presença de vários materiais

cerâmicos que encaminham para uma cultura material distinta da anterior, podem ser a prova que há muito antevíamos (Vicente *et al.*, 2020).

As vicissitudes da ocupação desta *uilla*, aos poucos conhecida, serão desvendadas, paulatinamente, com o novo projeto de investigação em preparação.

4.5. O Eremitério

Nos finais do século XII, início do século XIII, as ordens mendicantes deambulavam pelos grandes centros urbanos, e por quanto se tem conhecimento, em Portugal estas ordens gozavam de um grande apoio por parte da família real desde o início. Coimbra, capital do Reino de então, foi uma das cidades eleita pelos primeiros Franciscanos da Ordem Franciscana (Mattoso, 1982; Gomes, 1998). Assim, não é com surpresa que vemos cinco frades da Ordem de S. Francisco, enviados pelo próprio Francisco e apelidados mais tarde de “Mártires de Marrocos”, passarem por Coimbra, em 1219, a caminho do Norte de África (Gomes, 1998:156).

A presença da primeira geração de franciscanos caracteriza-se pela instalação em sítios eremíticos e sub-rurais (Teixeira, 2005). Portanto, não será de estranhar o testamento do cônego conimbrigense Paio Gonçalves fazendo uma doação em 1235 «[...] *ad fratres minores medium, morabitinum. de penela. medium. Morabitinum* [...]» reconhecendo um eremitério franciscano em Penela, (Gomes, 1998, p. 157; ANTT — Cónegos Regulares de Santo Agostinho, Mosteiro de S. Jorge de Coimbra, mç. 5, nº 39).

Em 1274, numa carta do Rei D. Afonso III, refere-se à existência a uma vinha pertença do cabido da Sé «no lugar que se chama Ermida de S. Simão» é, por isso, cada vez mais credível a presença de um eremitério na margem do Dueça, (Arnaut e Dias, 2009; ANTT – Cabido da Sé de Coimbra, Documentos Régios, mç. 2, n.º 71). O facto de se chamar ermida, eremitério ou convento faz-nos confiar na suspeita levantada pelo Historiador Salvador Dias Arnaut.

Será possível através dos dados recolhidos inferir a pré-existência do Convento de Santo António, em Penela, no antigo Eremitério de S. Francisco, em São Simão. O local estava de acordo com o espírito do Fundador da Ordem que renunciara aos bens terrenos e pregava evangelização à população (Teixeira, 2005; Moraes, 2009). Poderão, ainda, os vestígios arqueológicos, identificados até à data, antever a passagem destes “santos” num espaço em ruína (Figura 20 a 22).

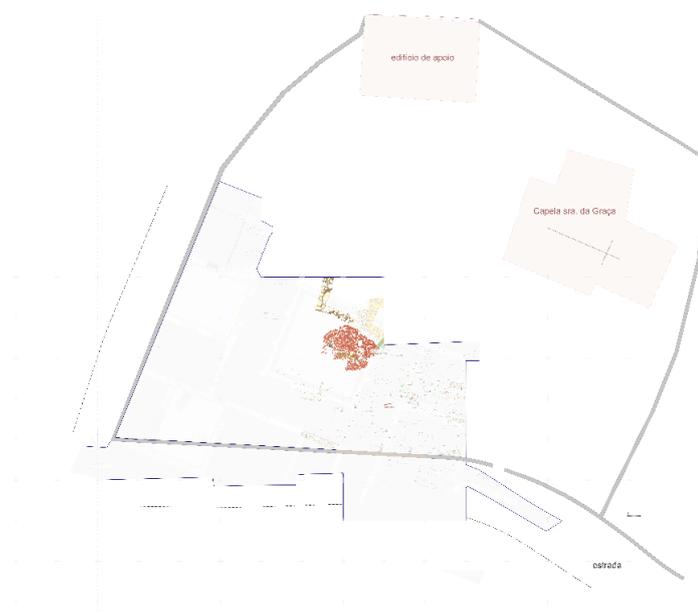


Figura 20 - Planta do pavimento e estrutura medieval, século XIII-XIV d.C. (Desenhos em *Corel Draw*: Flávio Simões).

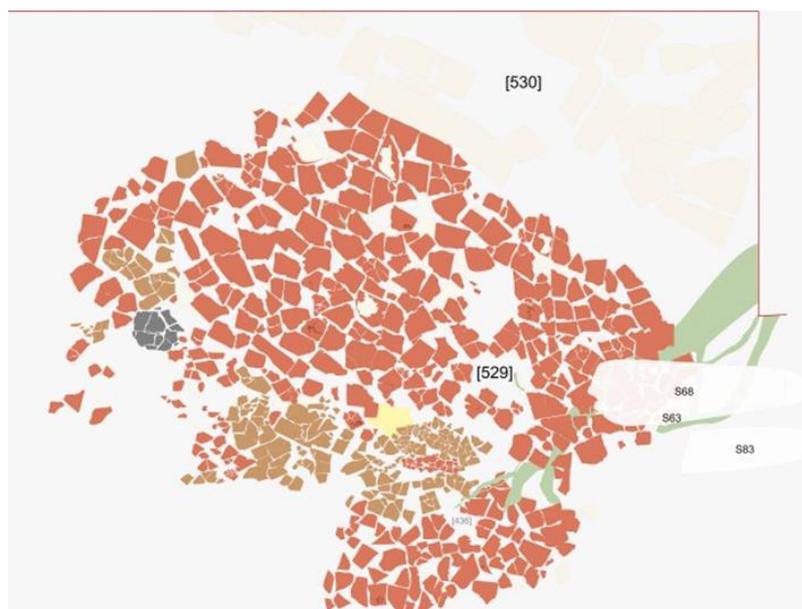


Figura 21 - Pavimento realizado sobre o impluvium romano recorrendo a material de construção da antiga *villa* (Desenhos em *Corel Draw*: Flávio Simões).



Figura 22 - Estrutura medieval e provável parede de um poço, que cortou a estrutura anterior e o *impluvium* romano (Foto: Francisco Pedro).

4.6. A Capela da Nossa Sr.^a da Graça e a sua Necrópole

A presença da Capela da Sr.^a da Graça, no sítio de São Simão, não é suficiente para nos esclarecer da utilização do espaço como necrópole, no entanto, a presença de um cemitério paroquial, densamente ocupado e que até à data contabiliza 100 indivíduos em inumação primária e mais 17 indivíduos em contexto disperso (Figura 23), levanta-nos sérias questões quanto à importância que o sítio e a construção religiosa tiveram entre os séculos XIV a XVI, ou quem sabe nos séculos anteriores.

quebrou com a enchada.» (Azevedo,1902: 60). Em 1915, surgem as primeiras menções à existência de um convento em S. Simão (Jarnaut, 1915: 31).

Em 1983, o Sr. Professor Salvador Dias Arnaut refere que «*Em 1273 alude-se ao “eremitério de S. Simão”*». No mesmo livro, menciona que a memória local refere a presença de «[...] *uma Cidade: Pichelin Urbion⁵⁰ ou nome parecido*» (Arnaud, 1983: 80). Percebemos que neste “novo mal urdido”, surgem, aqui e ali, alguns elementos que revelam uma ocupação posterior totalmente diferente daquela que teve em época romana e época tardo antiga, com reconversão funcional dos terrenos da *pars urbana* da *uilla*, em solo sagrado.

Atualmente, o edifício do Convento de Santo António, em Penela, ocupa a zona mais baixa da vila. A sua construção teve início no último quartel do século XVI sendo ocupado entre 1578 até 6 de junho de 1834, aquando da extinção das Ordens Religiosas⁵¹, em Portugal. O edifício (Igreja, área residencial e anexos) agora visível, data do Século XVIII e é o resultado de um desvirtuamento do espírito dos primeiros franciscanos, que recusavam a posse de qualquer bem, preferindo estar no meio dos pobres e com eles comungar do “nada” que tinham (Marado, 2018, Pereira, 2012; Simões, 2007). A construção do Convento de Penela, assim como de outros pelo reino, está associada à Ordem da Estrita Observancia, que apesar de comungantes dos princípios da Ordem, reclamam um eremitismo mais ponderado, face ao novo paradigma adoptado em século XVI (Gois, 2009; Marado, 2018).

Recorrendo a algumas das obras mencionadas por Correia Gois chegamos à “*História Sereáfica da Ordem de S. Francisco na Provincia de Portugal*”, escrita por Frei Fernando Soledade, em 1750. Reza a História, no livro III, que Frei João Pombal, esteve no Oratório de S. Francisco do Monte de Ver, em 1448 e que terá verificado o «[...] que o *sítio havia sido habitado de ermitões pobres [...]*». A área terá sido escolhida, porque apropriada «[...] *a Contemplação, & aumento da Vida espiritual [...]*» (Soledade, 1750: 44), mas em 1459, Soledade argumenta que *os frades terão proposto o abandono do sítio, tal era a pobreza extrema do local*. A mudança de paradigma, ocorrida no século XV, em relação ao rigor evangélico do eremitismo, ocorre quando se juntam à Ordem frades letrados, habituados a algum conforto, desviando-se do ideal de pobreza dos primeiros franciscanos (Teixeira, 2005) em 1460, efetivam o abandono do oratório do Monte de Ver (Soledade, 1750:44). Cremos que os pobres Franciscanos, apesar de mui devotos de S. Francisco, terão aceitado as novas regras Franciscanas, onde

⁵⁰ “Pichelim” no dicionário de Português significa peixe seco; “Urbion” é uma serra no centro de Espanha, na província de Sória onde nasce o rio Douro, inferimos pelas pesquisas realizadas que estas designações serão, talvez, nomes de ermitões estrangeiros (Soledade, 1750), ou lugares estrangeiros de onde seriam originários, sugerimos nós.

⁵¹ O Decreto de extinção das Ordens Religiosas foi publicado em 30 de maio de 1834 e assinado por Pedro IV de Portugal.

se apregoava que os observantes assim como os claustrais deveriam ter estudos para poderem passar a palavra de forma eficiente (Teixeira, 2005, p. 231).

Desta forma saíram os franciscanos das terras de Penela, regressando apenas 120 anos mais tarde, a pedido dos mais pobres da região e da nobreza local (Soledade, 1750).

A 11 de março de 1576 dá-se início à construção do convento de S. Francisco, junto a Penela, com o apoio de Duque de Aveiro, D. Jorge Afonso, mas a escassez de apoios era enorme e em 1581, os frades resolvem saber se o terreno do sítio de S. Francisco da Ribeira de Ver lhes pertencia. Confirmando a pertença da propriedade, acabam por vender o terreno que lhes tinha sido doado e continuam a construção do Convento de S. Francisco, em Penela. Esta venda terá sido realizada em hasta pública, [...] «& nelle se fabricou hua propriedade, a qual se estende pelo valle abayxo com o título de quinta de S. Francisco»] acrescenta Frei Soledade. (Soledade, 1750: 48).

Em 1605 o Convento de S. Francisco, em Penela, passa-se a chamar Convento de Santo António, até então o povo fazia a distinção entre o convento velho e o novo, chamando a um oratório do Monte de Ver ou de *S. Francisco o Velho* e ao novo espaço religioso *o Convento de S. Francisco* (Gois, 2009: 65). A ermida aos poucos foi caindo no esquecimento e em ruína, até que em 1639, para que «[...] não servisse em alguns usos profanos [...]» (Soledade, 1750: 48) foi quebrada a pedra que cobria o altar.

Fr. Fernando da Soledade afirma ter visitado o antigo ermitério a fim de atestar a veracidade dos factos e comprova que os antigos ermitões viveriam em “*santa pobreza*”, acrescentando que ainda se encontravam «[...] alguns ossos e pedaços de hábitos [...]» daqueles que viveram por ali 12 anos (Soledade, 1750: 48).

A referência de Soledade (1750) às pequenas celas, *com paredes de pedra e terra e outras com ramos*, remeter-nos-á para uma parede construída com pedras irregulares, sem argamassa, e um pátio, descobertos em 2020 sobre o *impluvium* (Vicente *et al.*, 2020). As estruturas desde cedo interpretadas como construção posterior estão construídas sobre os níveis de abandono e destruição da *pars urbana*. Os níveis da construção revelam uma pragmática utilização das ruínas romanas. A construção de um pavimento, algo rudimentar, com material de construção reutilizado, de tipologia romana (lateres diversos, partidos e com argamassa, assim como fragmentos de *dolium*) sobre o enchimento (material resultante do derrube e abandono da *pars urbana*) do *impluvium*, poderá ter servido como chão de uma habitação, pobre e humilde, construída com o que havia mais à mão (Figura 20 – Planta do pavimento U.E 529). Parte do pavimento terá sido afetado pelos enterramentos de século XV e XVI, ficando conservada a área por cima do *impluvium* romano. A zona

seria evitada dado o excesso de água acumulado no tanque, impossibilitando a rápida decomposição de um corpo.

A mencionada quinta de S. Francisco vendida pelos frades franciscanos para a construção do novo convento foi adquirida pela família Abreu e Melo e, no primeiro quartel do século XVII é criado o morgadio da Quinta de S. Francisco vinculado pelo sexto Conde de Fornos de Algodres, Francisco de Abreu Castelo-Branco e Melo, que na ausência de herdeiros transfere o morgadio para o sobrinho João de Abreu Castelo-Branco. A propriedade volta a ser referida entre 1734 e 1756 como a residência de Francisco Cabral de Abreu e Melo (Mata, 2015: 147). Em 1884, volta a ser mencionada a existência da quinta de S. Francisco e alguns dos seus proprietários (Oliveira, 1884: 117; Vicente *et al.*, 2019).

Tanto se fez e tanto se tentou fazer para olvidar este dado histórico, que tem sido tarefa árdua descobrir onde seriam os terrenos da dita quinta de S. Francisco, e conseqüentemente os antigos terrenos dos ermitões franciscanos.

Apesar de muito estar feito, muito falta ainda para fazer a fim de chegarmos a uma hipótese pragmática sobre a utilização deste espaço. Sabemos que foi ocupado em época romana, inferimos da ocupação suevo-visigótica; sabemos que foi espaço sagrado, ainda hoje o é; identificamos a necrópole de época moderna, no entanto, as memórias que “alguns” tentaram apagar sobre a localização do Eremitério em S. Simão, deixam-nos alerta para todos os pormenores que possam tecer uma narrativa coerente e que verdadeiramente possa enriquecer a história do local (Vicente *et al.*, 2020).

Aceitamos como certa a motivação da população para a criação de uma necrópole num chão tocado, habitado por “homens santos”, os tais ermitões que estiveram em S. Simão, contudo, só a análise do material arqueológico recolhido poderá confirmar a presença desta comunidade religiosa nos alvares do século XIII (Vicente *et al.*, 2020).

As escavações no Adro da Capela da Senhora da Graça, começam a responder à névoa de “memórias” que os Homens nos deixaram, sendo já possível afirmar que orientação do templo, nordeste, fora dos cânones religiosos, este-oeste, coincidem com as estruturas romanas agora identificadas.

5. Proposta de Programa museológico para o Centro de Interpretação do Sítio Arqueológico de S. Simão

Esta proposta de programa, como já dito anteriormente, é um trabalho académico, pelo que deverá ser visto como uma base de trabalho para o futuro Centro de Interpretação⁵², doravante identificado pelas siglas CISS, aproveitando o potencial do sítio arqueológico em S. Simão e o seu valor patrimonial. Este novo projeto quer reforçar o estudo da ocupação do território de *Conímbriga*, à época romana, bem como a evolução que o mesmo sofreu no decorrer dos séculos. Pretende, ainda, acrescentar valor turístico à região, reafirmando o potencial histórico/cultural do Circuito da Romanização. Passados mais de 15 anos do primeiro esforço de promoção de uma rota neste território, é cada vez mais óbvio para aqueles que aqui trabalham, que este eixo, o seu crescimento e consolidação será o impulso considerado necessário para o desenvolvimento de uma das regiões de mais baixa densidade do distrito de Coimbra. O seu sucesso só poderá ser alcançado caso os demais intervenientes nesta rota trabalhem em Rede, em parceria para o bem comum, contribuindo para uma forte divulgação conjunta, promovendo os vários sítios com voz uníssona, passando a séria imagem de comunhão e simbiose entre si, recrutando novos parceiros, unindo diferentes municípios sob um tema comum.

5.1. Denominação, Missão e Vocação

O Centro de Interpretação a criar na área do Adro da Capela da Senhora da Graça terá a denominação de “Centro de Interpretação de São Simão”, CISS.

O projeto impulsionado pela descoberta de vestígios arqueológicos do período romano, desde cedo revelou que o espaço era portador de um vasto património histórico/arqueológico que permite a compreensão da ocupação rural deste território, em época romana, mas sobretudo nos períodos tardo-romano e alto medieval, períodos pouco explorados na região.

Apesar de não existir enquadramento legal para este tipo de instituição museológica (Pizarro: 2019), o CISS, como infraestrutura dependente do Museu da *Villa Romana* do Rabaçal, reger-se-á pelos parâmetros definidos por este, no que diz respeito à missão, vocação e objetivos (anexo IX) por forma a existirem critérios normalizados nestas unidades museológicas.

⁵² Apesar de não estar enquadrado na Lei-Quadro dos Museus Portugueses, a proposta museológica deve reger-se, a nosso ver, pelo que preceitua o Art.º 86 da Lei 47/2004, de 19 de agosto, e de acordo com as recomendações do Manual Hicira, 2005.

É missão do CISS preservar, interpretar, expor e comunicar, de forma acessível e didática as memórias e a história do sítio arqueológico. Tem ainda, por missão a incorporação dos bens arqueológicos resultantes da escavação arqueológica que lhe deu origem. Os valores identificados devem nortear o CISS e estabelecer laços na sua relação com o território e a comunidade, reforçando e consciencializando para a importância da conservação do património natural, histórico, arqueológico, antropológico e religioso desta área e de outros espaços, com os diferentes públicos.

5.2. Objetivos

O CISS terá como objetivo dinamizar os recursos patrimoniais identificados no território, assim como assegurar a sua conservação e preservação. deverá ser um espaço de mediação, de interpretação e comunicação do sítio arqueológico, pretende ser, ainda, um espaço com uma dimensão turística e educativa, com uma vertente prática de investigação arqueológica, antropológica e de conservação e restauro.

Assim, e por forma a traçar as principais linhas orientadoras para o programa museológico do CISS passamos a elencar os objetivos:

- Habilitar o sítio arqueológico de um espaço que permita ao visitante o correto entendimento do mesmo, oferecendo uma proposta inovadora interpretativa (através de um programa museográfico apelativo) para o património romano e medieval da região;
- Preservar o património arqueológico imóvel deste território através da sua incorporação, estudo, conhecimento e conseqüentemente, proporcionar a sua correta gestão;
- Incentivar o conhecimento histórico e arqueológico do concelho junto da sua população, por forma fortalecer a identidade local, incutindo valores para a sua proteção, preservação, compreensão e fruição;
- Contribuir como espaço de produção de conteúdos científicos de qualidade, através de estudos multidisciplinares para o conhecimento da ocupação neste território nas diversas épocas cronológicas elencando-os com a missão do Museu da *Villa Romana* do Rabaçal;
- Fazer cumprir as normas e procedimentos de conservação preventiva presentes no Plano de conservação preventiva redigido pelo MVRR; avaliar as prioridades de conservação preventiva e os riscos existentes de acordo com as normas emanadas pela DGPC; monitorizar os níveis de iluminação, teor de ultravioletas, temperatura e humidade relativa ambiente; atribuir por contrato a monitorização dos poluentes a instituição ou laboratório devidamente credenciados (caso necessário); adaptar a montagem da climatização centralizada à

conservação dos bens culturais; propor a aquisição dos equipamentos e técnicos necessários à manutenção das condições ambientais adequadas à conservação dos diferentes bens culturais; propor os parâmetros de constituição, organização e de aquisição dos equipamentos e mobiliários necessários para as reservas museológicas do MVRR assim como a realização de intervenções de conservação e restauro nos bens culturais integrados no acervo do museu (Anexo X);

- Estabelecer protocolos com instituições no Ensino Universitário para formação prática dos alunos de licenciatura e mestrado que frequentam as áreas de arqueologia, de antropologia e conservação e restauro (Anexo XI e XII);
- Proporcionar aos estudantes de arqueologia, de antropologia e de conservação e restauro formação curricular, colocando em prática conhecimentos teóricos de metodologias de escavação arqueológica, de técnicas de registo arqueológico, de tratamentos, de inventário de materiais arqueológicos e vestígios osteológicos, em laboratório e em contexto de Investigação programada, onde possam aplicar e praticar. Na área da conservação e restauro aplicar as metodologias internacionalmente aceites na conservação preventiva de sítios arqueológicos, identificando fatores de destruição, localizar danos, propondo sob superior orientação metodologias de intervenção, necessárias a cada caso, sempre numa perspetiva de conservação preventiva;
- Promover, sob a coordenação do MVRR, ações de formação, reuniões, palestras de carácter científico envolvendo as instituições universitárias nacionais e associações do património locais e regionais;
- Oferecer escavações visitáveis: integração da atividade arqueológica na visita ao Sítio; estas visitas deverão ser sempre guiadas (Figura 24), por fim a serem esclarecidas quaisquer dúvidas que o visitante possa colocar relativas ao trabalho arqueológico em questão;
- Criar oferta turística atrativa, no âmbito do turismo cultural, potenciado valor acrescentado ao território, e em última instância, criar condições para melhorar os contextos socioeconómicos da população local.



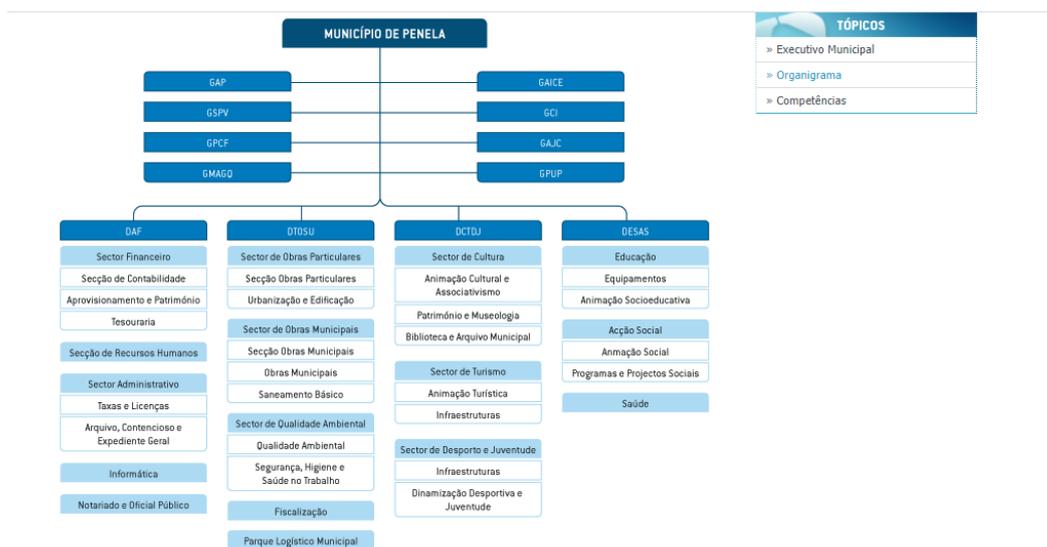
Figura 24 - Visitas escolares aos alunos do Concelho de Penela.

O CISS terá um plano de atividades dependente do Plano de Atividades do MVRR, devendo trabalhar para um objectivo único: estudo, conservação, investigação, comunicação e divulgação do património romano do concelho de Penela. Neste sentido, deverá promover a investigação sobre temas relacionados com as *uillae* romanas no território de Conimbriga; os mosaicos romanos no território da *civitas*; a ocupação suevo-visigótica na região; a presença dos Franciscanos no Concelho de Penela e na região de Coimbra.

5.3. Tutela e Gestão

A Tutela do CISS será da Câmara Municipal de Penela. De acordo com o Regulamento Orgânico dos Serviços Municipais (Anexo XII) existente⁵³ o CISS deverá ser enquadrado na Divisão Técnica - Divisão de Cultura, Turismo, Desporto e Juventude (DCTDJ), Setor Património e Museologia (Organograma).

⁵³ Diário da República, 2.ª série — N.º 52 — 15 de março de 2011 - Organograma da CMP



Organograma 1 - Organograma do Município de Penela, aprovado em 2011 (autoria: CMP).

Este setor engloba a área do Património Arqueológico e o Museu da *Villa Romana* do Rabaçal. Na Gestão interna do setor, o CISS estará dependente do MVRR, na direção e gestão. O MVRR teve até 2017 um Diretor Científico, desde então até à atualidade o espaço museológico não tem qualquer Diretor ou mesmo um Coordenador Técnico, pelo que os técnicos respondem diretamente ao Chefe de Divisão. Esta ausência deverá ser revista em reunião da Assembleia Municipal, numa futura Revisão Orgânica, proposta pela Câmara Municipal, de acordo com a necessidade de adequação aos requisitos do Art.º 44 da Lei 47/2004 (Lei-Quadro dos Museus Portugueses):

“O museu deve ter um diretor, que o representa tecnicamente, sem prejuízo dos poderes da entidade pública ou privada de que o museu dependa”.

O C.I. será um espaço museológico com um modelo de gestão semelhante aos núcleos museológicos, sob a alçada/direcção do Museu da *Villa Romana* Rabaçal e terá contemplado verbas específicas para as atividades a desenvolver (escavação, restauro, serviço educativo) disponibilizada pelas GOP (Grandes Opções do Plano) do Município de Penela .

O CISS será o espaço onde estão localizados os serviços do Campo/Escola de Arqueologia e onde existirá, ainda, um núcleo de restauro do mosaico *in situ*.

Pretende-se que o sítio seja visitável e esteja aberto durante todo o ano, com um horário de igual funcionamento ao do MVRR.

No que respeita à gestão de coleções e estando o CISS dependente do MVRR, o material exumado será estudado, inventariado e conservado de acordo com as normas vigentes no Museu da *Villa* romana do Rabaçal, respeitando as normas de inventário difundidas através de manual publicado pela DGPC: como o registo, fotografia, conservação, proteção e divulgação. O material arqueológico descoberto no Sítio Arqueológico de S. Simão deverá ser organizado e armazenado nas reservas do MVRR, até estar construído o Centro de Interpretação a projetar para o novo sítio arqueológico.

5.4. Recursos Humanos do CISS

O pessoal técnico afeto ao CISS estará dependente dos serviços do Museu da *Villa* Romana do Rabaçal, e como tal, estes colaboradores, pertencerão ao mapa de pessoal do Município de Penela.

O CISS estará sob a alçada do **Diretor** do MVRR, e a ele caberá planificar, organizar, motivar e controlar o trabalho museológico. Deverá, ainda, propor o plano anual de atividades, propor a contratação de pessoal técnico e administrativo necessário, definir um plano de ações de formação especializada do seu pessoal, a participação e colaboração da população e da comunidade do concelho, propor um orçamento financeiro que contemple os recursos necessários à prossecução da missão, da vocação e dos objetivos do CI e do MVRR.

Os recursos humanos disponibilizados para esta nova infraestruturura deverão contemplar com um **técnico de arqueologia, dois técnicos de Serviço Educativo, dois técnicos de Turismo**, com conhecimento em, pelo menos, duas línguas estrangeiras e ainda **dois vigilantes**. A estes colaboradores competirá assegurar a proteção e a conservação do Sítio Arqueológico e sua promoção pública com os demais visitantes. Os funcionários do CI deverão ter formação prévia sobre a história do sítio para que a possam transmitir ao público, de forma fiel; deverão ainda ter formação no atendimento ao público, formas de captação e capacitação de públicos.

Tabela 5 - Atribuições e funções da Receção.

Receção, atendimento ao público

Objetivo:	Rececionar e orientar o público na visita ao CI; proceder a venda de bilhetes e merchandising e vigilância do espaço.
Funcionários/utilizadores:	Deverão estar contemplados 2 técnicos de turismo
Nota/observações:	A área prevista contempla espaço para receção com loja

O serviço educativo deverá ter em permanência um técnico com formação em animação socio – cultural. As atividades arqueológicas deverão ser tidas em conta nas atividades pedagógicas do CI e o plano de atividades do serviço educativo deverá ser elaborado e organizado em plena multidisciplinarietà com os demais funcionários do CISS e MVRR

Todos os funcionários do CI deverão ter formação específica e devidamente qualificada sobre a temática da romanização, a dar pela equipa técnica do MVRR, para que no futuro consigam orientar visitas e colocar em atividade os ateliês educativos quando solicitados e/ou marcados. Deverão ainda estar a par da missão, objetivos e valores do CISS para que, numa abordagem interpessoal com o público, consigam transmitir os valores de missão, conservação, visitação e promoção deste e de outros sítios existentes no território.

Tabela 6 - Atribuições e funções do Serviço Educativo.

Serviço educativo

Objetivo:	Dinamizar o plano de atividades para o CISS e os vários ateliers propostos
Funcionários/utilizadores:	Deverão estar alocados a este serviço dois técnicos com formação em animação sociocultural e um arqueólogo
Nota/observações:	A área prevista contempla espaço para a realização de dois ateliês a realizar em simultâneo, A criação no local de uma equipa multidisciplinar privilegia a articulação da informação científica com as várias atividades educativas

Serviço vigilância

Tabela 7 - Atribuições e funções do Serviço vigilância.

Objetivo:	Promover a salvaguarda e conservação do património existente CISS e sítio arqueológico
Funcionários/utilizadores:	Deverão esta alocados a este serviço 2 técnicos vigilantes com formação em atendimento ao público
Nota/observações:	A área que tem sob vigilância corresponde as salas de visita e sítio arqueológico

5.5. Proposta de alguns conteúdos para o guião do CISS

O CISS deve conter informação histórico/arqueológica da região onde se localiza, permitindo uma leitura clara e global do território.

Os conteúdos devem resultar da investigação desenvolvida, reunir informação sintetizada, atualizada e capaz de ser compreendida pelos diferentes públicos. Importa saber captar a atenção do público, contando uma boa história, apelativa, reduzida ao essencial, mas sem distorcer os resultados da investigação efetuada e sempre nesta baseada.

A exposição permanente pretende abordar épocas cronológicas distintas, desde que há registo histórico/arqueológico e evidenciar as alterações antrópicas na paisagem:

- Um dos primeiros temas a tratar deverá ser a **geografia e orografia do vale do rio Dueça**. Devem ser realçadas as condições fundamentais para a fixação humana desde a época proto-histórica. A presença de água, terrenos férteis, um ecossistema variado e rico, conferindo a esta área as condições ideais para uma longa ocupação humana, que se estende até aos nossos dias.

Neste sentido, sugerimos a elaboração em um vídeo promocional do vale do Dueça com diversos apontamentos, localização das serranias na envolvente, rios, património natural, geológico e cultural existente na área, com enfoque para os sítios arqueológicos visitáveis no território permitindo desta forma dar a conhecer ao visitante a ocupação humana e alteração que esta região teve ao longo de séculos.

Esta informação pode ser veiculada, também, através de *flyers* com cartografia diversa, recorrendo, entre outros, a ortofotomapas, a fotografia aérea e fotografias antigas que revelem o grau de alteração da paisagem, permitindo ao visitante ser portador de informação relevante para futuras visitas ao território.

- A **ocupação e evolução cronológica do vale** poderá ser exibida por meio de audiovisuais para o melhor enquadramento e compreensão do património existente. Como suporte informático gostaríamos de ver aplicado os ecrãs táteis, ferramenta intuitiva e que confere ao visitante a autonomia na pesquisa que mais lhe interessa.

Deverá estar expressa a **ocupação do território em época anterior ao período romano**, o que tornará compreensível a ocupação do vale com uma unidade de exploração agrícola onde existiria uma estrutura agrária de cariz económico, dedicada provavelmente à trilogia mediterrânica dos cultivos: olival, vinha e cereal, refletindo também a proximidade à cidade de *Conimbriga*.

- A herança romana no território do Dueça e outros que lhe são próximos; o que se fazia e produzia no *fundus* da *uilla*; o que o território poderia dar a quem aqui vivesse; como sobreviviam as pessoas que viviam no campo.

O **quotidiano da família proprietária da *uilla***, o que fazia o *Dominus* e a sua família quando se encontravam nestes espaços, quais as atividades diárias e as suas rotinas.

A **história do mosaico romano**: quem o encomendava? Quem o executava? Onde eram encomendados, oficinas regionais ou oficinas itinerantes? Quais as técnicas de execução; quais os motivos representados; será possível estabelecer uma evolução estilística, do simples e sóbrio, ao horror do vazio.... Propomos a abordagem ao tema através de painéis interpretativos, recorrendo a imagens e objetos que a possam complementar os textos simples e acessíveis.

- **Crises económicas**: como se manifestaram e como se identificam nos vestígios arqueológicos da *uilla* estas dificuldades.
- O fim da antiguidade tardia... **abandono ou continuidade**: novas comunidades, manutenção de hábitos culturais e omissão de determinados valores: as alterações visíveis. Deseja-se que este espaço possa transmitir a narrativa, ainda, pouco difundida da ocupação tardo antiga e a ocupação alto medieval na região, excluindo em definitivo a ideia de que entre o fim da ocupação romana e o primeiro Reino de Portugal, foi terra de ninguém, território vazio de gentes e “culturas”.

- **Território de fronteira**, território de expiação ou pregação: os eremitas /anacoretas, quais as suas motivações e os seus objetivos.
- Os **primeiros Franciscanos num território inóspito**, agreste e desafiador. O abandono do espaço e a criação de um novo edifício de culto mais perto do povoado principal. Neste
- A **necrópole** – o que resta de um espaço de Homens Santos, o chão sagrado de um povo esquecido.
- **Memórias e histórias** de um território: espaço dedicado aos contos, lendas, histórias e estórias narradas pelos habitantes locais e “fazedores de sonhos”.

5.6. Público-alvo

O CISS pretende ser o espaço para o desenvolvimento de atividades que sirvam a população do concelho e abarquem as diferentes faixas etárias de público escolar: pré-escolar, 1º ciclo, 2º ciclo, 3º ciclo, secundário e universitário), da comunidade científica especializada e do público adepto do turismo cultural.

Da análise ao Estudo de Público realizado no Museu da *Villa* Romana do Rabaçal observamos que o público escolar e os grupos seniores são os públicos de maior afluência, sendo originários da região centro e norte, nomeadamente do distrito de Coimbra, Leiria, Lisboa e Porto. Esta opção lógica prende-se com o facto de o MVRR se inserir no Circuito da Romanização⁵⁴ cuja atração principal é a cidade de Conímbriga, que está a cerca de 12 km de distância. Assim, quem visita o museu de Conímbriga despende entre 1h a 2h para realizar a sua visita (DGPC, 2019: 56-57), ficando com metade do dia para preencher, o que regra geral significa poder ocupar o restante tempo a visitar outros Sítios e/ou Monumentos na região. Nesta lógica de promoção e divulgação surgiu, ainda, o Projeto desenvolvido pela CIM.RC / Agência para o desenvolvimento dos Castelo e Muralhas Medievais do Mondego denominado “Do Império ao Reino: de Roma a Portugal – Uma viagem de 1500 anos, foi desenvolvido neste sentido, ligando em rede o património romano e o medieval nos vários municípios que a constitui.

A oferta museológica na região tem crescido nos últimos anos, como já revelámos no Capítulo 3, o Museu PO.RO.S inaugurado em 2017 e concebido à luz do novo paradigma da Nova Museologia, o novo programa museográfico do Complexo Monumental de Santiago da Guarda, são o exemplo das novas abordagens que cativam os diferentes públicos. O novo CISS pretende constituir-se um espaço

⁵⁴ Esta Rota oferece um conjunto de Sítios e Monumentos como atração turística conjunta, aberta a qualquer tipo de faixa etária e a qualquer tipo de público.

complementar no cenário museológico, ao afirmar-se como um espaço museológico ativo, onde o visitante é convidado a participar no processo, ou por outro lado, observar e colocar questões aos investigadores ou ao guia que os acompanha e estará devidamente preparado para responder sobre os trabalhos executados, metodologias utilizadas, sempre com o objetivo de tornar o visitante um elemento ativo na visita. As visitas ao CISS serão, sempre, guiadas criando a empatia necessária com o visitante por forma a envolvê-lo no sítio. Este não será um mero visitante, queremos que se sinta apreciado e que veja satisfeita todas as suas curiosidades e dúvidas relativas ao património que visita.

5.7. Serviço educativo

O serviço educativo deverá ter competências alargadas para executar as atividades lúdico-educativa, assim como realizar visitas e promover animação em eventos temáticos ou outros.

O Serviço Educativo do CISS será responsável pela planificação das atividades destinadas aos diversos grupos e faixas etárias, deverá, ainda, assegurar a prestação de informações sobre o CI aos distintos públicos.

Terá como tarefas proceder à marcação de visitas, promover a cedência de materiais didáticos e pedagógicos, apoiar projetos na área da educação patrimonial, preparar e acompanhar a distribuição de materiais de divulgação sobre o CI de S. Simão. Deverá organizar, em colaboração com o Serviço Educativo e sob a coordenação da Direção do Museu da *Villa Romana* do Rabaçal, a promoção de um plano anual de iniciativas - em interligação com outras áreas funcionais do MVRR - dirigido aos diferentes tipos de públicos-alvo – escolar, juvenil, adulto e outros, com destaque para professores e alunos das escolas do concelho. Neste plano a equipa deverá recorrer a variados suportes para a sua concretização, como por exemplo os jogos multimédia, ecrãs táteis, peças / réplicas que se possam manipular articuladas num conjunto de atividades programadas para crianças e jovens que queiram experienciar uma visita diferente (Figura 25).



Figura 25 - Atelier de verão, atividades educativas com alunos de Programas de Ocupação de Tempos Livres (Foto: Sónia Vicente).

Para uma melhor operacionalização desta nova oferta à comunidade estudantil, propomos a construção de uma estrutura de proteção para a área escavada e parte da área a escavar, permitindo desta forma a escavação em períodos de inverno e primavera, épocas em que o calendário escolar está ativo.

Os sítios de Investigação são, normalmente, assegurados por poucos recursos técnicos, o que se configura incomportável com o tipo de objetivo a atingir. Assim, e por forma a dar alento a este projeto seria de todo útil, tanto para o sítio arqueológico, para o Município, como para a comunidade científica/estudantil, que os recursos humanos indicados no capítulo 5.4. sejam estritamente cumpridos, sob pena da não concretização dos objetivos aqui enunciados.

5.8. Proposta para o projeto de arquitetura do Centro de Interpretação do Sítio Arqueológico de S. Simão.

O projeto de arquitetura do CISS deverá ser concebido com base no projeto museológico apresentado e respondendo às necessidades do programa museográfico a elaborar.

A proposta para um edifício que albergue o Centro de Interpretação passará, numa primeira fase, pela escolha de um terreno próximo do Sítio Arqueológico. Esta deverá ter em atenção a inexistência de estruturas arqueológicas, pelo que sugerimos a área a oeste do adro da Capela, contígua aos vestígios a proteger. Neste espaço, segundo o levantamento técnico com o georadar, não

foram detetados quaisquer vestígios pelo que o estudo técnico de engenharia e de arquitetura poderá começar por ponderar o projeto para esta zona.

O edifício de acolhimento, fique ele a este, ou a oeste do sítio arqueológico, terá de ser precedido de uma zona para estacionamento, espaço onde deverá estar contemplada, ainda, uma pequena área para parque de merendas, com bebedouros e sombra adequada.

No acesso ao edifício principal e estação arqueológica deverão estar reunidas as condições necessárias aos diferentes públicos, nomeadamente aos visitantes com mobilidade reduzida, onde sejam pensados pontos de descanso, em locais estrategicamente escolhidos para que possam colher informação sobre a paisagem, sobre geografia e os locais a visitar. Esta informação deverá ser colocada em suportes diversos, por exemplo em painéis com plantas e pequenos textos explicativos, narrados de forma simples e direta, acompanhada de pequenos elementos tecnológicos que permitam ao visitante recolher a informação e ler noutra zona do percurso ou mesmo, depois da visita. A estrutura deverá ter uma relação harmoniosa, coerente e equilibrada entre a paisagem e o sítio.

O edifício principal deverá possuir duas áreas distintas: uma área pública e outra área privada. Esta distinção prende-se com as dinâmicas da visita e trabalhos a executar nestes espaço.

Assim, no espaço para público do CISS deverão ser contempladas as seguintes áreas:

- Recepção/Loja

A Recepção deverá ser o ponto de chegada dos visitantes, após a visita à exposição permanente e às áreas de serviço educativo. A loja deverá estar aqui localizada. Assim, que o visitante chega ao acolhimento, área pública, deverá receber a sugestão de trajeto para a visualização do vídeo promocional e interpretativo, de seguida para a exposição permanente e salas oficinas. Deverá existir nesta área, um átrio, que terá como função a distribuição do público, organização prévia dos grupos e de visitantes individuais, assim como servirá de área de acesso a WC's e espaços Privados (gabinetes técnicos e áreas de reserva);

- Instalações sanitárias públicas; Com divisão masculino/feminino, equipadas para receber pessoas com mobilidade reduzida;
- Sala de Exposição Permanente

A sala de exposição permanente deverá ser precedida de uma zona para a projeção de um vídeo multimédia onde se inicia a visita. Esta sala poderá servir ainda de sala para pequenas conferências, palestras, ou para a celebração de um qualquer evento que necessite de uma área para acolhimento de público. A sala de exposição permanente deverá contar com equipamento diverso (vitrines, onde serão expostas algumas peças exemplificativas da ocupação humana deste sítio, com

boa iluminação, suportes para textos). Neste espaço far-se-á a interpretação desta estrutura arqueológica, através de uma Exposição Permanente. A sala de exposição permanente, uma das áreas essenciais do edifício, deverá estar virada para os campos agrícolas onde a *pars urbana* se encontraria implantada;

- Salas oficinas

O presente espaço deverá estar apetrechado de equipamento lúdico tanto para miúdos como para graúdos. No sítio podem estar pensadas estantes de armazenamento arqueológico com gavetas onde estão guardadas peças arqueológicas, réplicas ou não, e que o visitante é convidado a ver e tocar. Sentir estes objetos tornam a experiência da visita enriquecedora, transforma o visitante num cúmplice da recolha, no cuidado, no manuseamento e na conservação de objectos que tem mais de 1000 anos...

- Área técnica – reserva, gabinetes técnicos com acesso a balneário e WC para técnicos; Pequena cafetaria;

5.9.O programa museográfico, divulgação e estratégia de divulgação

A conceção do Programa museográfico do Centro de Interpretação de São Simão deverá ser dada a conceber a uma empresa altamente qualificada e de saberes reconhecidos, através de uma prestação de serviços, para que possa projetar e executar percursos expositivos, musealizar os conteúdos científicos e espólio escolhido para a exposição permanente do CI. Pretende-se que recorram a aplicações e equipamentos de multimédia, dentro os quais salientamos um vídeo documentário introdutório, bilíngue (Português e Inglês), onde se incluam as reconstituições virtuais e tridimensionais das principais estruturas identificadas neste sítio, com principal enfoque para a evolução da ocupação do sítio. Apesar de se tratar de um CI, este espaço deverá contar com material arqueológico representativo das várias culturas materiais que fizeram história neste espaço, permitindo, assim, contar e ilustrar a narrativa do sítio recorrendo a peças originais, exemplares e expressivas.

Deverão ser elaborados painéis de informação, em perfeita articulação com o programa museográfico, folhetos de visita, brochuras, filmes promocionais, sinalética diversa, criar um conjunto de suportes de informação (QRCode, Visitas Interativas, recriações em 3D da *uilla*), acessíveis ao público mais jovem e adepto das novas tecnologias. Esta programa deverá ser realizado em estreita colaboração com a equipa técnica do MVRR e a equipa do serviço educativo do C.I.

O programa de divulgação deverá contemplar a conceção de um *flyer* informativo, com informação breve sobre o sítio, o preço do bilhete, o horário de funcionamento e dias de abertura ao

público, informação sobre marcação de visitas, atividades do serviço educativo, marcação de ateliês; informação generalista de como chegar ao local, a restauração e a hotelaria existente na região; deverá contar com a edição de uma pequena brochura histórica para aqueles que, em visita, requeiram informação básica sobre o sítio. No CISS deverá existir com sinalética apropriada dentro do espaço a visitar, com pequenas paragens estratégicas para informar o visitante do espaço que está a visualizar fazendo desta forma o enquadramento da área no sítio arqueológico.

Deverá ser elaborada uma edição científica escrita com uma narrativa simples, cuidada e acessível à maioria dos públicos, acompanhada do maior número de imagens possíveis para facilitar a visualização mental de tudo o que se pretende transmitir. Todo o conteúdo do discurso museográfico deverá ser concebido numa linguagem simples e compreensível, aplicando conceitos e os termos específicos considerados necessários sob o ponto de vista científico.

A criação de uma página na internet permitirá alcançar um número de visitantes virtuais indiscutível, contudo esta página deverá servir, na nossa ótica, para chegar mais rápido ao público que nos visita e segue, colocando-os a par das novidades e atividades. Esta relação tecnológica, é a forma de o CISS se manter ativo num mundo cada vez mais virtual de certa forma a criar laços com os que nos veem no outro lado do mundo ou do outro lado da rua.

O programa de visitas, assim como a promoção dos trabalhos arqueológicos deverão ser divulgados nas diversas plataformas digitais, abarcando desta forma um público nacional e internacional, para além de um público mais jovem e mais exigente na escolha dos sítios a visitar e experienciar.

Na ótica de divulgação e promoção do sítio deverão ser propostos e projetados um conjunto de materiais promocionais de qualidade, que tenham a imagem do sítio e sejam uma recordação agradável para o visitante. Desta forma o material promocional ajudará na recolha de receitas para o CISS, por isso deve estar bem apetrechado com material apelativo, útil, didático e criativo.

Na linha de divulgação e promoção a consolidação de uma rota ou circuito deverá estar contemplada. A proposta de uma rota da romanização não é nova e como se compreende pelo valor patrimonial do objeto de estudo, é tema recorrente.

Podemos apontar vários problemas às tentativas de criação de rotas, percursos ou circuitos da romanização na região, mas o produto é merecedor de um plano coeso, agregador e dinâmico por parte dos diversos atores já envolvidos e da comunidade local que dele sairá beneficiada com a união de sinergias entre as unidades museológicas e que potenciará todo o investimento concretizado até à data, neste território.

A chegada desta nova infraestrutura, com valências distintas, mas complementares aos sítios atualmente visitáveis e mencionados em diferentes capítulos desta proposta museológica, contribuirá para o enriquecimento do património regional, permitindo a salvaguarda, a valorização da memória e a autenticidade do património atualmente existente, impulsionando a diversificação de atividades e iniciativas que potenciam o turismo na região (Carvalho, 2012) oferecendo aos públicos uma realidade histórica versátil e complementar: a visita pelo mundo romano da cidade ao campo, da época romana à contemporaneidade. A rota ancorada na antiga cidade de *Conimbriga*, centro urbano das *uillae*, à data visitáveis, ou seja, ter património arqueológico romano visitável, deve ser estendida a outros municípios, pois será a forma de contribuir para o desenvolvimento sustentado deste território, através da valorização do património romano, criando um produto turístico único onde se reconhecem valores de aprendizagem, autenticidades, fruição e de sustentabilidade.

No que respeita ao conhecimento do produto turístico os vários sítios tem cumprido com a sua missão de investigação e atualização de dados, pelo que o produto se revela cientificamente sólido. Este será o ponto principal e de unificação do projeto, pois o verdadeiro conhecimento do património potencia sua interpretação, divulgação e fruição. «[...] *Quem conhece cuida, quem conhece ama, e assim, a sua salvaguarda é de alguma forma acutelada e garantida.*» (Machado, 2019:95).

Sendo um projeto que se quer intermunicipal, a ele se deverão juntar-se mais municípios, desde que tenham património autêntico, estudado e visitável, deve esta rota ser gizada tendo por base o património físico, articulado com as áreas urbanas onde se enquadram, revelando territórios dinâmicos que promovam um produto único estruturado e fundamentado em estratégias de promoção e divulgação (Machado, 2019).

A criação de uma rede e a organização de um produto deve estar assente no planeamento, na preparação, na intervenção no património – quando os sítios assim o demandam, na estruturação do produto, na produção de conhecimento, na conceção de material de divulgação e sinalética, entre outros. No caso do circuito da romanização os sítios estão minimamente preparados para acolher os públicos, falta por parte dos atores principais deste palco, uma vontade na união de sinergias, de esforços acrescido para melhorar coletivamente um produto que tem tudo para ter sucesso. Os diferentes espaços devem unir-se com o objetivo único de promoção, divulgação e fruição do património comum e por arrasto de todo o território envolvente.

Neste sentido, não queremos aqui propor qualquer rede ou estrutura pois a mesma já existe está a ser trabalhada pela Agência para o Desenvolvimento dos Castelos e Muralhas Medievais do Mondego, sediada em Penela e, que em 2017 viu aprovado o projeto “De Roma a Portugal, uma viagem

de 1500 anos – Touring cultural na região do Mondego” o qual concebeu, em parceria com a Universidade de Coimbra, o Plano Estratégico e Plano de Ação. Do Plano de ação apresentado foram executados os primeiros tópicos do Eixo 1: Conhecimento:

Era imperioso conhecer todo o património dos vários concelhos abrangidos pelo projeto, validando a informação técnica existente nos municípios e consolidando-o.

1.1. LIVRO – com narrativa transversal/texto curto, imagem; e roteiro

Deste resultou um livro com cerca de 400 página com narrativa transversal a todo o território e patrimónios.

Falta passar à operacionalidade da Rede, aceitar quem coordena, concordar com as orientações emanadas das reuniões de coordenação e prosseguir o caminho, projetando para concretizar.

6. Plano de Salvaguarda para o C.I. do Sítio Arqueológico de S. Simão

Antes mesmo de propormos qualquer programa museológico, há um conjunto de ações necessárias a ponderar e programar. A conceção de um Plano de Salvaguarda e valorização do Sítio Arqueológico deve ser contemplado e atualizado, conforme as necessidades do futuro Centro de Interpretação.

A listagem e programação destas ações é necessária para que o local tenha as condições, julgadas necessárias, para albergar um projeto museológico coerente e diferenciador na região.

O conjunto de ações propostas é apresentado por ordem de prioridades, dado que a realização de algumas ações, condicionam as seguintes. Desta forma passamos a enumerar as tarefas necessárias para a salvaguarda e musealização do sítio arqueológico.

- a) Estabelecer um protocolo de utilização e usufruto de superfície do adro da Capela da Senhora da Graça com a Igreja Portuguesa para que o município possa deliberar de forma administrativa sobre os projetos de investigação, licenciamento/ construção, divulgação e promoção do sítio arqueológico em elaboração (Anexo XIV);
- b) Adquirir estruturas/coberturas de proteção para o Sítio arqueológico que irão possibilitar a conservação preventiva dos vestígios arqueológicos *in situ*, e permitir a continuação dos trabalhos arqueológicos, para além da sua exposição pública; nesta estrutura deverão ficar já contemplados os passadiços aéreos para a visita (Figuras 26 - 29). (em Projeto de execução e construção prevista até novembro de 2021).

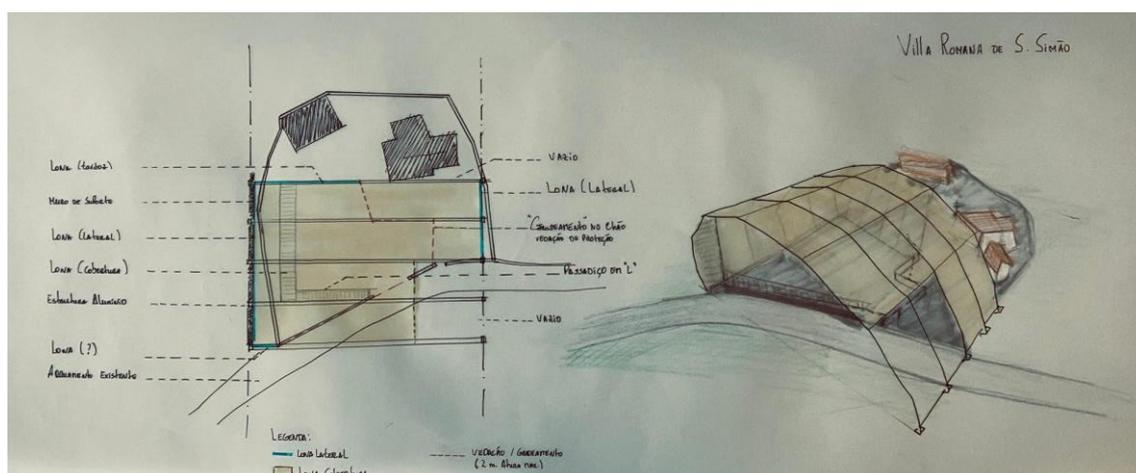


Figura 26 - Esquízo de cobertura que deu origem ao atual projeto de proteção ao Sítio Arqueológico de S. Simão (Autoria: Arquitecta Telma Francisco).

A opção recaiu sobre uma estrutura em forma de leque, que permitirá a proteção das estrutura e pavimentos identificados e ao mesmo tempo possibilitará a colocação de passadiços aéreos, o que facilitará a visualização e leitura da arquitetura, dos mosaicos romanos e outros pavimentos. A construção desta estrutura modelar permitirá, no futuro, o alargamento da cobertura, numa configuração em harmónica, à medida que a escavação se for expandindo.

O Projeto de cobertura ocorre após a estrutura de proteção existente, ter sido destruída pela tempestade Lesly, em 2018, e será apoiado pelo Fundo de Emergência Municipal (FEM) com apoio a 60% do orçamento de Estado, em colaboração com a CCDR e a DGAL (Anexo XV);

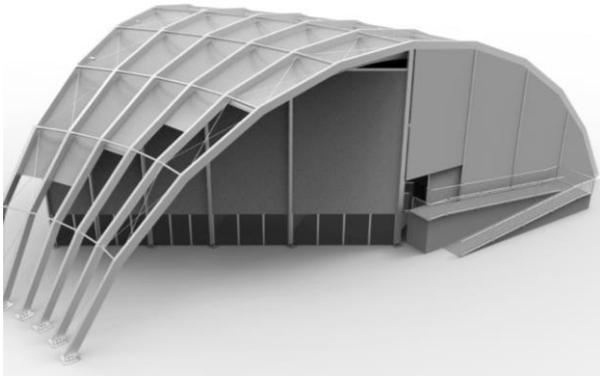


Figura 28 - Esquema 3D da estrutura de proteção ao Sítio arqueológico de S. Simão, fachada principal (Autoria: N + Arquitetos).



Figura 27 -Esquema 3D da estrutura de proteção ao Sítio arqueológico de S. Simão, fachada principal (Autoria: N + Arquitetos).

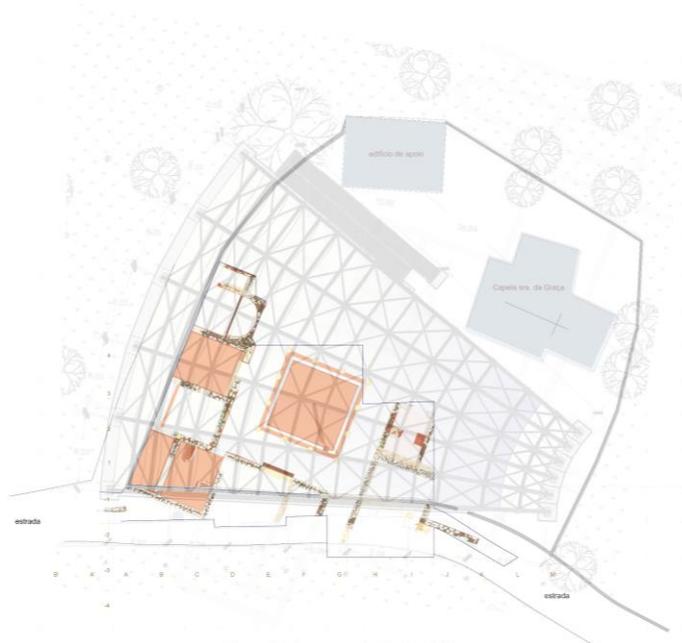


Figura 29 - Planta da pars urbana com a implantação, em esqueleto, da estrutura de proteção. (Autoria: N + Arquitetos).

Negociar com os proprietários locais, os terrenos confinantes com o adro da Igreja, por fim a continuar a escavação das áreas, até agora, prospetadas com o Georadar (método Geofísico) e identificadas com vestígios (Figura 30). Este procedimento deverá ser prioritário, pois dele dependerá o projeto – Campo/Escola a implementar no Sítio Arqueológico, algumas das atividades proposta ao Serviço Educativo e imprescindível para a construção de uma infraestrutura construída de raiz para albergar o Centro de Interpretação (em execução);



Figura 30 - Terrenos a adquirir para o desenvolvimento do projeto de investigação.

- c) A aquisição de terrenos deverá ter em consideração, a continuação da escavação, assim como a construção do edifício que acolherá o Centro de Interpretação. Esta área deverá ser escolhida tendo em conta a área onde se realiza a investigação em curso, e também, na escolha de uma zona onde se possa criar as condições necessárias de acolhimento;
- d) Proceder ao estudo geológico/hidrológico do local, por fim controlar/minimizar as águas subterrâneas e os caudais / cheias do rio Dueça durante as estações de invernia;
- e) Prosseguir as ações de sensibilização e sessões de esclarecimento com a população local, com o objetivo de reforçar a empatia crescente, fortalecendo as memórias emocionais do espaço para com o novo projeto, que só sobrevirá com a inclusão da comunidade local (Figura 31 e 32);



Figura 31 - Sessões de esclarecimento com a população (Foto: Flávio Simões).



Figura 32 - Ações de sensibilização com entusiastas do trabalho arqueológico (Foto: Sónia Vicente).

- f) Criação de um circuito de visita com a investigação arqueológica a decorrer, que permita a observação do sítio em todas as suas vertentes: arquitetónica, estética e cronológica;
- g) A importância do sítio cresce a cada escavação, assim e no decorrer do ano de 2018, foi proposto pela Câmara Municipal a Classificação do Sítio Arqueológico de São Simão, como Sítio de Interesse Municipal, em Reunião de Sessão de Câmara ordinária, realizada no dia 1 de outubro de 2018. A Proposta foi aceite por unanimidade. Pretendemos dar continuidade ao

Processo de Classificação do Sítio Arqueológico como Monumento/Sítio de Interesse Público, na Direção Regional de Cultura do Centro (DRCC/DGPC);

- h) Criar um grupo de trabalho para recolha oral da memória coletiva da comunidade local, pesquisando temas relacionados com os eremitas, a cidade velha, a construção da ponte, memórias das festividades da Sr.^a da Graça, os mordomos, as crenças locais.
- i) Criação de grupo multidisciplinar que projete o Centro de Interpretação, nas suas mais variadas vertentes (projeto Arquitetónico, construção, projeto museográfico, planeamento de programas turísticos, etc.);
- j) Na conceção do edifício que irá acolher o CI do Sítio Arqueológico de S. Simão devem estar contempladas áreas de atendimento ao público, sala / auditório para projeção de vídeo e realização de palestras, uma sala de exposição, gabinetes técnicos, sala de lavagem de materiais, e gabinete de Conservação e Restauro reservas e instalações sanitárias para público e funcionários. Em vários pontos do circuito de visita deverão ser contemplados bebedouros, ou pontos de água. Os acessos e parque de estacionamento devem estar contemplados, bem como parque para merendas que permita a famílias e grupos escolares fazerem uma pequena paragem e usufruir.
- k) A conservação do espaço estará a cargo da equipa técnica de Conservação e Restauro do Museu da Villa Romana do Rabaçal, a esta caberá cuidar e elaborar um programa de conservação e restauro, dos pavimentos musivos, das estruturas pétreas e dos revestimentos parietais existentes, *in situ*. Estes elementos revestem-se de todo o cuidado, pois é aquele onde se encontram as maiores preocupações a nível de conservação.
- l) É nossa pretensão transformar o sítio arqueológico num campo/escola para alunos de arqueologia (Figura 33 e 34) e, em simultâneo, um espaço visitável. Uma grande parte dos estudantes de arqueologia, em Portugal, tem contacto com uma escavação arqueológica nas férias letivas e sempre enquadrado no voluntariado ativo. Os motivos para esta situação não são objeto deste estudo, mas podemos reconhecer uma ou outra razão para que tal aconteça. O facto de os sítios arqueológicos de investigação programada ocorrerem, na sua maioria, durante o verão, nos períodos de férias escolares, aproveitando a disponibilidade dos docentes do ensino superior e dos alunos, mão de obra especializada a necessitar de formação; as escavações programadas de investigação plurianual serem maioritariamente realizadas em período estival, são porventura fatores que podemos apontar. Esta oferta complementar ao Ensino Universitário não é nova, no universo arqueológico português, o Sr.

Professor Doutor Vergílio Correia, Professor da FLUC, em 1930 criou um campo/escola para os seus alunos de Arqueologia, em Conimbriga, com continuidade nas décadas seguintes, Bairro Oleiro, nas décadas de 50-60, Jorge de Alarcão, nas décadas de 60-70. Lino Tavares Dias, Arqueólogo responsável pela Área arqueológica do Freixo, *Tongobriga*, concretizou em 1990 o projeto da escola prática de arqueologia revelando que o trabalho arqueológico/académico, apoiado numa rede de saberes, proporciona a aquisição de competências sociais, formativas e profissionais a futuros investigadores (Dias, Soares; 1999:160-163). Por forma a concretizar o projeto campo/escola do CISS seria desejável, nos próximos anos, estabelecer parcerias e protocolos com a EPA, Escola Profissional de Arqueologia, a FLUC, FCTUC, IPT, UNL, FLUP, no sentido de permitir aos estudantes de Arqueologia, Antropologia, Conservação e Restauro o acesso ao sítio arqueológico, de forma integrada no programa das cadeiras de Antiguidade Clássica e Época Medieval, Conservação em contexto arqueológico desde o momento da escavação e descoberta à exposição pública.



Figura 33 - Escavação arqueológica realizada com o auxílio de estudantes de arqueologia e antropologia (Foto: Sónia Vicente).



Figura 34 - Registo do mosaico à escala 1:1 trabalho indispensável para o futuro restauro dos pavimentos musivos (Foto: Sónia Vicente).

7. Conclusão

Findo este esboço de Proposta para o Centro de Interpretação do Sítio Arqueológico de São Simão pretendemos que este seja um espaço, à semelhança de outros, de acesso ao território, um local de histórias e estórias, um lugar de confluência de saberes académicos e populares, um lugar de encontros e reencontros entre memórias roubadas e vestígios resgatados ao solo.

Pretende-se acrescentar conhecimento à região, um equipamento museológico, transformando esta área esquecida num espaço atrativo para quem nos visita, para que “deixe algo de si, mas que leve algo de nós”.

Após uma breve resenha sobre os conceitos existentes no mundo dos museus, estruturas museológicas e patrimónios estamos cada vez mais convictos de que estes conceitos servem para caracterizar, padronizar, normalizar e regularizar estas infraestruturas com um único objetivo: a sustentabilidade das mesmas por forma a atingir os objetivos a que se propuseram oferecendo serviço público de qualidade e duradouro (Serra, 2007). Ao constatararmos a ausência de normativos legais (Pizarro, 2019) para o equipamento que agora propomos, quisemos indicar caminhos para a nova estrutura que favoreçam a sua gestão e sustentabilidade, sem nunca passar à margem da sua missão e vocação: investigar, interpretar, divulgar e proteger o património que tem a seu cargo, proporcionando, ainda, a qualificação dos espaços e territórios onde se implanta, oferecendo às comunidades acesso a um património distintivo, único e educativo, mas que lhe permita uma maior qualidade de vida, passando por melhores qualificações e melhor emprego.

Com a conceção do projeto museológico quisemos elaborar um documento que caracterizasse os locais visitáveis no território da *Civitas* de *Conimbriga*, compreendendo as suas fraquezas e revelando as suas forças e oportunidades, nomeadamente os sítios romanos visitáveis no concelho de Penela.

Da análise realizada ao Museu da *Villa Romana* do Rabaçal e da proposta para o futuro Centro de Interpretação de S. Simão ficou a confirmação de que a primeira necessita de uma reestruturação museológica profunda, que deverá passar pelo Projeto de Arquitetura, Projeto Museográfico atual e um Projeto Museológico que abarque as unidades existentes com todo o património arqueológico do concelho que recolhe.

A conceção do Centro de Interpretação de São Simão vem, consideramos nós, colmatar a lacuna verificada nas unidades museológicas da região, a ausência de uma narrativa de continuidade na ocupação do território entre o fim da época romana e o início da época suevo-visigótica, com a

transformação do espaço na Idade Média e a sua manutenção até hoje como espaço religioso, carregado de memórias. Este pormenor poderá ser de maior relevância, não por ser caso único, mas sim porque são poucos os sítios onde é possível identificar estes dados. O facto de ser uma habitação romana construída dentro das esquadrias reconhecidas pelo império, permite-nos apresentar num pequeno território, como o de Penela, dois exemplos de arquitetura doméstica distintos: a *uilla áulica* do Rabaçal e a *uilla* romana de São Simão, esta última com ocupação posterior tardo romana ou tardo antiga, ainda em estudo, com presença de ermitas durante século XII d.C. e uma comunidade religiosa Franciscana (XIII – XV) que se vai estabelecer nos arrabaldes de Penela no séc. XVI. Estes novos factos históricos irão permitir a construção de narrativas distintas e possibilitar ao sítio aceder a circuitos históricos turísticos diferentes dos demais monumentos.

Ao longo de seis anos de escavações arqueológicas, inserido num Projeto de Investigação Plurianual de Arqueológica (PIPA), aprovado pela DGPC, organismo público que assegura a gestão, salvaguarda, valorização, conservação e restauro dos bens que integrem o património cultural imóvel, móvel e imaterial do País, o sítio arqueológico foi palco, “sala de aula prática”, para estudantes universitários de áreas científicas como a arqueologia, a antropologia e a conservação e restauro. Neste sentido queremos continuar, formalmente, o projeto de campo/escola para os diversos alunos que procuram aplicar os conhecimentos teóricos adquiridos na academia.

O apetrechamento do espaço com uma estrutura de proteção permitirá a investigação em simultâneo com as visitas, desmistificando desta forma a investigação arqueológica, vista ainda por muitos como um cenário romanesco, algo fantástico e longínquo. Desta forma, queremos ainda incentivar as forças políticas na tomada de decisões para o futuro da cobertura do Rabaçal, estrutura imprescindível à visita do sítio e desenvolvimento local. Ao deixarmos o sítio arqueológico de S. Simão protegido e objeto de investigação, em simultâneo, prevemos que a área irá usufruir de um movimento significativo de visitantes, gerando o tão almejado desenvolvimento económico que é potenciado pelo turismo cultural.

Bibliografia /Fontes Consultadas/ Legislação

ALARCÃO, Jorge de (1988a) - *Roman Portugal: Gazetteer (inventário). Fascículo 2. Vol. II.* Warminster: Aris & Philips.

ALARCÃO, Jorge de (1988b) - *O Domínio Romano em Portugal.* Europa América. Lisboa.

ALARCÃO, Jorge de, (1998) - *A Paisagens rural romana e alto – Imperial em Portugal,* Conimbriga. Vol. XXXVII. p. 89-119.

ALARCÃO, Jorge de (1999) – *Conimbriga. O chão escutado.* Lisboa. Edicarte.

AMZALAK, Moses Bensabat (1953) - *Catão e a Agricultura.* Lisboa: Academia das Ciências – Biblioteca de Altos Estudos.

AMZALAK, Moses Bensabat (1953) - *Columela e a Economia Agrícola.* Lisboa: Academia das Ciências – Biblioteca de Altos Estudos.

ARNAUT, Salvador; DIAS, Pedro (2009) - *Penela – História e Arte; 2ª edição;* Penela: Município de Penela.

AZEVEDO, A. Pedro de (1902) - *Importante achado arqueológico. O Archeologo Português.* vol.VII. nº2. 3. Imprensa Nacional. Lisboa. p.59-61.

BERTONATTI, Claudio; IRIANI, Óscar; CASTELLI, Luis (2010) *Los Centros de Interpretación como herramientas de conservación y de desarrollo. Boletín de Interpretación,* n.º 23, Buenos Aires.

BRUNO, Cristina (1996) - *Museologia e Comunicação,* Cadernos de Sociomuseologia, n.9. p.9-25.

BRIGOLA, João (2011) - *Perspetiva Histórica da evolução de museu em Portugal, Coleccionismo, práticas de campo e representações* [online]. Campina Grande: EDUEPB. p. 280.

CARVALHO, Paulo (2012) – *Património e Museus em Contexto Rural: dos Lugares de Memória aos territórios do lazer e do turismo,* *Biblos.* vol. X. Universidade de Coimbra. p. 293-316.

CARVALHO, Pedro Cardoso (2011) – *O valor socioeconómico do património arqueológico concelhio. Atas do Encontro Internacional sobre Novas tecnologias aplicadas à arqueologia na Villa Romana do Rabaçal,* Ed. C.M.Penela e Direção Regional de Cultura do Centro. P.266-268

CARVALHO, Pedro Cardoso (2014) - *O papel do património histórico e cultural nas políticas locais de educação e no desenvolvimento regional sustentável: algumas considerações sobre o caso do património arqueológico. Territórios, Comunidades Educadoras e Desenvolvimento Sustentável.* Coordenação: António Rochette Cordeiro, Luís Alcoforado, António Gomes Ferreira, Departamento de

Geografia - Faculdade de Letras CEIS 20 – Centro de Estudos Interdisciplinares do Século XX, Universidade de Coimbra, Coimbra p.7-17.

CARVALHO, Pedro Cardoso (2016) – Da leitura do território e dos seus Patrimónios ao Desenvolvimento sustentável – o papel dos museus e o contributo da arqueologia. TEIXEIRA, Sidélia S. (org.), Patrimônio e museus na contemporaneidade, Salvador, EDUFBA. P. 53-79

CARVALHO, Pedro Cardoso (2020) – 409-411 Chegam os bárbaros, in *História Global de Portugal*, coordenação: João Luís Cardoso, Carlos Fabião, Bernardo Vasconcelos e Sousa, Cátia Antunes, António Pinto, FCT, I.P., Associação Mutualista Montepio, Fundação Eng. António Almeida, The Navigator Company, Círculo de Leitores. p.141-146.

CERVEIRA, Ana Filipa Cruz (2017) A Zona Norte de Conímbriga: A evolução das cerâmicas locais e regionais. Resultados das Campanhas de 2013 e 2015-2016. *Dissertação de Mestrado em Arqueologia e Território, na área de especialização em Arqueologia Romana*. Departamento de História, Arqueologia e Artes da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. P. 350

CHAGAS, Mário; PRIMO, Judite; ASSUNÇÃO, Paula; STORINO, Claudia (2018) - A Museologia e a construção de sua dimensão social: olhares e caminhos. *Cadernos de Sociomuseologia*. n. 11. Vol.55. p.73-102.

CUNHA, Lúcio (1990) - *As Serras Calcárias de Condeixa – Sicó – Alvaiázere, estudo de geomorfologia*, Série “Geografia Física” – 1, Instituto Nacional de Investigação Científica, Coimbra.

CORREIA, Virgílio Hipólito (2008) Conimbriga: oitenta anos de um projeto resultados e perspetivas num momento de Charneira. *Al-madan*. IIª Série (16). p.71-81.

CORREIA, Virgílio Hipólito; RUIVO, José (2012-2013) *Conimbriga: História, Gestão e proteção de uma Cidade Romana*. *Arqueologia & História*, Vol. 64-65. Associação de Arqueólogos Portugueses. p.141-151.

CRAVO, Manuel (2010) Estudo arqueológico do território compreendido entre Aljazedo / Ateanha, Chão de Ourique / Póvoa e Vale do Rio Dueça – Evolução entre a época romana e altomedieval; Dissertação do Mestrado de Arqueologia, especialidade em Arqueologia e Território, para a obtenção do grau de Mestre a apresentar à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra;

Consultado 03-08-2015, disponível em: <https://estudogeral.sib.uc.pt/handle/10316/17875>

De MAN, Adriaan; SOARES, António M. Monge (2007) A datação pelo radiocarbono de contextos pós-romanos de Conimbriga, *REVISTA PORTUGUESA DE Arqueologia*. volume 10. número 2. 2007, p. 285-294;

- De MAN, Adriaan; CORREIA, Virgílio Hipólito; LOVEGROVE, Sofia; ANDRADE, Francisco, (2014) Cerâmica Medieval de Conimbriga, *ESTUDOS DE CERÂMICA MEDIEVAL O Norte e Centro de Portugal - séculos XI a XII*, IEM - Instituto de Estudos Medievais, Coleção Estudos, Lisboa, p. 57-67;
- DESVALLÉES, André; MAIRESSE, François (2013) *Conceitos-chaves de Museologia. Tradução de Bruno Brulon Soares e Marília Xavier Cury. ICOM. Armand Colin.*
- DIAS, Lino Tavares, SOARES, Rosa (1999) – Tongobriga: Contributo documental. Escola Profissional de Arqueologia, PRONORTE, IPPAR. Porto
- DUARTE, Alice (2013) - Nova Museologia: Os pontapés de Saída de uma abordagem ainda inovadora. *Revista Museologia e Patrimônio* – PPG – PMUS Unirio, MAST, Vol.6, n.º 1, p.99-117.
- FILIPE, Graça; VARINE, Hugues de (2015) - Que future para os Ecomuseus? *Al-Madan*. II Série (19). p. 21-36.
- GARCIA, Fernando Ramos (2018) - La Interpretación Del Patrimonio Como Herramienta Básica Del Turismo Cultural: Análisis de Varias Experiencias. *Cadernos de Patrimônio e Turismo*, 18. p.64 – 81. <https://patrimonioculturalyturismo.cultura.gob.mx/cuadernos/pdf18/articulo4.pdf>, consultado em 19/02/2021.
- GARRIDO, Manuel Arcila, Sánchez, José Antonio López (2015) - Los Centros de Interpretacion como motor de Desarrollo Turístico Local, Un Modelo Fracasado? El caso de La Provincia de Cádiz, *Boletim de La Asociación de Geógrafos Españoles*. n.º 67. p.143-165.
- GOMES, Saúl (1998) - As ordens mendicantes na Coimbra Medieval: notas e documentos, *Lusitania Sacra*; 2ª série, 10. Centro de Estudos de História Religiosa: 149-215.
- GONÇALVES, R. Alexandra (2007) - Museus, Turismo e Território: Como podem os equipamentos culturais tornar-se importantes atracções turísticas regionais? in *Peniche_Congresso Internacional turismo da região de Leiria e Oeste_22.23 de Novembro*. P.1-33.
- GONÇALVES, R. Alexandra (2009) - O museu como polo de atracção turística,. Exedra. Nº temático. 2009. p.77-118. Consultado em <http://exedra.esec.pt/docs/S-tur/05-alexandra++118.pdf>, acedido em 25/02/2020.
- GOIS, Correia (2009) - *O Convento de Santo António de Penela (1448 – 1834)*, Ediliber Lda. Penela.
- IZEQUIERDO TUGAS, Pere, JUAN TRESSERRAS, Jordi, MATAMALA MELLIN, Juan Carlos (2005) - Manual *Hicira – Centros de Interpretación del Patrimonio*, Diputació Barcelona, Barcelona.
- JARNAUT (1915) - *Monografia do Município Penelense. Narração dos factos aqui decorridos desde os tempos primitivos até 1910*. Lousã. Ed. do Autor.

LEITE, Pedro Pereira (2014) - *A nova museologia e os movimentos sociais em Portugal*, Cadernos de COEM. Consultado em <http://bell.unochapeco.edu.br/revistas/index.php/rcc/article/view/2603>, acedido em 26/02/2020.

NABAIS, António (1999) - A arqueologia e os museus locais/regionais, *O Arqueólogo Português*. Série IV. 17. p.73-79.

MACIEL, M. Justino (2006) - *Vitrúvio, Tratado de Arquitectura*, tradução do Latim, Introdução e notas por M. Justino Maciel, IST Press, apoio à Ed. BPI, FCT. Lisboa.

MACHADO, Rosário Correia (2019) – Pedras que falam de nós – Rota do Românico, um território Patrimonial Interpretativo. *Centros Interpretativos: técnicas Espaços, conceitos e Discurso*. (nº3) Edição: Direção Regional de Cultura do Norte. p. 93-112. Disponível em <http://www.culturanoorte.gov.pt>. acedido 9/09/ 2020.

MARADO, Catarina (2018) - *A arquitetura conventual e cidade medieval: a formação e os impactos dos sistemas urbanísticos mendicantes em Portugal (séc. XIII-XV)*; Imprensa da Universidade de Coimbra; Coimbra.

MANTAS, Vasco Gil (1996) - *A rede viária romana da faixa atlântica entre Lisboa e Braga*. Tese de doutoramento em Letras (Pré-História e Arqueologia) apresentada à Faculdade de Letras de Coimbra Faculdade de Letras. Universidade de Coimbra. Portugal.

MATA, Cristóvão (2014) - *O poder local em Penela (1640-1834)*. Coimbra. Palimage.

Mattoso, José (1972) - *Eremitas Portugueses do século XII, Lusitânia Sacra*. Lisboa. Disponível em: http://repositorio.ucp.pt/bitstream/10400.14/5040/1/LS_S1_09_JoseMattoso.pdf, consultado a 25-08-2015.

MARTINS, Guilherme d'Oliveira (2019) - *Património Cultural - Realidade viva*, Artes Gráficas, Lda, Fundação Francisco Manuel dos Santos, Lisboa.

MARTÍN PINÖL, Carolina (2013) - *Manual de Centro de Interpretação*. Gijón. Ediciones Trea.

MENDES, José Amado (1999) - *O papel educativo dos museus: evolução histórica e tendências actuais*. Lisboa. Didaskalia.

MENDES, J. Amado (2013) - *Estudos do património: museus e educação*. Estudos: Humanidades. Imprensa da Universidade de Coimbra. 2ª ed. Coimbra.

<https://digitalisdsp.uc.pt/jspui/bitstream/10316.2/29668/6/Estudos%20do%20Patrimonio%20Museus%20e%20Educa%C3%A7%C3%A3o%202022%AA%20ed.pdf>, acedido a 26/02/2019

MORAES, Juliana (2009) - *Viver em penitência: os irmãos terceiros franciscanos e as suas associações, Braga e São Paulo (1672-1822)*. Tese de Doutoramento em História, Ramo de Conhecimento em Idade

Moderna e Contemporânea, apresentada ao Centro de Estudos Sociais, Universidade do Minho para obtenção do grau de Doutor, Sob orientação da Professora Doutora Maria Marta Araújo.

NABAIS, António José (1993) Nova Museologia – Novas práticas museológicas. *Vertice* 54. II Série, p.46-50.

NUNES, João Paulo Avelãs (2016) – Património cultural, museus e desenvolvimento: conceitos teóricos, políticas públicas e “sociedade civil”, TEIXEIRA, Sidélia S. (org.), *Patrimônio e museus na contemporaneidade*, Salvador, EDUFBA, 2016, p. 27-52.

NUNES, João Paulo Avelãs (2017) – *História e Historiografia, património cultural e museologia, lazer e turismo culturais: uma abordagem deontológico-epistemológica e teórico-metodológica*: Revista de Teoria da História. Vol.17. n.º1. Universidade Federal de Goiás. p. 162-182.

OLEIRO, João Manuel Bairrão (1992) - 1. *Conimbriga - Casa dos Repuxos, Corpus dos Mosaicos Romanos de Portugal, I - Conuentus Scallabitanus*. Instituto Português de Museus. Lisboa.

OLIVEIRA, Cristina (2005) - Mosaicos de Conímbriga. *X Colóquio Internacional da Associação Internacional para o Estudo do Mosaico Antigo (AIEMA)*. Conimbriga.

OLIVEIRA, Delfim (1884) - *Notícias de Penella – Apontamentos Históricos e Archeologicos*; Typographia da Casa de Minerva. Lisboa.

PEREIRA, Isabel (1999) – Museus e coleções de Arqueologia: Conceitos e Programas. *O Arqueólogo Português, Série IV, 17*. Lisboa. p.29-40.

PEREIRA, Rodrigo M. M. (2005) - Resultados dos Trabalhos Arqueológicos no Paço dos Vasconcelos, (maio de 2002 a agosto de 2005), *Atas do Xº Colóquio da Associação Internacional para o Estudo dos Mosaicos Antigos (AIEMA), Conímbriga*, p. 849-859.

PEREIRA, Rodrigo (2017) The Roman Mosaics of the Roman uilla in the Monumental Complex of Santiago da Guarda, Municipality of Ansião (Portugal). *Journal of Mosaic Research*. Volume 10. AIEMA – Turkey. p. 285 -298.

PESSOA, Miguel (1986) - Subsídios para a Carta arqueológica do Período romana na área de Conimbriga. *Conímbriga*. 25. Coimbra. p.53-73.

PESSOA, Miguel; RODRIGO, Lino; SANTOS, Sandra (2001) – *Roteiro – Rabaçal Aldeia Cultural*. Penela. Ed. C.M. Penela.

PESSOA, Miguel; VICENTE, Sónia; RODRIGO, Lino (2001) - Relatório de Trabalhos Arqueológicos da *Villa* romana de S. Simão. Penela. Comissão da Capela de S. Simão, Câmara Municipal de Penela Instituto Português de Arqueologia. (Policopiado).

PESSOA, Miguel (2005) - Contributo para o estudo dos mosaicos romanos no território das *Civitates* de *Aeminum* e de *Conimbriga*, Portugal. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Vol. 8. nº 2. pág. 363-40.

PESSOA, Miguel (2012) – *Corpus dos Mosaicos Romanos - A Villa Romana do Rabaçal*. Penela. Ed. Município de Penela.

PESSOA, Miguel; RODRIGO, Lino (2016) – *Movimento para a Promoção da Candidatura de Conimbriga a Património Mundial da UNESCO 2013-2016*. Condeixa-a-Nova. Centro de Estudos Vergílio Correia, Ed. CM Condeixa a Nova, Associação Ecomuseu de Condeixa, UF Condeixa-a-Nova e Condeixa-a-Velha.

PESSOA, Miguel; RODRIGO, Lino (2020) – *Conímbriga: Valorizar Patrimónios e o Eixo da Romanização no Centro de Portugal*. Condeixa-a-Nova. Ed. Centro de Estudos Vergílio Correia, C.M. Condeixa a Nova, Associação Ecomuseu de Condeixa, Movimento para a Promoção da Candidatura de Conimbriga a Património Mundial da UNESCO.

PIZARRO, Manuel Morais Sarmiento (2019) - Os Centros Interpretativos enquanto unidades Patrimoniais, *Centros Interpretativos: técnicas Espaços, conceitos e Discurso*. (nº3) Edição: Direção Regional de Cultura do Norte. p. 9-23. Disponível em <http://www.culturanoorte.gov.pt>. acessado 9/09/2020.

RECHENA, Aida Maria Dionísio (2003) – *Processos Museológicos Locais - Panorama Museológico da Beira Interior Sul*. Dissertação de Mestrado em Museologia. Departamento de Arquitetura, Urbanismo e Arte. Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologia.

Relatório “Estudo de Públicos de Museus Nacionais - Públicos do Museu Monográfico de Conimbriga– Museu Nacional”, Direção Geral do Património Cultural, 2019. Disponível em <http://www.patrimoniocultural.gov.pt/pt/publications/estudo-de-publicos-do-museu-monografico-de-conimbriga-museu-nacional>. Acessado a 27/03/2021

Relatório Final do Grupo de Projeto Museus no Futuro - Coordenação Clara Camacho. Direção Geral do Património Cultural. Disponível em <http://www.patrimoniocultural.gov.pt/pt/news/museus-monumentos-e-palacios/relatorio-final-do-grupo-de-projeto-museus-no-futuro/>. acessado a 10/05/2021

RIBEIRO, Luís Campos, (2011). Contributo para uma Visão Global dos pavimentos de mosaico da Villa Romana de Santiago da Guarda, Ansião. *Atas do Encontro Internacional sobre Novas tecnologias aplicadas à arqueologia na Villa Romana do Rabaçal*, Ed. C.M.Penela e Direção Regional de Cultura do Centro. p. 71-91.

RODRIGUES, Ana (2012) - Relatório Final dos Trabalhos Arqueológicos de Acompanhamento à Casa Unifamiliar de David Gonçalves (Policopiado).

ROSETA, Pedro (2019) – Proteção Internacional do Património Cultural. In *Novos estudos de Direito do Património Cultural*. Tomo II. Coord. José Luís Bonifácio Ramos e João Martins Claro. Ed. Petrony Editora. p. 95-124.

SANCHO QUEROL, Lorena (2013) - *Para uma gramática museológica do Reconhecimento: ideias e conceitos em torno do inventário participado*. Revista de Sociologia. n.º 25. Universidade do Porto. p.165-188.

SERRA, Filipe Mascarenhas (2007) - *Práticas de Gestão nos Museus Portugueses*, Universidade Católica Lisboa. Editora, Lda. INPRINT.

SILVA, Ricardo Costeira; FERNÁNDEZ, Adolfo Fernández; CARVALHO, Pedro C. (2015) - Contextos e cerâmicas tardo-antigas do fórum de Aeminium (Coimbra). *Revista Portuguesa de Arqueologia* – volume 18. 2015. pp. 237–256

SOLEDADE, Fernando (1750) - *História Seráfica Cronológica da Ordem de S. Francisco na Província de Portugal*. Tomo III. Refere os seus progressos em tempo de cinquenta & dousannos, do de 1448 a 1500; Oficina de Manoel Joseph Lopes Ferreyra. Lisboa. Disponível em: <http://purl.pt/20706/4/>. Consultado a 5-08-2015.

Teixeira, Vítor (2005) - Fr. João da Póvoa e o movimento da Observância Franciscana Portuguesa entre 1447 e 1517. in *Lusitania Sacra*. 2ª série, 17. Centro de Estudos de História Religiosa. p. 227-254.

Tilden, Freeman, (1957) *Interpreting our Heritage*. The University of North Carolina Press. Chapel hill. Third Edition.

VILAÇA, Raquel (2012) - Arqueologia do Bronze no Centro – Sul da Beira Litoral e Alta Estremadura (II-I milénios A.C.). *Olhares sobre a Geologia, e a Arqueologia e a História de Vila Nova, de Miranda do Corvo e da Serra da Lousã*. Ondagrafe. Loures. p. 16-32.

Vicente, Sónia; PESSOA, Miguel (2004) - Relatório da *Villa* romana de S. Simão. Museu da *Villa* romana do Rabaçal.

VICENTE, Sónia; SANTOS, Ricardo; PESSOA, Miguel (2010) – Carta Arqueológica do Concelho de Penela. Estudo Prévio. Instituto de Gestão do Património Arquitetónico e Arqueológico. Câmara Municipal de Penela.

VICENTE, Sónia; SIMÕES, Flávio (2015) - Relatório de Escavação da *uilla* romana de São Simão e Necrópole da Capela da Senhora da Graça in Relatório do Acompanhamento Arqueológico - Obra de Execução de rede pública de drenagem de águas residuais no Lugar de Serradas da Freixiosa.

VICENTE, Sónia; SIMÕES, Flávio; MENDES, Ana (2016) - Relatório de Progresso da Escavação da *uilla* romana de São Simão e Necrópole da Capela da Senhora da Graça in *Relatório Projeto de Investigação Plurianual de Arqueologia 2016-2019*.

Vicente, Sónia; Mendes, Ana (2017) The Mosaics of the Roman Villa of São Simão, Penela, Portugal. *Journal of Mosaic Research*. Volume 10. AIEMA – Turkey. p. 365 - 381.

VICENTE, Sónia; SIMÕES, Flávio; MENDES, Ana (2017) - Relatório de Progresso da Escavação da *uilla* romana de São Simão e Necrópole da Capela da Senhora da Graça in *Relatório Projeto de Investigação Plurianual de Arqueologia 2016-2019*.

VICENTE, Sónia; SIMÕES, Flávio; MENDES, Ana (2018) - Relatório de Progresso da Escavação da *uilla* romana de São Simão e Necrópole da Capela da Senhora da Graça in *Relatório Projeto de Investigação Plurianual de Arqueologia 2016-2019*.

VICENTE, Sónia, MENDES, Ana Luísa, SIMÕES, Flávio (2019) O Sítio Arqueológico de São Simão, *Revista Portuguesa de Arqueologia*, volume 22, 2019, Lisboa. p.193-201;

VICENTE, Sónia, MENDES, Ana Luísa, SIMÕES, Flávio; Duarte, Mário; Encarnação, José d' (2019) - Mosaico com inscrição na *Villa* romana de São Simão, Penela, *Ficheiro Epigráfico (Suplemento da Conimbriga)*, 183, Instituto de Arqueologia da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.

VICENTE, Sónia; SIMÕES, Flávio, MENDES; Ana (2019) - Relatório de Progresso da Escavação da *uilla* romana de São Simão e Necrópole da Capela da Senhora da Graça in *Relatório Projeto de Investigação Plurianual de Arqueologia 2016-2019*.

VICENTE, Sónia; SIMÕES, Flávio; MENDES, Ana (2020) - Relatório de Final do PIPA 2016-2020 Escavação da *uilla* romana de São Simão e Necrópole da Capela da Senhora da Graça in *Relatório Projeto de Investigação Plurianual de Arqueologia 2016-2020* (em elaboração).

Fontes Manuscritas

ANTT – *Cabido da Sé de Coimbra*, Documentos Régios, mç. 2, n.º 71

ANTT — Cónegos Regulares de Santo Agostinho, *Mosteiro de S. Jorge de Coimbra*, mç. 5, nº 39).

Consulta em Web site

<http://mapas.ine.pt.phtml>, consultado em 16/01/2020.

<https://unescoportugal.mne.gov.pt/pt/a-unesco/sobre-a-unesco>, acedido em 18/04/2021

<http://www.patrimoniocultural.gov.pt/media/uploads/cc/CartadeAtenas.pdf>, acedido a 20/04/2021

<http://www.patrimoniocultural.gov.pt/media/uploads/cc/CartadeVeneza.pdf>, acedido a 20/04/2021

<https://www.parlamento.pt/Parlamento/Documents/CRP1976.pdf>, acedido a 21/04/2021

<https://data.dre.pt/eli/lei/13/1985/07/06/p/dre/pt/html>, acedido em 26/03/2021

<http://www.patrimoniocultural.gov.pt/media/uploads/cc/ConvencaodeFaro.pdf> acedido a 20/04/2021, acedido a 20/04/2021

<https://www.icomos.pt/images/pdfs/2021/35%20Documento%20de%20Nara%20sobre%20autenticidade%201994.pdf>

<https://data.dre.pt/eli/lei/107/2001/09/08/p/dre/pt/html> acedido em 26/03/2021

http://www.patrimoniocultural.gov.pt/static/data/museus_e_monumentos/credenciacao_de_museus/lei_dos_museus.pdf acedido em 26/03/2021

https://www.icomos.org/charters/tourism_sp.pdf, Carta Internacional do Turismo Cultural, acedido a 17/05/2021

<https://conimbriga.wixsite.com/lacefop>, acedido a 11/05/2021

<http://www.uillasico.com/o-territorio-provere-uilla-sico>, acedido em 11/05/2021

<http://www.uillasico.com/> acedido a 11/05/2021

<https://www.facebook.com/mmconimbriga/videos/765564917307283>, acedido em 10/06/2021

http://www.patrimoniocultural.gov.pt/static/data/museus_e_monumentos/totaism_m_p2014_2018.pdf, acedido em 19/02/2020

https://www.poros.pt/pt/content/missao-visao-e-valores_30/, acedido em 05/11/2020

<https://www.poros.pt/pt/> acedido em 05/11/2020

https://www.facebook.com/museuPOROS/photos/?ref=page_internal, acedido em 27/03/2021

<https://www.culturacentro.gov.pt/pt/mapa/ficha-equipamentos/?equipamentosId=23172>, acedido em 19/05/2021

<https://cm-condeixa.pt/noticia/2447/> acedido em 05/11/2020

<https://www.cm-ansiao.pt/PT/visitantes/1/cultura-e-historia/27/complexo-monumental-de-santiago-da-guarda/98/complexo-monumental-santiago-da-guarda>, acedido a 10/06/2021

<https://www.opac.cies.iscte-iul.pt/os-museus-da-rpm>, acedido em 26/03/2021

<https://data.dre.pt/eli/dec/12/2021/06/07/p/dre>, acedido em 16/06/2021

<http://icom-portugal.org/icom-portugal-quem-somos/icom-internacional/> acedido a 13/10/2019

<http://icom-portugal.org/2015/03/19/definicao-museu/> acedido a 10/03/2020

<https://icom.museum/en/standards-guidelines/museum-definition/> acedido a 10/03/2020

<http://www.tsf.pt/programa/encontros-com-o-patrimonio/emissao/ecomuseus-e-museus-comunitarios-4898954.html> - Sobre Ecomuseus, ecomuseologia e museus comunitários- Pedro Pereira Leite, Graça Filipe e Santiago Macia, 2015, acedido a 24/03/2020

Legislação

- Decreto de Lei n.º 86/1976, Série I de 10 de abril de 1976, que aprova a Constituição da República Portuguesa
- Decreto n.º 95/78, DR, I Série, n.º 210, de 12-09-1978 - Classifica o Paço Castelo Melhor como Monumento Nacional (MN)
- Decreto-Lei n.º 55/2001 de 15 de fevereiro, alterado pela Lei nº 89/2001, de 10 de agosto - Define o Regime das Carreiras de Museologia, Conservação e do Restauro.
- Lei nº107/2001, de 8 de setembro, Lei de Bases do Património Cultural - Estabelece as bases da política e do regime de proteção e valorização do património cultural
- Lei-Quadro dos Museus Portugueses, Lei n.º 47/2004 de 19 de agosto, Aprova a Lei-Quadro dos Museus Portugueses
- Diário da República, 2.ª série — N.º 52 — 15 de março de 2011 - Organograma da Câmara Municipal de Penela
- Resolução do Conselho de Ministros nº 72/2016, DR, 1ª série, nº 226 - de 24 de novembro de 2016 - Aprova o Programa Nacional para a Coesão Territorial.
- Diário da República n.º 21/2019, Série I de 2019-01-30, concretiza o quadro de transferência de competências para os órgãos municipais e para as entidades intermunicipais no domínio da educação.
- Despacho da DGPC, nº 6474 de 2014, de 19 de maio de 2014, Diário da República n.º 95/2014, Série II de 2014-05-19.
- Portaria n.º 431-D/2013, Classifica como sítio de interesse público (SIP) a *Villa Romana do Rabaçal*, Penela, Diário da República, 2.ª série, n.º 124, 2.º suplemento, de 1 de julho de 2013,
- Diário da República n.º 109/2021, Série I de 2021-06-07 o Decreto n.º 12/2021 reclassifica como sítio de interesse nacional a *Villa Romana do Rabaçal* (MN)

ANEXOS

Anexo I - Flier Circuito da Romanização

Conimbriga



Conimbriga é a principal estação arqueológica portuguesa. As escavações que têm lugar há mais de cem anos revelaram um vasto conjunto arqueológico, notável pela sua arte, lecturas, na seus mosaicos e o seu enquadramento paisagístico.

A partir de Conimbriga é possível explorar outros importantes vestígios de presença romana no território desde Oporznik, estatuários vizinhos da importância da civilização para a história da região. O núcleo das serras calcárias do Concoque - Sicó - Aveleiro é uma unidade paisagística de incomparável interesse, notável pela preservação dos seus patrimónios natural, cultural e etnográfico das buleças do Caminho do Vale das Faveiras, Parque Natural de Conimbriga e Amfiteatro de Alentejo. Percurso do Parque Paleontológico de Argenteira - Gramadinhos - Anives.

Designação:
Ruínas Romanas e Museu Monográfico de Conimbriga

Localização:
Condado de Vila Nova, Concelho da Condeixa-a-Nova

Accessos:
Conimbriga tem os seus acessos realizados desde a A1 e dos acessos ao IC (EN 347 Coimbra - Tomar)

Visão:
Inverno (Outono a Maio)
Museu - Terça a Domingo, das 9h às 20h
Ruínas - Todos os dias, das 10h às 19h
Museu - Inverno de Janeiro
Museu - Terça a Domingo, das 9h às 20h
Ruínas - Todos os dias, das 9h às 20h
Bilhete normal: 3 euros
Incorporados o acesso, 3º idade, car. do jovem, a luzes especiais
O Museu Monográfico de Conimbriga está situado no Av. da Liberdade, Bairro de Taramon, Loja e Restaurante

Outras informações:
www.conimbriga.gov.pt

Área do Sítio:
Instituto Português dos Museus / Ministério da Cultura

Contactos:
Tel. 00351 239 946110 - Fax 00351 239 941474
e-mail: visitas@conimbriga.gov.pt
Ligação Amigos de Conimbriga
Tel. 00351 239 944764 - Fax 00351 239 945202
www.lac.pt - e-mail: conimbriga@lac.pt

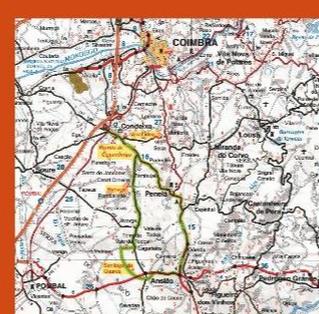
Círculo da Romanização

Roman Tour

Bilhete (Inclui o guia)
Pessoa a pessoa a todo o circuito
Ticket - 5 euros
It allows you to access the whole circuit

Rotário das Terras de S. Simão
Rotary of the Lands of S. Sim

www.terrassico.lac.pt



CONIMBRIGA
Serviços Departamentais

Laboratório de Conservação e Restauro
Conservation & Restoration Laboratory

Oficina de Restauro de Mosaicos
Mosaic Restoration Workshop

Biblioteca
Library

Serviços Técnicos de Arqueologia
Archaeology Technical Department

O Território do Oppidum

ALCABIDEQUE (Condado de Vila Nova)
O local aparece no percurso de Conimbriga, uma de unidades essenciais do território. As estruturas romanas foram magistralmente preservadas.
The Roman ruins of the oppidum of Alcobideque, near an important natural spring. The Roman structures were impressively preserved.

RABACAÇAL (Penela)
importante Vila romana nas proximidades do castelo, a vila apresenta um mosaico de alto valor.
Important roman villa in the neighbourhood of the town. There is also a site-museum.

SANTIAGO DA GUARDA (Anísio)
Vila medieval e freguesia românica do séc. XI, construídas sobre uma Vila Romana no Sudoeste Português de S. Simão.
Centro de interpretação do Património Arquitectónico do Rabaçal.
Well conserved roman tower and fortified house (Rabaçal), constructed over a Roman villa on the Portuguese Pathway to Santiago. Center of interpretation of the Architectural and Landscape Heritage.

Alcobideque



Situado junto de uma das mais importantes nascentes do rio Tejo, o sítio de Alcobideque viveu na sua forma, vindo do deão de um local caput aquae, que significava captação de águas.

O sítio de Alcobideque foi, no período Romano, o "lóbulo" das águas de Conimbriga, e desde época posterior houve observação de uma represa e uma torre, do o qual restam as ruínas da torre e do muro de defesa.

Da marca da represa antecedente à do sítio, na totalidade romana, mas é desde essa a torre que se dá data, ficando as águas frias das, vindas do subsolo e encaminhadas para a torre de captação.

Acima da represa podemos ainda encontrar um tanque rectangular, construído em 1880 para armazenar água para a repa.

Até ao século XVIII a captação por uma cisterna no nível térreo, a um andar. Alcobideque possui uma habitação de caráter de represa, vindas do nascente, para as encaminhadas pela boca do Azeiteiro subterrâneo, a poente, na direção de Conimbriga.

Com excepção destas duas fontes de água, este sítio era um espaço fechado, as aberturas laterais que hoje nos permitem respirar lá para dentro são posteriores.

Designação:
Vascente de Alcobideque e castelinho algar

Localização:
Vascente de Alcobideque e castelinho algar

Localização:
Concelho da Condeixa-a-Nova, cerca de 2 Km a oeste da sede do concelho

Accessos:
A partir do centro de Vila de Condeixa, seguindo na direção de Valado, ou a partir do IC3 (EN 347 Conimbriga - Tomar), na direção de Vila de Condeixa, e depois para o sítio de Alcobideque.

Visão:
Livre

Área do Sítio:
Museu Monográfico de Conimbriga (Tomar)
O espaço envolve o espaço público

Contactos:
Museu Monográfico de Conimbriga
Tel. 00351 239 946114 - Fax 00351 239 945445
Câmara Municipal de Condeixa
Tel. 00351 239 941114 - Fax 00351 239 945445

Rabaçal



A Vila Romana do Rabaçal, com o seu mosaico de carácter rural romano, porta do mosaico e vestígios do castelo. É um sítio de alto nível de vida do sítio IV.

No sítio existente na actual Vila de Rabaçal podemos encontrar o sítio das escavações arqueológicas no Para Urbano. A riqueza dos achados permitiu a visita à Vila que a Vila em que hoje se encontra apenas um local de lazer, em um local de visitação do sítio para os visitantes que se visitam. O seu plano original, no centro do qual um dia poderá ter ficado um jardim, é uma memória viva do séc. IV, um tempo em que o império vivia, mas ainda florescia culturalmente.

Designação:
Vila Romana do Rabaçal e Espaço - Museu

Localização:
Aldeia do Rabaçal (Concelho da Parede)

Accessos:
O Rabaçal é acessado desde a EN 347 Coimbra - Tomar, estando os acessos sinalizados. É servido por transportes públicos desde Coimbra, Condeixa e Penela.

Visão:
Terça a Sexta, das 14h às 18h
Sábado e Domingo, das 11h às 19h / das 14h às 19h
Bilhete normal: 1,50 euros
Acompanhado por pessoal especializado

Área do Sítio:
Câmara Municipal de Parede

Contactos:
Espaço - Museu de Vila do Rabaçal
Tel. 00351 239 587858 - Fax 00351 239 587857
e-mail: museurabaçal@cmrpa.pt

Esta paisagem portuguesa. É família nobre dos Condes de Castelo Melhor, que fez da propriedade o seu. São o primeiro mais do que os outros. XVI / XIX, sendo da sua iniciativa a construção da casa mansuária que hoje vemos. Por baixo da mansuária foram encontrados os vestígios do sítio de uma Vila Romana, com mosaicos. O projeto de reabilitação transformou a Torre do séc. XIV num observatório de paisagem, bem no centro geográfico do Maciço Calcário de Sicó, acessível através de uma estrutura metálica. As estruturas da Vila Romana, com magníficas peças de mosaico polícromo permanentemente visíveis em todos os pontos da visita pública.

Centro de interpretação, espaço de salas de exposição e auditório, loja de produtos regionais, organizando-se em torno de um amplo pátio dedicado à animação turística.

Designação:
Paço Sarmiento dos Viscondes

Localização:
Aldeia do Santiago da Guarda (Concelho de Anísio)

Accessos:
Santiago da Guarda é acessado desde o IC6, na zona da sede do concelho, ou através do Rabaçal, seguindo a EN 347-1 em direção a S., seguindo a sinalização existente.

Visão:
Terça a Sexta, das 14h às 18h
Sábado e Domingo, das 11h às 19h / das 14h às 19h
Bilhete normal: 1,50 euros
Acompanhado por pessoal especializado

Área do Sítio:
Câmara Municipal de Anísio
Parque com a AC - Liga de Amigos de Conimbriga

Contactos:
Câmara Municipal de Anísio
Tel. 00351 239 947010 / 00351 239 947014
Fax 00351 239 947011 / 00351 239 945202
Liga de Amigos de Conimbriga
Tel. 00351 239 944764 - Fax 00351 239 945202
www.lac.pt - e-mail: conimbriga@lac.pt

Anexo II - Cartaz Circuito da Romanização - 2007

Circuito da Romanização

Roman Tour



Bilhete único - 5,50 euros
Permite acesso a todo o circuito

Bilhete com descontos - 2,50 euros
Ticket - 5,50 euros
It allows you to access the whole circuit
Discount ticket- 2,50 euros

Roteiro das Terras de Sicó em
Tour of the Lands of Sicó

www.terrassico.lac.pt

CONIMBRIGA

O Território do Oppidum
Cultural landscape

ALCABIDEQUE (Condeixa-a-Nova)

RABAÇAL (Penela)

SANTIAGO DA GUARDA (Ansião)



CONIMBRIGA
RESTAURANTE MUSEU
Gastronomia de Apicius e menu Sicó.
Reservas, almoço, jantar e eventos - tel. 969453735

AMIGOS CONIMBRIGA

CONIMBRIGA
Ruínas
Museu Monográfico

Centro



Anexo III - Circuito da Romanização: programa de lançamento - 05 de agosto 2017

**Programa de relançamento do Circuito da Romanização_ 2017****O Oppidum de Conimbriga e as Terras de Sicó**

A primeira visita ao Circuito da Romanização será reservada aos seus promotores, jornalistas e convidados da área da cultura e do turismo.

O circuito envolve, na fase de arranque, as autarquias de Condeixa-A-Nova, Penela e Ansião; os sítios arqueológicos e respetivos museus e centros de interpretação, de Conimbriga e Alcabideque (Condeixa), Rabaçal (Penela) e Santiago da Guarda (Ansião); e a Liga de Amigos de Conimbriga.

Os seus representantes intervirão ao longo do percurso, que será guiado pela Liga de Amigos de Conimbriga

Programa de apresentação

05 de agosto

09h00 – receção dos participantes, seguida de apresentação oficial do Circuito da Romanização no auditório do Museu de Conimbriga

09h30 às 10h30 – visita guiada ao Museu e Ruínas de Conimbriga

10h30-10h45 – breve visita a Alcabideque

11h00-11h30– visita guiada ao Museu da Villa Romana do Rabaçal

11h45-12h45 – visita guiada ao Complexo Monumental de Santiago da Guarda: Villa Romana, Torre Medieval e Solar dos Condes de Castelo Melhor nos Caminhos de Santiago.

12h e 45m_ Regresso a Conimbriga

Abertura ao público

Na tarde do dia 05 de agosto, será realizada o primeiro percurso aberto ao público, para um grupo de 13 inscitos, que segue o itinerário descrito anteriormente, com a duração de 3h e 30m a 4h, e início em Conimbriga, às 14 h e 30 m.

O Circuito destina-se sobretudo aos agentes do turismo, da educação e da cultura, sem excluir o público em geral, de qualquer nacionalidade ou nível etário, já que pretende

promover toda a região do Oppidum de Conimbriga e das Terras de Sicó. Inclui pessoas com necessidades especiais, mas com algumas limitações, dada a natureza do transporte (Minibus) e limitações na estrutura dos monumentos (à Torre de Santiago acede-se por escada),

Periodicidade e condições de participação

Na época de Primavera, Verão e Outono, o Circuito da Romanização será oferecido regularmente no primeiro e no terceiro fim-de-semana de cada mês, no caso, a 5 e 6 de agosto e a 20 e 21 de agosto, com partida de Conimbriga, em duas sessões diárias, às 9h e 30 e às 14h e 30m, para grupos de 13 pessoas e uma duração prevista de 3h e 30m a 4 horas.

Na época de Inverno (dezembro, janeiro e fevereiro), o Circuito da Romanização será oferecido regularmente apenas no primeiro fim-de-semana de cada mês.

No caso de existirem grupos (mínimo 10 a 13 pessoas) que queiram realizar esta visita noutra calendário, tal é possível, com acerto prévio com a Liga de Amigos de Conimbriga.

No caso particular de grupos (mínimo 10-13 pessoas) organizados pelas estruturas do turismo (hotéis e outras), como os hotéis e pousadas de Coimbra, Condeixa e dos concelhos mais próximos da cidade, ou outras entidades, o Minibus poderá recolher diretamente os participantes nestes locais.

A inscrição será feita preferencialmente por mail e paga previamente através de transferência bancária, tendo um custo/donativo unitário de 10 € por pessoa, que se destina apenas a cobrir os custos da logística e permite o acesso livre aos monumentos, com prioridade aos agentes do turismo, da educação e da cultura, já que se trata sobretudo de uma ação promocional, que pretende fornecer aos participantes informação essencial e qualificada que lhes permita regressar guiar autonomamente os seus grupos profissionais, familiares, escolares e outros, não apenas no Circuito da Romanização, mas também em outros oito Circuitos que percorrem, durante todo o ano, o Oppidum de Conimbriga e as Terras de Sicó.

Informação adicional e Contactos

Sobre o património natural e cultural do Oppidum de Conimbriga e das Terras de Sicó, que enquadra os quatro sítios arqueológicos e monumentais envolvidos no Circuito da Romanização, e os outros oito Circuitos do Oppidum de Conimbriga e as Terras de Sicó, será disponibilizado aos participantes o acesso a informação qualificada, através de um site a cuja ligação terão acesso no ato de inscrição.

T: (00351) 239 944764; e_mail: laconimbriga@gmail.com

Anexo IV - Ficha apresentação PROVERE_VILLA_SICO

de Desenvolvimento Regional ***

ESTRATÉGIAS DE EFICIÊNCIA COLECTIVA (EEC) – PROVERE

VILLA SICÓ – PROGRAMA DE VALORIZAÇÃO ECONÓMICA DOS ESPAÇOS DA ROMANIZAÇÃO

Líder do consórcio:

Terras de Sicó – Associação de Desenvolvimento

Contactos:

Largo dos Celeiros, nº 3
3015 – 326 Redinha
geral@terrasdesico.pt
www.terrasdesico.pt

Tel.: 236912113

Pessoa de contacto:David Leandro (dleandro@terrasdesico.pt)**Entidades envolvidas na parceria/consórcio:**

	Nº
Empresas	23
Municípios	6
Instituições de ensino e de I&D	2
Associações de desenvolvimento local	2
Outras instituições relevantes.	4
Museu Monográfico de Coimbra; Entidade Regional de Turismo do Centro; Adega Cooperativa de Pombal, CRL; Liga dos Amigos de Conimbriga	

Foco Temático/recurso(s) endógeno(s) a valorizar:

A Estratégia de Eficiência Colectiva/PROVERE “Villa Sicó – Programa de Valorização económica dos espaços da romanização”, identificou a Romanização como recurso estratégico, materializada de forma exemplar pelos espaços da Cidade Romana de Conimbriga, Villa Romana do Rabaçal, Villa Romana de Santiago da Guarda e da Cidade Romana de Sellium. Trata-se de um produto com fortes potencialidades de afirmação económica e cultural, quer pelo valor dos actuais elementos, quer pelo dinamismo e escala evolutiva do território que emerge, associada à possibilidade destes espaços se oferecerem ao visitante como um produto diferente pela escala e novidade que comportam.

O PROVERE Villa Sicó visa o aproveitamento económico deste distintivo e inovador recurso âncora, através da renovação da base económica orientada para actividades empresariais exigentes em conhecimento, criatividade e tecnologia e actividades de suporte à exploração turística. Também a projecção externa deste capital simbólico de valor inquestionável se afigura como pilar da estratégia definida.

Assim, o PROVERE Villa Sicó distinguir-se-á:

- pela valorização de um recurso endógeno de elevado valor patrimonial e com forte potencial de internacionalização;
- pela capacidade de integrar actividades inovadoras na promoção e valorização do recurso endógeno a trabalhar, garantindo uma efectiva rede de parceiros, cujas actividades se encontram organizadas e estruturadas em torno do recurso específico e respectivo projecto âncora;
- pela potenciação de diferentes actividades geradoras de mais-valias económicas em torno de uma temática com fortes raízes identitárias locais/regionais.



A valorização do recurso “Romanização”, no âmbito da concretização da Estratégia de Eficiência Colectiva PROVERE, passa por:

- Criar um produto turístico diferenciado e inovador que integre as rotas turísticas culturais enquanto espaço de descoberta da história e da cultura;
- Apostar na diferença e na inovação no sector turístico, adaptando modelos de projecto e marketing empresarial associados a parques temáticos tendo por base um território alargado, intermunicipal, onde actuam agentes públicos e privados;
- Criar novas actividades culturais e criativas que tirem partido do vasto espólio temático existente nesta região e desenvolvam produtos com elevado potencial económico com uma componente estruturante de promoção e de difusão cultural;
- Promover a investigação e a produção de conhecimento para que o Villa Sicó evolua territorial e sectorialmente, com novos espaços da romanização ainda por descobrir e com novas tecnologias que diversifiquem as possibilidades de vivência, visita e apropriação cultural dos espaços;
- Densificar a base económica local/regional em sectores estruturais e complementares do ponto de vista do sucesso do produto turístico âncora – hotelaria (alojamento e restauração), desenvolvimento de novos produtos temáticos, valorização das produções endógenas e turismo temático (natureza, activo, cultural);
- Aumentar a capacidade de atracção e retenção populacional, com especial relevo para jovens empreendedores nos domínios de intervenção de referência para a estratégia do Villa Sicó.

Delimitação e caracterização do território-alvo:

A Estratégia de Eficiência Colectiva tem como área de intervenção o território Villa Sicó que genericamente correspondente aos concelhos de Alvaiázere, Ansião, Condeixa-a-Nova, Penela, Pombal, Soure e Tomar.

Trata-se, mais precisamente, de um território estruturado em torno dos elementos âncora - Cidade Romana de Conimbriga, Villa Romana do Rabaçal, Villa Romana de Santiago da Guarda e da Cidade Romana de Sellium – e que visa a criação de um “território/eixo temático Villa Sicó” polinucleado constituído por uma rede de elementos específicos.

Os testemunhos da apropriação deste território na época da romanização estão presentes nos seis concelhos de Sicó e no Concelho de Tomar mas em diferentes estádios de (re)conhecimento efectivo dos elementos existentes. Ou seja, sendo inegável o valor e potencial económico de Conimbriga, Sellium, Rabaçal e Santiago da Guarda – reconhecidos como pólos de atracção turística inegável, no eixo temático Villa Sicó existem outros testemunhos desta época que carecem de projectos de validação baseados em investigação e intensos trabalhos de campo.

Deste modo promover-se-á a valorização do património material e imaterial de elevado valor histórico/cultural através da estruturação da oferta, modernização e diversificação das tecnologias de apoio à visita, melhoria dos espaços e conceitos de acolhimento e de uma estratégia de comunicação e marketing que alavanque a internacionalização deste espaço/produto.

Lista dos principais projectos:

- Termas históricas da Amieira - Recuperação de um legado da Romanização
- Hotel do Pelourinho - Espaço de acolhimento no Eixo Temático Villa Sicó
- Unidade Hoteleira da Serra - Espaço de acolhimento no Eixo Temático Villa Sicó
- Cobertura de Protecção da Villa Romana do Rabaçal
- Complexo Turístico da Quinta da Ponte do Espinhal - Espaço de acolhimento no Eixo Temático Villa Sicó
- Hotel GPS - Criação de um novo espaço de acolhimento no Eixo Temático Villa Sicó
- Valorização e modernização do Museu Monográfico e Ruínas Romanas de Conimbriga
- Hotel do Cardal - Reestruturação e nova categorização da unidade hoteleira
- Valorização do Sítio arqueológico da Rominha
- Valorização e modernização do Museu Monográfico e Ruínas Romanas de Conimbriga
- Gabinete de Apoio à Estratégia de Eficiência Colectiva (GAEEC) Villa Sicó
- Valorização da envolvente da Residência Senhorial dos Condes de Castelo Melhor



- Valorização e Musealização da Cidade Romana de Sellium (Fórum Romano de Tomar)
- Conteúdos Multimédia - Série de Animação - Romanização no Território PROVERE Villa Sicó
- Branding e Estratégia de Marketing - Promoção e Evento internacional "Eixo Temático Villa Sicó"
- Sinalética Villa Sicó - Uniformização da imagem das actividades promovidas no âmbito da EEC Villa Sicó
- Lojas Villa Sicó
- Investigação e Intercâmbios Científicos
- Prospecção Geofísica e foto-intrepretação - Validação de novos achados arqueológicos
- Circuito Turístico Conimbriga Alcabideque
- Investigação e Intercâmbios Científicos
- Desenvolvimento de Tecnologia Virtual de suporte à visitação do Eixo Temático Villa Sicó
- Promoção e Divulgação do Villa Sicó.

Anexo V - Número de Visitantes ao MMC-MN - email

Cara Sónia,

Eis os números:

2018: 106.378

2019: 100.077

2020: 41.907

Museu Monográfico e Ruínas de Conimbriga

Rua Professor Vergílio Correia s/n Condeixa-a-Velha 3150-220 CONDEIXA - PORTUGAL

tel.(00 351) 239949110

e-mail

De: sónia vicente

Enviado: 17 de março de 2021 22:08

Para: geral@conimbriga.dgpc.pt <geral@conimbriga.dgpc.pt>

Assunto: Solicitação: Números de visitantes Do Museu Monográfico de Conimbriga

Ex.mo Sr. Diretor do Museu Monográfico de Conímbriga

Encontro-me a realizar o projeto de Mestrado em **Património Cultural e Museologia** na Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, com o objetivo de elaborar uma proposta museológica para o Sítio Arqueológico de Simão, em Penela, projeto onde sou a arqueóloga responsável.

Para o capítulo de análise do Património Arqueológico visitável na região do Sicó, área onde nos inserimos, venho solicitar informação relativa ao número de visitantes do Museu Monográfico de Conímbriga em 2018, 2019 e 2020 (apesar da pandemia); gostaria de contar com a vossa ajuda, dado tratar-se de um trabalho académico.

Certa da vossa melhor atenção,

Com os melhores cumprimentos

Sónia Vicente

Arqueóloga

Anexo VI - Emails com informação para a caracterização do Museu PO.RO.S

Bom dia Sónia,

Referente a 2017 (de maio a dezembro) contabilizamos 7101 visitantes. Antes dessa data, já realizávamos visitas-teste e contamos com 4137 visitantes entre finais de 2016 até inauguração.

Espero ter sido útil.

Atentamente,

PO.RO.S – Museu Portugal Romano em Sicó

Edifício da Quinta de S. Tomé
Av. Bombeiros Voluntários de Condeixa-a-Nova, n.º 41
3150-160 Condeixa-a-Nova
Telf. 239 949 122

Visite-nos no nosso [Site](#) , [página de facebook](#) ou [Instagram](#) .

De: "sónia vicente"

Enviar: segunda-feira, 29 de Março de 2021 20:38

Para: "info@poros.pt" <info@poros.pt>

Assunto: RE: Solicitação: números de visitantes do museu PO.RO.S

Boa noite

sim, quero os dados de 2017.

grata!

Sónia Vicente

De: info@poros.pt <info@poros.pt>

Enviado: 29 de março de 2021 18:33

Para: sónia vicente

Assunto: RE: Solicitação: números de visitantes do museu PO.RO.S

Olá Sónia

Nós dispomos de dados de 2017, se precisar diga :)

Quanto ao catálogo, o mesmo (de leitura comum) encontra-se em produção. Temos apenas disponível o catálogo em braille neste momento. Não dispomos de mais nenhuma publicação. No entanto, merchandising temos imenso desde lápis e canetas, a jogos, guarda-chuvas, canecas, ...

Quanto ao plano de atividades, não lhe consigo responder neste momento pois estamos numa fase de transição e está a acontecer tudo conforme disponibilidade e recursos.

Relativamente às formações, a equipa encontra-se pontualmente a fazer diversas formações. Promovidas pelo museu, neste momento não estão programadas.

Espero ter ajudado!

Atentamente,

PO.RO.S – Museu Portugal Romano em Sicó

Edifício da Quinta de S. Tomé
Av. Bombeiros Voluntários de Condeixa-a-Nova, n.º 41
3150-160 Condeixa-a-Nova
Telf. 239 949 122

Visite-nos no nosso [Site](#) , [página de facebook](#) ou [Instagram](#) .

De: "sónia vicente"

Enviar: domingo, 28 de Março de 2021 20:50

Para: "info@poros.pt" <info@poros.pt>

Assunto: RE: Solicitação: números de visitantes do museu PO.RO.S

Bom dia,

muito grata pelos dados fornecidos.

Não tem dados de 2017, como o museu foi inaugurado em 2017, faz sentido colocar esses dados

Gostava de esclarecer mais uma ou duas coisitas, pois nas visitas que fiz ao PO.RO.S não recolhi.

O Museu PO.RO.S possui publicação relativa à exposição permanente - Catálogo? e outras publicações para venda ao público? tem merchandising?

No plano de atividades: quais as ações dirigidas ao público juvenil e as dirigidas aos públicos em geral. Há Ações de formação para este ano?

desculpem mais este questionário, mas dei conta que a documentação recolhida não faz menção a estes pormenores.

Grata,

Sónia

De: info@poros.pt <info@poros.pt>

Enviado: 23 de março de 2021 14:31

Para: sónia vicente

Assunto: re: Solicitação: números de visitantes do museu PO.RO.S

Boa tarde Sónia,

Quanto à informação que nos pede, informamos então:

2018 - 13 727

2019 - 15 704

2020 - 5934

Esperamos que a informação seja útil.

Pela equipa do Museu PO.RO.S,

PO.RO.S – Museu Portugal Romano em Sicó

Edifício da Quinta de S. Tomé

Av. Bombeiros Voluntários de Condeixa-a-Nova, n.º 41

3150-160 Condeixa-a-Nova

Telf. 239 949 122

Visite-nos no nosso [Site](#) , [página de facebook](#) ou [Instagram](#) .

De: "sónia vicente"

Enviar: quarta-feira, 17 de Março de 2021 21:56

Para: "info@poros.pt" <info@poros.pt>, "geral@cm-condeixa.pt" <geral@cm-condeixa.pt>

Assunto: Solicitação: números de visitantes do museu PO.RO.S

Ex.mo(a) Sr(a). Vereador(a) da Cultura

da Câmara Municipal de Condeixa-a-Nova

Ex.ma Sr.(a) Diretora do Museu PO.RO.S

Encontro-me a realizar o projeto de Mestrado em **Património Cultural e Museologia** na Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, com o objetivo de elaborar uma proposta museológica para o Sítio Arqueológico de Simão em Penela, projeto onde sou a arqueóloga responsável.

Para o capítulo de análise do Património Arqueológico visitável na região do Sicó, área onde nos inserimos, venho solicitar informação relativa ao número de visitantes do Museu PO.RO.S em 2018, 2019 e 2020 (apesar da pandemia); gostaria de contar com a vossa ajuda, dado tratar-se de um trabalho académico.

Certa da vossa melhor atenção,

Com os melhores cumprimentos

Sónia Vicente

Arqueóloga

Anexo VII -Emails com informação solicitada para a caracterização do complexo Monumental do Santiago da Guarda

COMPLEXO MONUMENTAL DE SANTIAGO DA GUARDA (2015-2020)						
Visitantes	2015	2016	2017	2018	2019	2020
Janeiro	96	127	240	78	237	505
Fevereiro	289	498	196	362	611	2221
Março	306	328	320	209	119	75
Abril	246	527	510	263	246	
Maiο	754	470	312	312	151	5
Junho	171	227	359	224	359	111
Julho	1359	1192	2020	1724	965	157
Agosto	309	241	447	680	346	418
Setembro	1155	1372	3085	7122	4884	214
Outubro	113	266	365	491	0	141
Novembro	521	425	192	162	199	57
Dezembro	70	93	197	133	222	
Total	5389	5766	8243	11760	8339	3904

De:

Enviado: 11 de junho de 2021 10:24

Para: sónia vicente

Assunto: Re: regulamento interno do Complexo Monumental

Bom dia,

Que saiba, não há um documento específico deste monumento, mas irei averiguar.

No portal do Município de Ansião há um documento geral e como são colaboradores da ADILCAN que constituem a equipa de turismo (que assegura o Complexo Monumental e o Posto de Turismo), posso enviar-te o manual de acolhimento criado para os estagiários do CPT de Turismo (para dobrar em forma de livro e imprimir frente e verso, por isso os capítulos não estão seguidos).

Bjinhos,

De: "sónia vicente"

Para:

Enviadas: Quinta-feira, 10 De Junho de 2021 18:39:48

Assunto: regulamento interno do Complexo Monumental

Boa tarde,

confirma-me, por favor, há algum regulamento interno do Complexo Monumental, onde estejam definidos missão valores, visão objetivos etc, etc?

Desculpa mais esta pergunta.

Sónia

De:

Enviado: 14 de abril de 2021 16:32

Para: sónia vicente

Assunto: Visitantes do Complexo Monumental de Santiago da Guarda - 2017

Olá, Sónia!

Seguem totais de 2017.

Quanto às atividades, seguem algumas informações gerais:

Atividades para público em geral:

- Inauguração de Festa da Amizade / Feira de Artesanato - julho (colaboração com CAAS - Centro de Amizade e Animação Social de Santiago da Guarda)
- Mercado Romano - setembro (organização: Município de Ansião) - desde 2016 (não se realizou e

- Congressos / Conferências (Arte, arqueologia, História, ...)
- Workshop de Mosaico Romano - Município de Ansião de forma autónoma ou inserido no Mosaico LAB (MM Conímbriga) - diferentes públicos
- Provas ou lanches de produtos endógenos para grupos
- Recebimento de atletas do Trail Conímbriga - Terras de Sicó (colaboração com Junta de Freguesia de Santiago da Guarda) - habitualmente em fevereiro (cerca de 2000 pessoas em fevereiro 2020)
- Espetáculo de marionetas (O Tesouro do Castelo Melhor);
- Caça ao Tesouro - colaboração com Rede de Castelos e Muralhas do Mondego (Ciência Viva) - 2017 (com participação da Liga Portuguesa de Combate Medieval)

O espaço também é utilizado para ações de formação, receções de casamento, ... (arrendamento do espaço à hora).

Atividades para públicos escolares:

- Espetáculo de Marionetas;
- Visita à Oficina de Arqueologia;
- Caça ao Tesouro;
- "Halloween no 'Castelo'!" (Palco dos Sentidos, 2018)
- Visitas guiadas específicas;
- Jogos tradicionais romanos (durante o Mercado Romano) e Workshop de Mosaico Romano (equipas de Turismo, CLDS e Biblioteca Municipal - de Ansião);
- Mosaico Romano - Mosaico LAB
- Contos, Espetáculo de Marionetas, Caça ao Tesouro, "Vestir o Rei" - Férias em Movimento 2017, 2018, 2019, 2020 - com CLDS e Palco dos Sentidos.

Exposições diversas, que não se realizam desde a musealização do espaço. Até 2019 a exposição das fotografias candidatas ao concurso "Olhar Ansião"; Em 2018 uma exposição comemorativa do centenário da 1ª Guerra Mundial, ...

Espero ter ajudado.

De: "sónia vicente"

Para:

Enviadas: Domingo, 28 de março de 2021 20:22:24

Assunto: RE: Visitantes do Complexo Monumental de Santiago da Guarda - 2019 (mensal, nacionalidade / distrito)

Boa tarde

Do plano de atividades Monumental do Complexo gostava de saber quais as atividades globais e as que estão orientadas para o público escolar.

ainda os eventos em que o Complexo participa. não preciso de números de publico nem número de grupos.

Confirma-me, por favor: não há publicação sobre o complexo, ou seja, uma monografia do sítio arqueológico, apenas artigos em publicações, mas que não se encontram à venda aí.

Obrigada, beijinhos

Sónia

De:

Enviado: 26 de março de 2021 18:16

Para: sónia vicente

Assunto: Re: Visitantes do Complexo Monumental de Santiago da Guarda - 2019 (mensal, nacionalidade / distrito)

Tenho os inquéritos do INE em que colocamos os serviços para públicos escolares e outros, mas vou tentar algo mais específico para dia 1 de abril, pois de 30 a 31 tenho outros trabalhos para enviar... enviarei informação mais detalhada (espetáculos de marionetas, caças ao tesouro, halloween, ...). O plano de atividades é geral, mas tentarei a informação específica. Em 2020 ficou aquém do planeado!!!

De: "sónia vicente"

Para:

Enviadas: Sexta-feira, 26 De Março de 2021 16:51:07

Assunto: RE: Visitantes do Complexo Monumental de Santiago da Guarda - 2019 (mensal, nacionalidade / distrito)

obrigada pela ajuda.

Posso transformar o excel em gráfico?

Tenho a caracterização do Complexo a meio... tens algum sítio onde possa recolher informação sobre serviços disponibilizados aos visitantes e áreas de serviço existentes no edifício? têm Plano de atividades para o Complexo?

desculpa estar a pedir as coisas aos pouquinhos... mas dei conta que não tinha grande coisa para além das visitas que fiz e os flyers.

Beijinho e muito grata,

Sónia

De:

Enviado: 25 de março de 2021 17:36

Para: sónia vicente

Assunto: Visitantes do Complexo Monumental de Santiago da Guarda - 2019 (mensal, nacionalidade / distrito)

Olá, Sónia.

Seguem os dados de 2019, por nacionalidade e distrito.

Quando registamos diferentes regiões é porque durante eventos não dá para registar especificamente o distrito de origem ou porque eventualmente há grupos de visitantes de diferentes distritos - ver caso de junho 2019 - anexo folha de registo, para veres o caso dos professores que não especificaram se eram de Sul, Centro ou Norte!

De:

Enviado: 18 de março de 2021 17:28

Para: sónia vicente

Assunto: Re: Visitantes do Complexo Monumental de Santiago da Guarda - 2018

Boa tarde, Sónia.

consigo a informação de 2018 e de 2019 igual à de 2020: por país para estrangeiros e por distrito para os nacionais.

Quando temos eventos como o Mercado Romano, por vezes é complicado ter o registo específico de país ou distrito de origem.

De: "sónia vicente"

Para:

Enviadas: Quinta-feira, 18 De Março de 2021 17:08:38

Assunto: RE: Visitantes do Complexo Monumental de Santiago da Guarda - 2018

Boa tarde, se for dar muito trabalho deixa, faço uma abordagem genérica aos visitantes. Diz-me só uma coisa qual é a área de onde vêm os vossos visitantes: Só região centro, região Centro e Sul, ou região centro e norte? Distrito de Leiria para baixo ou mesmo distrito de Aveiro e Coimbra. é neste sentido que eu preciso de informação também.

Muito obrigada, Sónia

De:**Enviado:** 18 de março de 2021 16:29**Para:** sónia vicente**Assunto:** Re: Visitantes do Complexo Monumental de Santiago da Guarda - 2018

Olá, Sónia.

Desse período, temos um estudo do perfil dos visitantes por grupo etário e concelho / país de origem realizado por uma estagiária, mas eu teria de verificar de novo os dados enviados por ela, pois na altura notei algumas discrepâncias. Penso que foram os dados de 2018, pois ela terminou o estágio em 2019.

De:**Enviado:** 18 de março de 2021 13:39**Para:** sónia vicente**Assunto:** Visitantes do Complexo Monumental de Santiago da Guarda - 2018

Olá, Sónia.

Seguem os dados dos visitantes nacionais e estrangeiros em 2018.

De: "sónia vicente"**Para:** "geral" <geral@cm-ansiao.pt>**Enviadas:** Quarta-feira, 17 De Março de 2021 21:40:00**Assunto:** Solicitação de número de Visitantes do Complexo Monumental de Santiago da Guarda

Ex.mo(a) Sr(a). Vereador(a) da Cultura da Câmara Municipal de Ansião

Encontro-me a realizar o projeto de Mestrado em Património Cultural e Museologia na Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, com o objetivo de elaborar uma proposta museológica para o Sítio Arqueológico de Simão em Penela, e do qual sou a arqueóloga responsável.

Para o capítulo de análise do Património Arqueológico visitável na região do Sicó, área onde nos inserimos, venho solicitar informações relativa ao número de visitantes do Complexo Monumental de Santiago da Guarda em 2018, 2019 e 2020 (apesar da pandemia); gostaria de contar com a vossa ajuda, dado tratar-se de um trabalho académico.

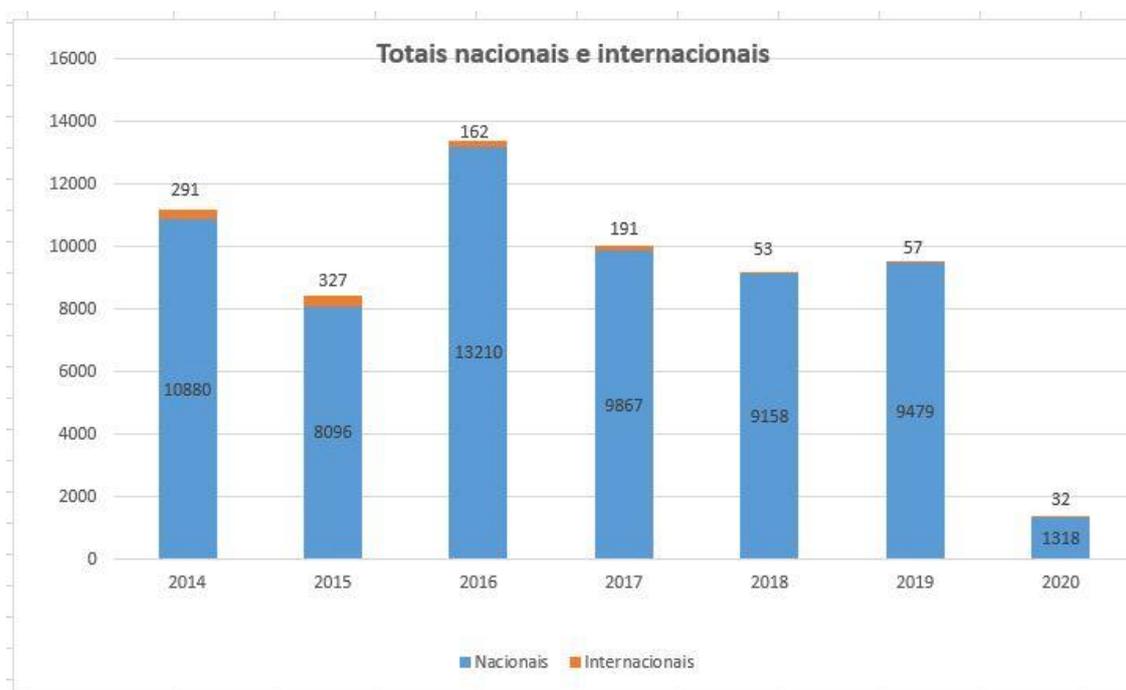
Certa da vossa melhor atenção,

Com os melhores cumprimentos

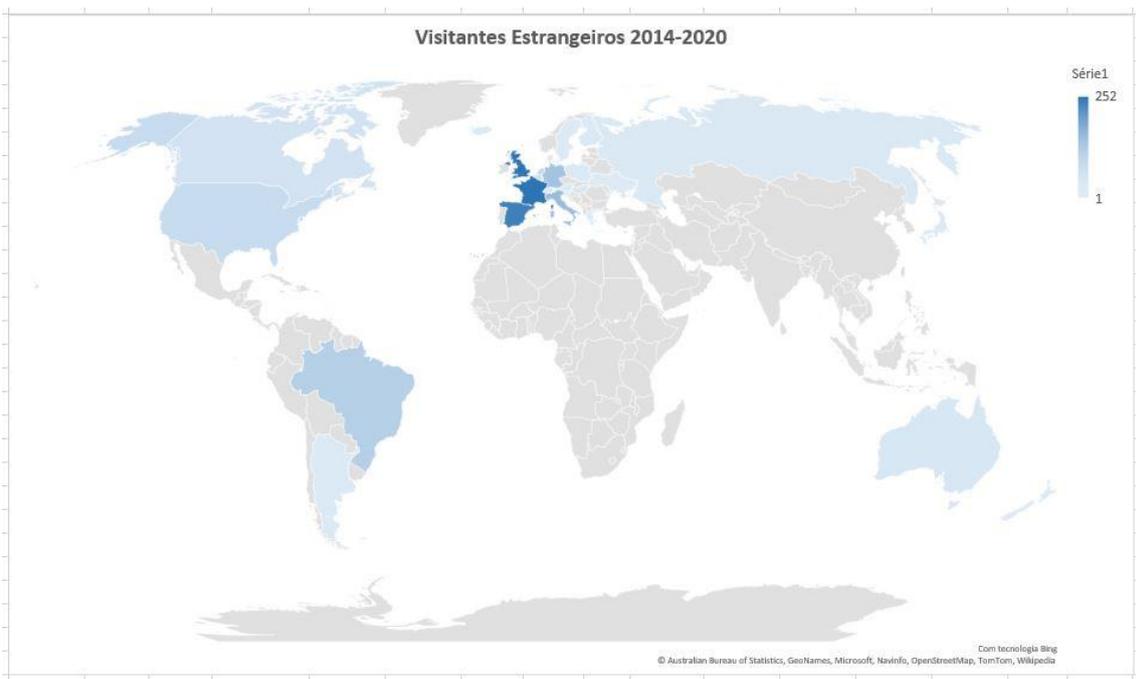
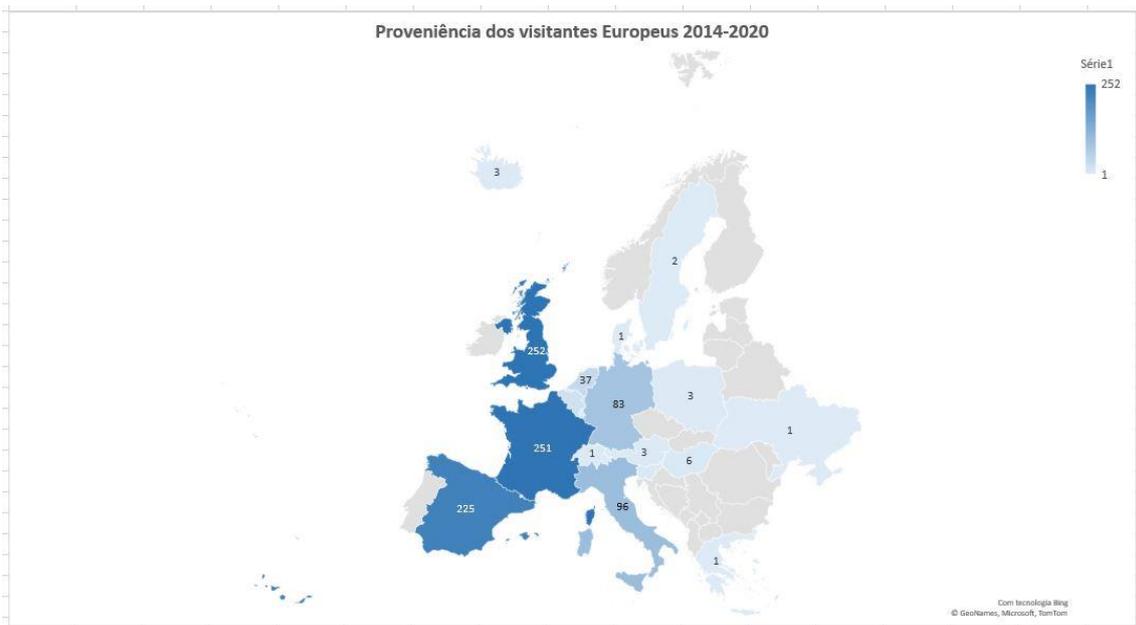
Sónia Vicente

Arqueóloga

Anexo VIII - Gráficos e grelhas de visitantes do Museu da Villa Romana do Rabaçal







Anexo IX - Excerto do Regulamento do Museu da Villa Romana do Rabaçal _2006



REGULAMENTO INTERNO DO MUSEU DA *VILLA* ROMANA DO RABAÇAL



Rabaçal

2006



Preâmbulo

A *Villa* romana do Rabaçal é um museu polinucleado, repartido por três pólos principais: Espaço-museu, núcleo-sede, com receção, sala de leitura, estudo e documentação, sala de reserva e tratamento de materiais e salas de exposição dos achados, situado na Rua da Igreja no Rabaçal, sede de freguesia do mesmo nome, do concelho de Penela; Estação arqueológica da *Villa* tardo-romana, datada do séc. IV d.C., onde foram identificadas a *pars urbana* ou residência senhorial, o balneário, a *pars rustica* ou casa da lavoura, as nascentes e os sistemas elevatórios de água, junto à aldeia da Ordem, dotada de edifício de apoio com receção, salas de apoio à visita e aos trabalhos arqueológicos, reserva e sanitários; Vista panorâmica do Miradouro de Chanca, dotado de painel explicativo sobre diferentes pontos de interesse na paisagem, constituindo-se como um olhar sobre diferentes tempos de ocupação.

Após o início das escavações sistemáticas por um grupo de voluntários, em 1984, sucederam-se muitos anos de trabalho, com o apoio logístico da Câmara Municipal de Penela, outras instituições e população local, muito empenho científico e milhares de horas de labor voluntário. Este envolvimento deu lugar a um discurso museológico mobilizador apoiado em três pilares: população, autarquia e investigadores, assumindo a forma de desafio denominado por “triângulo de sobrevivência do projecto”, o qual, segundo o sociólogo Dan Bernfeld, assume três vertentes: a formação e o emprego local; a habitação e a qualidade de vida; a identidade e a abertura cultural. Foi então iniciado o processo de aquisição dos terrenos inicialmente disponibilizados pelos pequenos proprietários. Os materiais recolhidos tiveram de ser guardados por elementos da população até ao momento em que foi cedido o Salão Nobre da Junta de Freguesia do Rabaçal, no qual foi instalada a primeira exposição / mostra. Esta reserva visitável dos materiais, até então recolhidos nos trabalhos de escavação arqueológica, foi aberta ao público, naquele espaço, em 1993. Foi, entretanto, criada a Associação de amigos da *Villa* romana do Rabaçal, que preparou o catálogo provisório e a definição dos espaços do futuro museu.

Daí que por deliberação da Câmara Municipal de Penela, de 17 de Agosto de 1998, tenha sido votada favoravelmente a construção do Espaço-museu da *Villa* romana do Rabaçal, o qual foi aberto ao público em Maio de 2001.

Antes, em 1997/1998, no núcleo da Estação Arqueológica, tinha sido aberto ao público o edifício de apoio com receção, sala de interpretação e reserva. Este mesmo projecto contemplou a instalação da vedação da *pars urbana*, graças a uma candidatura apresentada à comunidade europeia, em parceria com responsáveis pelas *Villae* romanas de Palazzo Pignano (Milão, Lombardia, Itália) e Valdetorres de Jarama (Castela, Espanha).



A descoberta do balneário da *Villa* ocorreu nas campanhas realizadas entre 1998 e 2001. Os trabalhos na área rústica decorreram, numa primeira fase entre 1993 e 1997, e, numa segunda fase, desde 2002, com continuação na actualidade.

CAPITULO I

- Artigo 1º - Colecções

O núcleo do Espaço-museu da *Villa* romana do Rabaçal possui, fundamentalmente, colecções arqueológicas do período romano, provenientes das escavações arqueológicas, aqui realizadas desde 1984 e com continuação na actualidade. Estas estão divididas em seis grandes grupos (A Pedra, O Metal, A Cerâmica, O Vidro, O Homem e a Mulher e Uma Obra Inacabada) dos quais destacamos os **Revestimentos Parietais**, em mármore e calcário, do Século IV d. C., a **Colecção Numismática**, dos séculos II d.C. até ao século V d.C., a **Cerâmica de Construção, a Cerâmica comum e de Importação**, dos séculos III d.C. a V d.C., o **Vidro**, nas suas diversas aplicações no mosaico, na louça fina e no adorno, e os restos osteológicos.

Fazem, ainda, parte do acervo alguns materiais etnográficos, artísticos (pintura, mosaico e fotografia) e bibliográficos.

- Artigo 2º - Localização

A estação arqueológica situa-se junto ao lugar da Ordem, aglomerado contíguo à povoação do Rabaçal. Dista 1000 metros do núcleo do Espaço-museu da *Villa* romana do Rabaçal, situado este na Rua da Igreja, 3230-544 Rabaçal.

Os números de telefone e fax são: Tel. 239561856; Fax. 239561857.

O e-mail é: museu.rabacal@cm-penela.pt.

O site é: www.cm-penela.pt.

- Artigo 3º - Enquadramento Orgânico



O museu polinucleado da *Villa* romana do Rabaçal é uma instituição hierarquicamente dependente do Sector de Acção Social e Cultural da Câmara Municipal de Penela.

- Artigo 4º - Vocação

1. O acervo da *Villa* romana do Rabaçal é essencialmente constituído pelas estruturas arqueológicas (área residencial, balneário, casa da lavoura e nascentes) e pelas colecções de cariz arqueológico provenientes, na sua grande maioria, da escavação da *Villa* romana do Rabaçal e de outros sítios arqueológicos do concelho de Penela.
2. O Museu polinucleado da *Villa* romana do Rabaçal tem como principal vocação estudar, documentar, conservar e divulgar as estruturas arquitectónicas da *pars urbana*, balneário, *pars rustica* e nascentes, bem como as colecções arqueológicas, e colocá-las ao serviço da população e dos públicos.

- Artigo 5º - Objectivos

Os objectivos do Museu polinucleado da *Villa* romana do Rabaçal são:

- a) A recolha, conservação, estudo, inventariação e divulgação do espólio existente na instituição, bem como a incorporação de todos os espécimes museológicos que se considerem de interesse relevante para a preservação das memórias da população do concelho de Penela;
- b) A salvaguarda do património móvel e imóvel do concelho, promovendo acções de valorização e preservação do mesmo;
- c) A investigação multidisciplinar, que permita um melhor e mais abrangente conhecimento das gentes e actividades do concelho, actuais ou extintas;
- d) Promover, designadamente através de exposições, colóquios, seminários, publicações, visitas guiadas e conferências o conhecimento dos bens culturais que constituem o respectivo acervo;
- e) O estabelecimento de um programa de divulgação, posto em prática através de iniciativas abrangentes, de forma a contribuir para o desenvolvimento local;

Anexo X - Normas de Conservação e Restauro (Excertos_ Índice)



**NORMAS E PROCEDIMENTOS DE CONSERVAÇÃO PREVENTIVA
DO MUSEU DA *VILLA* ROMANA DO RABAÇAL**



Rabaçal

2006

Praça do Município 3230-253 Penela PORTUGAL ♥ tel.: 239 560 120 · fax: 239 569 400 ♥ e-mail: cmpenela@cm-penela.pt ♥ www.cm-penela.pt



Índice

- I. **Caracterização do museu polinucleado**
 1. **Caracterização dos núcleos**
 - 1.1. Localização
 - 1.2. Clima
 - 1.3. Implantação no terreno e envolvente
 - 1.4. Estação arqueológica, edifício do museu e seu estado de conservação
 - 1.5. Adequação às colecções
 2. **Caracterização do monumento, do acervo e das colecções**
 - 2.1. A Villa romana
 - 2.2. Colecções
 - 2.3. Estado de conservação
 - 2.4. Localização das colecções
 3. **Caracterização dos recursos humanos**
 - 3.1. Relação do pessoal e suas categorias
 - 3.2. Recursos internos e externos
 - 3.3. Formação profissional contínua e actualização
 4. **Caracterização das áreas de acesso ao monumento, à exposição da colecção e vista panorâmica**
 - 4.1. Percurso de visita no campo arqueológico
 - 4.2. Áreas expositivas
 - 4.3. Miradouro de Chanca
 - 4.4. Áreas de reserva
 - 4.4.1. Reserva do Espaço-museu
 - 4.4.2. Recepção, Área expositiva e Reserva do edifício de apoio à estação arqueológica
 - 4.5. Outros espaços
 5. **Público**
- II. **Avaliação de riscos**
 1. **Edifício**
 2. **Acervo**
 3. **Factor humano**



III. Normas e procedimentos

1. Segurança

2. Monitorização ambiental e biológico

2.1. Luz

2.2. Humidade relativa e temperatura

2.3. Poluentes

2.4. Controlo Biológico

3. Manutenção de equipamentos e espaços

4. Materiais, equipamentos e sistemas de exposição e reserva

4.1. Exposição do sítio arqueológico, do espaço-museu e miradouro de Chanca

4.2. Reservas

4.2.1. Reserva do Espaço-Museu

4.2.2. Reserva do edifício de apoio à estação arqueológica

5. Limpeza de espaços, equipamento e acervo

5.1. Espaços e equipamentos

5.2. Acervo da estação arqueológica e do espaço-museu

6. Circulação de bens culturais

6.1. Manuseamento

6.2. Circulação interna

6.3. Circulação externa

7. Formação de recursos humanos

8. Público

Anexos

Humidade relativa e temperatura

Materiais de armazenamento, acondicionamento e exposição



I. Caracterização do museu polinucleado

O museu da *Villa* romana do Rabaçal é composto por 3 núcleos principais: Espaço-museu, com acolhimento, sala de leitura, estudo, reserva, tratamento e exposição dos achados, situado na Rua da Igreja, no Rabaçal, sede de freguesia do mesmo nome, concelho de Penela; Estação arqueológica da *Villa* romana do Rabaçal, composta de palácio romano, balneário, casa de lavoura e nascentes, situada na aldeia da Ordem, dotada de edifício de apoio com recepção, salas de apoio à visita e aos trabalhos arqueológicos, reserva e sanitários; Vista panorâmica do Miradouro de Chanca, dotada de painel explicativo com um olhar sobre diferentes tempos de ocupação.

Após o início das escavações sistemáticas, por um grupo de voluntários constituído por arqueólogos, geólogos, técnicos de conservação e restauro, jovens e pessoas de outras profissões, em 1984, sucederam-se muitos anos de trabalho, com o apoio logístico da autarquia de Penela e muito empenho científico e milhares de horas de labor voluntário que deu lugar a um discurso museológico mobilizador apoiado em três pilares: população, autarquia e investigadores. Foi então iniciado o processo de aquisição dos terrenos inicialmente disponibilizados pelos pequenos proprietários.

Os materiais recolhidos tiveram de ser guardados por elementos da população até ao momento em que foi cedido o Salão Nobre da Junta de Freguesia do Rabaçal, sendo nele instalada a primeira exposição / mostra, nesta reserva visitável do acervo, aberta ao público, em 1993. Foi nessa altura criada a Associação de amigos da *Villa* romana do Rabaçal que preparou o catálogo provisório e a definição dos espaços do futuro museu. Daí que por deliberação da Câmara Municipal de Penela, de 17 de Agosto de 1998, tenha sido votada favoravelmente a construção do Espaço-museu da *Villa* romana do Rabaçal, o qual foi aberto ao público em Maio de 2001. Em 1998, no núcleo da Estação Arqueológica, tinha sido aberto ao público o edifício de apoio com recepção, sala de interpretação, sanitários e reserva. Este mesmo projecto contemplou a instalação da vedação da *pars urbana*, graças a uma candidatura apresentada à comunidade europeia, em parceria com responsáveis pelas *Villae* romanas de Palazzo Pignano, Milão, Lombardia, Itália, e Valdetorres de Jarama, Castela, Espanha.

A descoberta do balneário da *Villa* ocorreu nas campanhas realizadas entre 1998 e 2001. Os trabalhos na área rústica decorreram, numa primeira fase entre 1993 e 1997, e, numa segunda fase, desde 2002 com continuação na actualidade.

1. Caracterização dos núcleos

1.1. Localização



A *Villa* romana do Rabaçal é uma estação arqueológica do período tardo-romano, datada da segunda metade do séc. IV d.C., e vem sendo descoberta desde 1984, no local dos Moroços, em terrenos de sementeira e olival, junto ao lugar da Ordem, a cerca de 1000 metros do centro da povoação do Rabaçal, onde foi construído o museu de sítio arqueológico ou espaço-museu, junto à Igreja Matriz de Santa Maria Madalena. Rabaçal é sede de freguesia do mesmo nome, do concelho de Penela.

O Espaço-museu da *Villa* Romana do Rabaçal situa-se na Rua da Igreja, 3230-544 Rabaçal, freguesia de Rabaçal, concelho de Penela, distrito de Coimbra. Tem, a norte, o Centro de Promoção Turística (Pousada) com três pisos; a este, campo agrícola; a sul, habitação familiar de dois pisos; a oeste, rua pública

O miradouro de Chanca localiza-se a meio da encosta do monte de Maria Pares, a céu aberto, apresentando muro de suporte e parapeito de protecção sobre a ravina, bancos de repouso e painel informativo sobre a paisagem circundante.

1.2. Clima

Os dados climatológicos do Rabaçal eram conhecidos apenas através dos dados gerais para a região. Devido à falta de registos próximos do local, foi aqui instalada, em 2005, uma estação meteorológica, em colaboração com o Departamento de Ciências da Terra da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra, a Rede Portuguesa de Museus, a Associação de Amigos da *Villa* romana do Rabaçal e o Município de Penela. É com base nesses registos que nos é possível referir já alguns dados.

No período de Outubro a Março a temperatura mínima atinge frequentemente valores inferiores a 4°C (temperatura de congelação da água), podendo atingir temperaturas de -5°C. As temperaturas máximas neste período oscilam entre 10 e 20°C. De Abril a Setembro as temperaturas mínimas apresentam valores de cerca de 10°C e as máximas são frequentemente superiores a 30°C, atingindo esporadicamente 40°C.

A precipitação anual média é de cerca de 1000mm e os ventos são predominantes de NNW e com menor incidência de WNW.

Devido à presença de uma fracção argilosa significativa no solo este atinge facilmente a saturação, com valores de teor de humidade superiores a 50% de água.

1.3. Implantação no terreno e envolvente



A aldeia do Rabaçal, lugar da Ordem e encosta de Chanca/Maria Pares localizam-se na vertente este da serra cársica de Sicó. Os terrenos das áreas envolventes são constituídos, essencialmente, de calcário margoso e margas.

Não há até ao momento registo de intensidade sísmica significativa e, por outro lado, também não se fizeram sentir cheias maiores.

A estação arqueológica e o espaço-museu encontram-se a uma altitude de cerca de 180 metros, enquanto que o miradouro de Chanca se situa a 350 metros acima do nível da água do mar.

1.4. Estação arqueológica, edifício do museu e seu estado de conservação

O edifício de apoio aos visitantes e aos trabalhos arqueológicos foi construído, em 1998, à entrada da *villa* romana com projecto de arquitectura dos arq.^{tos} Aristides Lourenço e Rui Alves e programa coordenado pelo arqueólogo/museólogo Miguel Pessoa. Na construção utilizou-se essencialmente betão, tijolo, vidro, alumínio e madeira nos acabamentos. O edifício é constituído por um piso térreo, dividido em cinco compartimentos fechados (bilheteira, sala de interpretação, dois sanitários e reserva) pala de entrada, pala de alpendre ao correr de toda a fachada, esplanada e bebedouro. A cobertura é um piso esforçado e com acabamento de seixo e tela plástica.

O edifício do espaço-museu foi criado de raiz a partir de 1999, segundo programa museológico coordenado pelo arqueólogo/museólogo Miguel Pessoa, antropólogo/museólogo Lino Rodrigo e historiadora de arte Sandra Steinert Santos, com projecto de arquitectura do Arq.^{to} Rui Alves, no âmbito da Câmara Municipal de Penela. Aqui existiu a residência do Juiz Desembargador Lúcio Augusto Xavier de Lima (f.1897), a qual foi adaptada, no início do século XX, a Casa do Passal. Por não corresponder às necessidades de um espaço para museu, a mesma foi demolida em 1999 e levantado o presente edifício. Na construção utilizou-se essencialmente betão, tijolo, e vidro, alumínio e madeira nos acabamentos. O edifício é constituído por dois pisos. O piso superior pode ser acedido através de rampa por pessoas com dificuldades de locomoção.

O espaço do Miradouro de Chanca, a céu aberto, apresenta muro de suporte e protecção sobre a ravina, painel com indicações sobre a paisagem envolvente. É constituído por esplanada, bancos corridos e caldeiras para árvores em alvenaria local e pedra polida nos acabamentos a fim de resistir bem. Foi aberto ao público no ano de 2002.

1.5. Adequação às colecções

No piso inferior do edifício do Espaço-museu, após a entrada/recepção, foi criado, em espaço amplo, uma sala polivalente para acolher exposições temporárias. Aqui se encontra exposto, em

Anexo XI - Protocolo de Colaboração com o Departamento Antropologia da Universidade de Coimbra



FACULDADE DE
CIÊNCIAS E TECNOLOGIA
UNIVERSIDADE DE
COIMBRA

Protocolo de Colaboração entre o Município de Penela e a Universidade de Coimbra

Considerando que,

- O Município de Penela tem por atribuição promover a salvaguarda, conservação e reabilitação do património cultural localizado no território do município, sendo do seu interesse e das suas populações a integração desse património numa política de desenvolvimento sustentável;
- O Departamento de Ciências da Vida da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra constitui uma instituição de reconhecida capacidade científica, técnica e humana para investigar a variabilidade biológica, cultural e social do Homem, estando previstas nas suas atribuições a prestação de serviços a entidades que dela necessitem;
- Constitui competência da Câmara Municipal colaborar no apoio a projetos de interesse municipal em parceria com entidades da administração central, nos termos da alínea r), do nº 1, do artigo 33º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, tendo por objetivo salvaguardar, conservar e promover o estudo do património arqueológico em condições de suporte técnico e científico adequado.

ENTRE

O **Município de Penela**, NIPC 506778037, com sede na Praça do Município, 3230-253 Penela, representado pelo Presidente da Câmara Municipal, Luís Filipe da Silva Lourenço Matias, residente em Cumeeira, concelho de Penela, adiante designado como Primeiro Outorgante ou MUNICÍPIO,

E

A **Universidade de Coimbra**, pessoa coletiva nº 501 617 582, com sede no Paço das Escolas, através da sua Faculdade de Ciências e Tecnologia (Departamento de Ciências da Vida), representada pelo Diretor da Faculdade, Professor Doutor Paulo Eduardo Aragão Aleixo e Neves de Oliveira, no uso da competência delegada no Despacho n. 0 12060/2015, de 27 de outubro, adiante designado como Segundo Outorgante ou DCV-FCTUC,

É celebrado o presente protocolo que se rege pelas cláusulas seguintes:



FACULDADE DE
CIÊNCIAS E TECNOLOGIA
UNIVERSIDADE DE
COIMBRA

Cláusula Primeira

(Objeto)

O presente Protocolo tem por objeto o estabelecimento dos termos e condições da cooperação entre o Município de Penela e o Departamento das Ciências da Vida -Faculdade de Ciência e Tecnologia da Universidade de Coimbra, no sentido de assegurar a assistência técnica necessária à preservação e estudo dos vestígios osteológicos descobertos no concelho de Penela, em trabalhos arqueológicos. A Professora Ana Maria Silva será a responsável e coordenadora dos estudos antropológicos, em representação do DCV-FCTUC.

Clausula Segunda

(Modos de Cooperação)

A assistência técnica será garantida nos seguintes domínios:

- a) Levantamento, estudo e conservação dos referidos achados osteológicos;
- b) Aconselhamento aos projetos.

Clausula Terceira

(Levantamento, Estudo e Conservação)

1. O Departamento de Ciências da Vida prestará colaboração no âmbito da assistência técnica ao levantamento, estudo e conservação dos vestígios osteológicos provenientes do concelho de Penela.
2. No caso de se revelar necessária a conservação/recuperação física de qualquer achado, o Departamento de Ciências da Vida encarregar-se-á da sua execução, a ser efetuada nas instalações do mesmo.
3. O Município responsabilizar-se-á pelo transporte, alojamento e refeições dos técnicos/estudantes indicados para o levantamento e estudo dos vestígios osteológicos, bem como pelo transporte para o Departamento de Ciências da Vida dos vestígios sujeitos a intervenção, nos termos do número anterior.
4. Nos termos do presente artigo, sempre que se mostre necessário para a recuperação do achado a aquisição de algum material ou produto que pela sua natureza não possa ser suportado pelo Departamento



FACULDADE DE
CIÊNCIAS E TECNOLOGIA
UNIVERSIDADE DE
COIMBRA

de Ciências da Vida, o Município de Penela será responsável, à sua escolha, pelo pagamento do preço da aquisição ou fornecimento direto do produto.

5. A aquisição de material ou produto nos termos do previsto no número anterior será sempre condicionada a aviso e a acordo prévio entre o Município de Penela e a Universidade de Coimbra.

Clausula Quarta

(Aconselhamento aos projetos)

1. O Departamento de Ciências da Vida prestará colaboração no âmbito do aconselhamento necessário ao desenvolvimento e implementação dos projetos de investigação, promoção e divulgação julgados oportunos e necessários, garantindo a otimização das condições de conservação dos achados e a sua salvaguarda e promoção a longo prazo.

2. O aconselhamento previsto no número anterior será concedido de forma gratuita.

Clausula Quinta

(Vigência)

1. O presente Protocolo vigora pelo prazo de 12 (doze) meses, sem prejuízo do disposto no número seguinte, sendo automaticamente renovado por igual período se não for denunciado por qualquer das partes.

2. O presente Protocolo é livremente denunciável por qualquer das partes, bastando para tanto ser comunicada a intenção de denúncia com um aviso prévio de 60 (sessenta) dias.

Cláusula Sexta

(Dúvidas e casos omissos)

Todas as dúvidas e omissões suscitadas na execução do presente Protocolo serão resolvidas por acordo entre as partes ou com recurso aos princípios gerais da boa-fé da atuação administrativa.

O presente Protocolo tem início na data em que for outorgado por ambas as partes.



Penela, 23 de junho de 2021

O Primeiro Outorgante,

(Luís Filipe da Silva Lourenço Matias)

O Segundo Outorgante,

(Paulo Eduardo Aragão Aleixo e Neves de Oliveira)

Anexo XII - Protocolo de Colaboração com a Arqueologia

FACULDADE DE LETRAS
UNIVERSIDADE DE
COIMBRA**Protocolo de Colaboração entre o Município de Penela e a Universidade de Coimbra**

Considerando que,

- O Município de Penela tem por atribuição promover a salvaguarda, conservação e reabilitação do património cultural localizado no território do município, sendo do seu interesse e das suas populações a integração desse património numa política de desenvolvimento sustentável;
- O Departamento de História, Estudos Europeus, Arqueologia e Artes da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra constitui uma instituição de reconhecida capacidade científica, técnica e humana para investigar a variabilidade biológica, cultural e social do Homem, estando previstas nas suas atribuições a prestação de serviços a entidades que dela necessitem;
- Constitui competência da Câmara Municipal colaborar no apoio a projetos de interesse municipal em parceria com entidades da administração central, nos termos da alínea r), do nº 1, do artigo 33º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, tendo por objetivo salvaguardar, conservar e promover o estudo do património arqueológico em condições de suporte técnico e científico adequado.

ENTRE

O **Município de Penela**, NIPC 506778037, com sede na Praça do Município, 3230-253 Penela, representado pelo Presidente da Câmara Municipal, Luís Filipe da Silva Lourenço Matias, residente em Cumeira, concelho de Penela, adiante designado como Primeiro Outorgante ou MUNICÍPIO,

E

A **Universidade de Coimbra**, pessoa coletiva nº 501 617 582, com sede no Paço das Escolas, através da sua Faculdade de Letras (Departamento de História, Estudos Europeus, Arqueologia e Artes), representada pelo Diretor da Faculdade, Professor Doutor Rui Jorge Gama Fernandes, no uso da competência delegada no Despacho nº _____, de _____, adiante designado como Segundo Outorgante ou DHEEA -FLUC,

É celebrado o presente protocolo que se rege pelas cláusulas seguintes:



1 2



9 0

FACULDADE DE LETRAS
UNIVERSIDADE D
COIMBRA

Cláusula Primeira

(Objeto)

O presente Protocolo tem por objeto o estabelecimento dos termos e condições da cooperação entre o Município de Penela e o Departamento de História, Estudos Europeus, Arqueologia e Artes -Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, no sentido de assegurar a assistência técnica necessária à preservação e estudo dos vestígios osteológicos descobertos no concelho de Penela, em trabalhos arqueológicos. O/A Professor/a _____ será a responsável e coordenadora dos estudos arqueológicos, em representação do DHEEAA -FLUC.

Clausula Segunda

(Modos de Cooperação)

A assistência técnica será garantida nos seguintes domínios:

- a) Levantamento, estudo e conservação dos referidos achados arqueológicos;
- b) Aconselhamento aos projetos.

Clausula Terceira

(Levantamento, Estudo e Conservação)

1. O Departamento de Arqueologia prestará colaboração no âmbito da assistência técnica ao levantamento, estudo e conservação dos vestígios arqueológicos provenientes do concelho de Penela.
2. No caso de se revelar necessária a conservação/recuperação física de qualquer achado, o Departamento de Arqueologia encarregar-se-á da sua execução, a ser efetuada nas instalações do mesmo.
3. O Município responsabilizar-se-á pelo transporte, alojamento e refeições dos técnicos/estudantes indicados para o levantamento e estudo dos vestígios arqueológicos, bem como pelo transporte para o Departamento de Arqueologia dos vestígios sujeitos a intervenção, nos termos do número anterior.
4. Nos termos do presente artigo, sempre que se mostre necessário para a recuperação do achado a aquisição de algum material ou produto que pela sua natureza não possa ser suportado pelo Departamento de Arqueologia, o Município de Penela será responsável, à sua escolha, pelo pagamento do preço da aquisição ou fornecimento direto do produto.



1 2



9 0

FACULDADE DE LETRAS
UNIVERSIDADE DE
COIMBRA

5. A aquisição de material ou produto nos termos do previsto no número anterior será sempre condicionada a aviso e a acordo prévio entre o Município de Penela e a Universidade de Coimbra.

Clausula Quarta

(Aconselhamento aos projetos)

1. O Departamento de Arqueologia prestará colaboração no âmbito do aconselhamento necessário ao desenvolvimento e implementação dos projetos de investigação, promoção e divulgação julgados oportunos e necessários, garantindo a otimização das condições de conservação dos achados e a sua salvaguarda e promoção a longo prazo.
2. O aconselhamento previsto no número anterior será concedido de forma gratuita.

Clausula Quinta

(Vigência)

1. O presente Protocolo vigora pelo prazo de 12 (doze) meses, sem prejuízo do disposto no número seguinte, sendo automaticamente renovado por igual período se não for denunciado por qualquer das partes.
2. O presente Protocolo é livremente denunciável por qualquer das partes, bastando para tanto ser comunicada a intenção de denúncia com um aviso prévio de 60 (sessenta) dias.

Cláusula Sexta

(Dúvidas e casos omissos)

Todas as dúvidas e omissões suscitadas na execução do presente Protocolo serão resolvidas por acordo entre as partes ou com recurso aos princípios gerais da boa-fé da atuação administrativa.

O presente Protocolo tem início na data em que for outorgado por ambas as partes.



Penela, 23 de junho de 2021

O Primeiro Outorgante,

(Luís Filipe da Silva Lourenço Matias)

O Segundo Outorgante,

(Rui Jorge Gama Fernandes)

Anexo XIII - Excertos do Regulamento orgânico dos serviços Municipais de Penela

- d) **Carta Social** – caracterizando a realidade social do Município e planeando as metodologias mais adequadas de resposta às questões sociais nas suas diversas valências.
- e) **Planos Plurianuais e Programas Anuais de Atividades** — sistematizando objetivos e metas de atuação municipal, definem o conjunto de realizações, ações e empreendimentos que o Município pretenda levar à prática durante o período considerado.
- f) **Orçamento e Grandes Opções do Plano** — alocando os recursos financeiros adequados ao cumprimento dos objetivos e metas fixados no programa anual de atividades, constitui um quadro de referência da gestão económica e financeira do município.
5. A atividade dos Serviços Municipais será objeto de coordenação, controlo e avaliação periódicos por parte do executivo municipal, que para o efeito definirá o dispositivo técnico-administrativo de acompanhamento da execução dos planos e do cumprimento físico e financeiro dos programas, bem como o sistema de informação para a gestão, cujas componentes — indicadores estatísticos, relatórios de progresso e análise sectoriais, entre outros — devem refletir com clareza os resultados alcançados em cada objetivo, sob proposta dos serviços.

Artigo 3.º**Objetivos Gerais**

No desempenho das suas funções e tendo em vista o desenvolvimento económico-social do Município de Penela, os Serviços Municipais prosseguem os seguintes objetivos:

- a) Realização plena das ações e tarefas definidas pelos órgãos municipais, designadamente as constantes do Plano Plurianual de Investimentos, numa ótica de gestão por objetivos;
- b) Liderança no planeamento e consequente subordinação da gestão económico-financeira, obtendo índices máximos quantitativos e qualitativos na prestação de serviço às populações;
- c) Avaliação dos desempenhos e resultados obtidos, através da assunção dos sistemas de avaliação de desempenho das unidades orgânicas, dirigentes e trabalhadores, como instrumento de acompanhamento e avaliação do cumprimento dos objetivos estratégicos anuais e plurianuais e dos planos de atividades, dignificando a valorização cívica e profissional dos trabalhadores municipais;
- d) Planeamento, programação, orçamentação e controlo das atividades desenvolvidas, aproveitando os recursos disponíveis com vista a uma gestão equilibrada e moderna;
- e) Afetação preferencial e flexível dos recursos municipais às atividades a desenvolver e não diretamente às unidades orgânicas;
- f) Controlo de execução das atividades e contínua avaliação do desempenho, tendo em conta objetivos de eficácia, eficiência e qualidade;
- g) Progressiva descentralização de serviços e de delegação de competências;
- h) Responsabilização dos dirigentes pela gestão dos recursos sob sua responsabilidade, pela eficiência económica e social das respetivas unidades orgânicas e pelos resultados alcançados;

Artigo 4.º**Superintendência**

1. A superintendência e a coordenação geral dos Serviços Municipais competem ao Presidente da Câmara Municipal, nos termos da legislação em vigor.
2. Os vereadores exercem nesta matéria, as competências que lhes forem delegadas ou subdelegadas pelo Presidente da Câmara.
3. O Presidente da Câmara ou os vereadores podem delegar, ou subdelegar a sua competência no dirigente da respetiva unidade orgânica flexível, materialmente competente, nos termos da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.
4. A distribuição do pessoal por cada unidade ou subunidade orgânica é da competência do Presidente da Câmara Municipal ou do Vereador com competências delegadas em matéria de gestão de pessoal, sob proposta dos respetivos dirigentes e coordenadores.

- b) Garantir a gestão de stocks de materiais, procedendo aos competentes registos de entradas e saídas;
- c) Gerir as máquinas e viaturas, promovendo a sua regular manutenção;
- d) Propor a aquisição de novos equipamentos, materiais, máquinas e viaturas, elaborando os respetivos cadernos de encargos e especificações técnicas;
- e) Proceder à manutenção e conservação de equipamentos e infraestruturas municipais;

SECÇÃO III

DIVISÃO DE CULTURA, TURISMO, DESPORTO E JUVENTUDE

ARTIGO 33 °

Competências

A Divisão de Cultura, Turismo, Desporto e Juventude compreende os serviços de Cultura, Turismo, Desporto e Juventude, competindo-lhe, designadamente:

- a) Coordenar, organizar e operacionalizar a execução das respetivas atividades e a gestão das instalações e equipamentos municipais que lhe estão afetos;
- b) Acompanhar e avaliar o desenvolvimento de todas as atividades culturais;
- c) Coordenar ações de intercâmbio cultural com as cidades geminadas com Penela;

ARTIGO 34°

Cultura

Ao serviço de Cultura compete, designadamente:

1. No âmbito da Animação Cultural e Associativismo:

- a) Propor políticas e linhas de estratégia cultural do Município;
- b) Dinamizar a atividade cultural e os espaços de exposições do Município através da valorização, do apoio e da promoção de iniciativas nesta área, aferindo ainda o seu grau de eficiência e eficácia;
- c) Apoiar a ação dos agentes culturais do município, incentivando o associativismo, a preservação dos valores culturais tradicionais e o desenvolvimento cultural do concelho;
- d) Promover e desenvolver programas culturais através do estabelecimento de calendários de exposições, conferências, espetáculos e elaborar as respetivas candidaturas de financiamento;
- e) Propor o apoio municipal a edições comemorativas ou outras de manifesto interesse cultural;
- f) Elaborar propostas para otimização das instalações e equipamentos culturais, bem como organizar o ficheiro das associações, salas de espetáculo e outros espaços culturais, para fins de conservação, estatística e informação;
- g) Dar apoio e fomentar as artes tradicionais da região e promover estudos e edições para recolha e divulgação da cultura popular e tradicional.

2. No âmbito do Património e Museologia:

- a) Zelar pelo funcionamento dos espaços museológicos municipais;
- b) Promover e realizar atividades nos espaços museológicos destinadas aos serviços educativos;
- c) Proceder ao estudo, inventariação, preservação, conservação, classificação e divulgação do património natural, histórico, cultural e arqueológico do concelho facultando o acesso do público aos bens culturais do município;
- d) Dar parecer técnico aos projetos e acompanhar as obras que possam interferir com vestígios arqueológicos, colaborar com os particulares em ações de recuperação e reabilitação do património edificado e acompanhar processos de avaliação de impacte ambiental;
- e) Propor o estabelecimento de acordos de colaboração com as diversas entidades oficiais para a recuperação e ou valorização do diverso património museológico.

3. No âmbito da Biblioteca e Arquivo:

- a) Zelar pela administração e gestão adequada da Biblioteca Municipal;

- b) Definir e aplicar critérios de seleção, aquisição, tratamento técnico e conservação das coleções, fomentando o seu enriquecimento e atualização permanente, diversificando suportes e temáticas, de forma a satisfazer as necessidades de informação, cultura e lazer dos leitores;
- c) Definir processos de recuperação e exploração da informação, analisando e avaliando as necessidades informativas dos utilizadores, com vista à promoção da qualidade dos serviços prestados;
- d) Dinamizar e acompanhar a expansão da Rede de Leitura Pública nas escolas e nas freguesias, cooperando com organismos que prossigam objetivos similares, no domínio do livro e da leitura;
- e) Promover atividades de divulgação do livro para incentivo do gosto pela leitura e pelo conhecimento;
- f) Elaborar propostas e zelar pelo funcionamento adequado do Arquivo Municipal;
- g) Providenciar a instalação do espólio arquivístico municipal em condições adequadas e proceder à sua divulgação junto dos munícipes;
- h) Coordenar os processos de eliminação de documentação de acordo com a legislação em vigor;
- i) Organizar os fundos arquivísticos possibilitando a recuperação da informação;
- j) Promover contactos com outras entidades no sentido de obter, em regime de aquisição, depósito ou empréstimo, fundos documentais com interesse histórico;
- k) Exercer as demais funções que lhe forem superiormente fixadas.

ARTIGO 35º

Turismo

Ao serviço de Turismo compete, designadamente:

1. No âmbito da Animação Turística:

- a) Inventariar as potencialidades turísticas e promover a sua divulgação visando o desenvolvimento e a qualidade da oferta turística do concelho;
- b) Estabelecer contatos com entidades ligadas à atividade turística;
- c) Fornecer ao público toda a informação Municipal como sejam roteiros, mapas, publicações e outros materiais promocionais do Município;
- d) Divulgar e promover o artesanato local, alojamentos, atrações, serviços e outros recursos turísticos do Concelho.

2. No âmbito da Gestão de Infra-estruturas Turísticas:

- a) Zelar pela sua manutenção, garantindo o seu bom funcionamento;
- b) Desenvolver ações adequadas à sua valorização turística;
- c) Elaborar propostas destinadas à sua fruição;
- d) Exercer as demais funções que lhe forem confiadas;

ARTIGO 36º

Desporto e Juventude

Ao serviço de Desporto e Juventude compete, designadamente:

1. No âmbito das Infraestruturas Desportivas:

- a) Apresentar propostas para o desenvolvimento dos equipamentos e infra-estruturas desportivas (construção e/ou reconversão e normas de funcionamento);
- b) Dinamizar, criar e elaborar propostas sobre o desenvolvimento das instalações e equipamentos desportivos e recreativos assegurando a sua gestão e as boas condições de funcionamento;
- c) Gerir as instalações desportivas municipais, organizando e coordenando as atividades e utilização das mesmas e dos recursos humanos e materiais a elas afetos, elaborando os respetivos relatórios.

2. No âmbito da Dinamização Desportiva e Juventude:

- a) Planificar, promover e coordenar as ações que conduzam ao desenvolvimento desportivo do concelho, promovendo a realização de iniciativas desportivas com as coletividades ou grupos desportivos e recreativos;

Anexo XIII - Protocolo com a Diocese



**Protocolo de Colaboração
entre
Município de Penela, Fábrica da Igreja Paroquial da Freguesia de S. Miguel e
Diocese de Coimbra
para a Realização de Trabalhos Arqueológicos e a Construção de Cobertura para o
Sítio Arqueológico de São Simão**

Dispondo os Municípios de atribuições nos domínios da manutenção, recuperação e divulgação do património arqueológico, antropológico, natural, cultural, paisagístico e urbanístico, nos termos da alínea t) do nº 1 do artigo 33º do Regime Jurídico das Autarquias Locais e nº 3 do artigo 3º da Lei nº 107/2001, o Município de Penela procura destacar-se pela valorização do património histórico-cultural através da realização de trabalhos arqueológicos de recuperação de vestígios num território particularmente rico nesse domínio.

Como tal, o Projeto de Investigação de escavação no sítio arqueológico de S. Simão assume uma especial relevância na valorização do património do Concelho de Penela. Iniciado em 2016 de forma mais sistemática, continua a revelar a existência no local de uma área residencial, que tudo indica ser uma villa de época romana com ocupação contínua e em diferentes épocas cronológicas posteriores, o que acrescenta importância histórica ao Concelho de Penela em matéria de vestígios da ocupação romana e medieval, com tudo o que isso pode representar para o desenvolvimento sustentado do território. O Projeto de Investigação em curso conta com a participação, em regime de voluntariado, de investigadores de várias áreas e nacionalidades, o que confere aos trabalhos desenvolvidos uma multidisciplinidade e uma mais valia na investigação, ao permitir uma salutar troca de conhecimentos e experiências. A registar que os trabalhos arqueológicos realizados nos últimos 3 anos tiveram honras de artigo científico na Revista Portuguesa de Arqueologia.

Recentemente e após vários estudos arqueológicos, considerou-se fundamental proceder à construção de uma cobertura para o Sítio Arqueológico em causa, no adro da Capela de S. Simão, propriedade da Fábrica da Igreja Paroquial da Freguesia de S. Miguel.

Assim, tendo por base a importância histórico-cultural dos trabalhos arqueológicos realizados e o princípio da boa administração:

ENTRE

O **Município de Penela**, NIPC 506 778 037, com sede na Praça do Município, 3230-253 Penela, representado pelo Presidente da Câmara Municipal, Luís Filipe da Silva Lourenço Matias, residente em Cumeieira, concelho de Penela, adiante designado como Primeiro Outorgante ou MUNICÍPIO,

E



A **Fábrica da Igreja Paroquial da Freguesia de S. Miguel**, NIPC 501 453 547, representada pelo pároco, Padre António Coelho de Carvalho, adiante designado como Segundo Outorgante ou IGREJA PAROQUIAL DE S. MIGUEL,

E

A **Diocese de Coimbra**, NIPC 500 792 305 representada pelo Vigário Geral, Padre Manuel António Pereira Ferrão, adiante designado por Terceiro Outorgante ou DIOCESE,

É celebrado o presente protocolo que se rege pelas cláusulas seguintes:

Cláusula 1ª- Objeto do Protocolo

Constitui objeto do presente protocolo a promoção, valorização, conservação e visita do património arqueológico e histórico-cultural, tendo em vista a autorização pela Diocese de Coimbra (Terceiro Outorgante) e pela Fábrica da Igreja Paroquial da Freguesia de S. Miguel (Segundo Outorgante), de realização de trabalhos arqueológicos orientados pela Equipa de Arqueologia do Município e da construção de Cobertura para o Sítio Arqueológico de São Simão, no Adro da Capela de Nossa Senhora da Graça, situada no lugar de S. Simão, União de Freguesias de São Miguel, Santa Eufémia e Rabaçal, concelho de Penela e descrita na Matriz Predial Urbana sob o nº 3097.

Cláusula 2ª- Trabalhos Arqueológicos

1. O Primeiro Outorgante apresenta um projeto devidamente elaborado pela Equipa de Arqueologia da Câmara Municipal de Penela.
2. A Equipa de Arqueologia do Município, coordenada pela arqueóloga Sónia Maria Gomes Vicente, orientará os trabalhos arqueológicos a realizar no local.

Cláusula 3ª- Obrigações do Primeiro Outorgante

O Primeiro Outorgante obriga-se ao seguinte:

- a) Apresentar um projeto devidamente elaborado para a realização de trabalhos arqueológicos e construção de cobertura para o sítio arqueológico;
- b) Cumprir as condições estipuladas neste projeto;
- c) Respeitar o espaço, finalidade e propriedade da Capela de Nossa Senhora da Graça, designadamente a liberdade de acesso ao espaço e a liberdade de culto;



- d) Manter os 2º e 3º Outorgantes informados de todo o processo e obter previamente concordância acerca de qualquer trabalho ou alteração ao projeto apresentado;
- e) Assumir a qualidade de dono de obra e promover a execução dos trabalhos e sua conservação, a expensas suas.

Cláusula 4ª- Obrigações do Segundo Outorgante

O Segundo Outorgante obriga-se ao seguinte:

- a) Autorizar a realização dos trabalhos arqueológicos no Adro da Capela de Nossa Senhora da Graça e a construção de uma cobertura no mesmo conforme projeto previamente apresentado;
- b) Colaborar com o Município no decorrer dos trabalhos arqueológicos e na proteção do património histórico-cultural, em particular, o património arqueológico, sem que daí advenha qualquer compromisso e responsabilidade económico-laboral;
- c) Supervisionar todos os trabalhos e contribuir para a conservação e promoção do património arqueológico.

Cláusula 5ª- Obrigações do Terceiro Outorgante

O Terceiro Outorgante obriga-se ao seguinte:

- a) Autorizar a realização dos trabalhos arqueológicos no Adro da Capela de Nossa Senhora da Graça conforme projeto previamente apresentado;
- b) Acompanhar todo o processo e colaborar com o Município no decorrer dos trabalhos arqueológicos e na proteção do património histórico-cultural, em particular, o património arqueológico, sem que daí advenha qualquer compromisso e responsabilidade económico-laboral.
- c) Invocar, se entender necessário, ou a pedido da Equipa de Arqueologia, a intervenção e acompanhamento solidários da Comissão Diocesana do Património de Arte Sacra, na produção de conhecimento científico em parceria com o Município, sem prejuízo do estabelecido pelo Artigo 10º e pelo Artigo 18º do DL nº164/2014, de 4 de novembro. Obrigando-se ainda a cumprir o estabelecido pelo Artigo 14º da Lei nº47/2004, de 19 de agosto.

Cláusula 6ª- Propriedade do Prédio e futuras obras de beneficiação

1. O prédio a que se alude na cláusula 1ª do presente instrumento, permanecerá na esfera patrimonial do Segundo Outorgante, não sendo permitido ao Primeiro Outorgante invocar a aquisição do direito de propriedade ou de outros direitos reais de gozo por usucapião.



2. As obras de intervenção a realizar no prédio, e que se subsumem na realização de trabalhos arqueológicos e construção de cobertura no adro da Capela de Nossa Senhora da Graça, integrarão, do mesmo modo, a esfera patrimonial do Segundo Outorgante, sem que seja devida qualquer compensação ao Município ou daí advenha qualquer encargo posterior na sua conservação e manutenção.

3. Sem prejuízo dos números anteriores, o Primeiro Outorgante responsabiliza-se pela e beneficia da promoção e gestão da visitação ao espaço arqueológico.

Cláusula 7ª- Revisão do Protocolo

O presente protocolo pode ser objeto de revisão, por acordo das partes, no que se mostre estritamente necessário, ou unilateralmente pelo Primeiro Outorgante se a isso o obrigar imposição legal ou ponderoso interesse público devidamente reconhecido.

Cláusula 8ª- Incumprimento, rescisão e sanções

O incumprimento por um dos Outorgantes de uma ou mais condições estabelecidas no presente protocolo constitui motivo para a rescisão imediata do mesmo por parte dos restantes Outorgantes.

Cláusula 9ª- Vigência do Protocolo

A vigência do presente protocolo inicia-se com a assinatura do mesmo e tem a duração dos trabalhos arqueológicos e ações de conservação do património arqueológico.

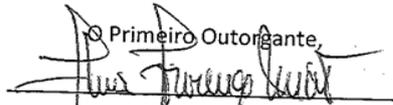
Cláusula 10ª- Disposições Finais

1. A tudo o que não seja especialmente previsto no presente protocolo, aplica-se, subsidiariamente, a legislação aplicável.
2. Por corresponder à vontade das partes, o presente protocolo, constituído por dez Cláusulas expressas em quatro páginas, vai ser rubricado e assinado, em triplicado, ficando cada um dos Outorgantes na posse de um exemplar.

Penela, 6 de maio de 2021



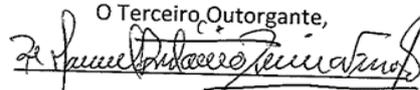
O Primeiro Outorgante,


(Luís Filipe da Silva Lourenço Matias)

O Segundo Outorgante,


(Padre António Carlos Carvalho)

O Terceiro Outorgante,


(Padre Manuel António Pereira Ferrão)

Anexo XIV - Apoio Financeiro para a construção da estrutura de Proteção



Diário da República, 2.ª série

PARTE C

N.º 199

16 de outubro de 2019

Pág. 259-(2)

FINANÇAS E ADMINISTRAÇÃO INTERNA

Gabinetes dos Secretários de Estado do Orçamento e das Autarquias Locais

Despacho n.º 9363-A/2019

Sumário: Comparticipações da administração central do Estado relativas aos contratos em referência no presente despacho, para reparação de danos causados pelo furacão Leslie nos dias 13 e 14 de outubro de 2018.

1 — A Resolução do Conselho de Ministros n.º 140/2018, de 18 de outubro, reconheceu, no seu n.º 1, como particularmente afetados pelo furacão Leslie nos dias 13 e 14 de outubro de 2018, no contexto de ocorrências naturais de caráter excecional, os distritos de Aveiro, Coimbra, Leiria e Viseu.

2 — Para efeitos da referida Resolução autoriza-se, em 2019:

i) A celebração de contratos de auxílio financeiro no âmbito do Fundo de Emergência Municipal (FEM) com os municípios;

ii) O pagamento no âmbito da comparticipação, até ao valor disponível da dotação orçamental do FEM no montante de 1.421.984,63 euros, após a publicitação dos contratos no Portal Autárquico.

3 — As comparticipações da administração central do Estado relativas aos contratos em referência no presente despacho, são reforçadas em 2020 no âmbito das dotações legalmente disponíveis no FEM do orçamento para esse ano.

O presente despacho é objeto de publicação na 2.ª série do *Diário da República*, nos termos do n.º 5 do artigo 22.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, na sua redação atual.

15 de outubro de 2019. — O Secretário de Estado do Orçamento, *João Rodrigo Reis Carvalho Leão*. — 16 de outubro de 2019. — O Secretário de Estado das Autarquias Locais, *Carlos Manuel Soares Miguel*.

ANEXO

Município	Projeto	Investimento elegível	Comparticipação
			2019
Armamar	Limpezas de vias e caminhos públicos. Desobstrução e corte de árvores nas vias e caminhos públicos do concelho.	10 455,00	1 782,68
Alcobaça	Recuperação dos Campos de Ténis de Pedra do Ouro	17 162,00	2 926,28
Anadia	FEM Danos em infraestruturas e equipamentos provocados pelo furacão Leslie nos dias 13 e 14 de outubro de 2018.	346 544,44	59 089,14
Cantanhede	Recuperação dos danos provocados pelo furacão Leslie no Concelho de Cantanhede.	284 260,45	48 469,12
Coimbra	FEM Danos em infraestruturas e equipamentos provocados pelo furacão Leslie nos dias 13 e 14 de outubro de 2018.	727 563,54	124 056,53
Condeixa-a-Nova	Apoio à recuperação dos danos causados pelo furacão Leslie — Município de Condeixa-a-Nova.	311 815,88	53 167,55
Figueira da Foz	Reposição de equipamentos e infraestruturas municipais danificadas pela tempestade Leslie.	1 691 815,09	288 470,63
Góis	«Furacão Leslie» na Região Centro — Município de Góis	101 878,30	17 371,22
Leiria	Candidatura ao Fundo de Emergência Municipal para equipamentos danificados pelo Leslie.	180 449,22	30 768,32
Lousã	Intervenções em equipamentos municipais pela tempestade Leslie.	106 926,40	18 231,97
Marinha Grande	Danos da tempestade Leslie no Concelho da Marinha Grande.	1 096 464,47	186 957,66



Município	Projeto	Investimento elegível	Contribuição
			2019
Mealhada	Reparação de danos provocados pelo furacão Leslie no Concelho da Mealhada.	518 632,98	88 431,87
Mira	Recuperação das Infraestruturas municipais afetadas pelo furacão Leslie.	136 281,03	23 237,22
Miranda do Corvo	«Furacão Leslie», intervenções em «Segurança Rodoviária Municipal» e «Edifício Municipal».	38 499,20	6 564,48
Montemor-o-Velho	Reparação dos danos provocados pelo furacão Leslie	775 393,18	132 211,94
Mortágua	Obras de recuperação das coberturas dos edifícios de habitação social.	48 659,83	8 296,97
Penela	Reposição de infraestruturas e equipamentos danificados pela tempestade Leslie no município de Penela.	389 887,29	66 479,51
Pombal	Reparação de edifícios, equipamentos e infraestruturas municipais danificados pela passagem do furacão Leslie.	229 767,88	39 177,62
Sever do Vouga	Instalações municipais — Reposição de infraestruturas (furacão Leslie).	61 639,00	10 510,04
Soure	Reposição dos equipamentos e infraestruturas danificadas pelo furacão Leslie.	387 891,54	66 139,21
Tondela	FEM — «Furacão Leslie».	216 207,21	36 865,40
Vagos	Município de Vagos — Reposição de danos em infraestruturas e equipamentos municipais.	360 681,37	61 499,62
Vila Nova de Poiares	Reposição de equipamentos/infraestruturas danificadas pelo «Furacão Leslie» em V. N. de Poiares.	70 524,54	12 025,11
Vouzela	Vouzela — Reposição de equipamentos e infraestruturas	230 219,00	39 254,54
		8 339 618,64	1 421 984,63

312673717